

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

GILBERTO DELUQUE DE CARVALHO

EFEITOS DE SENTIDO DO ENUNCIADO “ELE NÃO” NO DISCURSO POLÍTICO
DAS ELEIÇÕES DE 2018

CÁCERES-MT
2023

GILBERTO DELUQUE DE CARVALHO

**EFEITOS DE SENTIDO DO ENUNCIADO “ELE NÃO” NO DISCURSO POLÍTICO
DAS ELEIÇÕES DE 2018**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação do professor Dr. Flávio Roberto Gomes Benites.

**CÁCERES-MT
2023**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

CARVALHO, Gilberto Deluque de.

C331e Efeitos de Sentido do Enunciado "Ele Não" no Discurso Político das Eleições de 2018/ Gilberto Deluque de Carvalho - Cáceres, 2023.
138 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.

Orientador: Flávio Roberto Gomes Benites

1. Manifestações Sociais. 2. Discurso Político. 3. Efeito Metafórico/Transferência. 4. Redes Sociais. I. Gilberto Deluque de Carvalho. II. Efeitos de Sentido do Enunciado “Ele Não” no Discurso Político das Eleições de 2018: .

CDU 811.134.3

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

GILBERTO DELUQUE DE CARVALHO

**EFEITOS DE SENTIDO DO ENUNCIADO “ELE NÃO” NO DISCURSO POLÍTICO
DAS ELEIÇÕES DE 2018**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. FLÁVIO ROBERTO GOMES BENITES
Orientador – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. SÍVIA REGINA NUNES
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. DANIELLA RUBBO RODRIGUES RONDELLI
Avaliadora Externa – ESAMC/CAMPINAS

APROVADA EM: ____ / ____ / ____

Deus meu, toda gratidão pela tua benignidade.

Ao meu pai, Onofre Ferreira de Carvalho.

Minha mãe, Maria Cecília Deluque.

Minhas referências para a vida toda.

AGRADECIMENTO

Sou grato a Deus pela vida e pela sua graça de me oportunizar a realização dos meus sonhos. Obrigado!

Gratidão por minha família, meu pai, minha mãe e meus irmãos, Angelica Deluque de Carvalho, Genilton Deluque, Ivonei Deluque e Marcia Deluque de Carvalho. Minhas sobrinhas, Agatha Louise Deluque Dias, Amanda Deluque de Carvalho Tamas e Maria da Graça Deluque Gomes.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Flávio Roberto Gomes Benites, pela confiança no meu trabalho, por seu conhecimento nas orientações e pela paciência neste processo de conhecimento construído ao longo desta caminhada.

Agradeço ao professor Dr. Welliton Martins Bindandi, pelo apoio no meu percurso teórico, desde as aulas enquanto ainda aluno especial, até a minha entrada no PPGL – UNEMAT.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT que compartilharam suas experiências e conhecimentos no processo do desenvolvimento da minha pesquisa. Obrigado Maria Norma Lopes Souza Silva e Paulo Mateus de Moraes.

De maneira incondicional, agradeço meus amigos Alessandra Vieira do Carmo Rosa, Claudney Prado Couto, Daniel Genuino e Eliete Silva.

À banca examinadora, Profa. Dra. Sílvia Regina Nunes, e à Profa. Dra. Daniella Rubbo Rodrigues Rondelli, obrigado pelas contribuições relevantes com este trabalho.

À CAPES, por oportunizar a bolsa de estudo durante o mestrado.

Obrigado a todos pelo carinho!

O sujeito não é uma fonte autônoma e transparente de saber – é construído em redes de práticas sociais que sempre incorporam relações de poder e exclusões.

(OKSALA, 2011, p. 23).

RESUMO

Este estudo se inscreve na linha de pesquisa Estudos de Processos Discursivos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, filia-se à Análise de Discurso materialista (constituída por Michel Pêcheux, difundida no Brasil por Eni Orlandi e outros pesquisadores) e; tem como objetivo compreender os efeitos de sentido do enunciado “ele não” em circulação nas redes sociais. Assim sendo, para esse processo, queremos compreender os efeitos de sentido entre os interlocutores, diante das posições ideológicas no período das eleições de 2018, constituído no/pelo contexto sócio-histórico, tomado pela exterioridade da língua(gem) na produção de significados para o sujeito. Os gestos de leitura do enunciado “ele não”, para Bolsonaro, produziram outros dizeres e outros sentidos. Tais questões discursivas nos possibilitaram analisar como o sujeito significa e ressignifica diante das condições de produção, atravessadas pela rede discursiva. Interessa-nos compreender o enunciado “ele não” como acontecimento discursivo, produzindo diferentes dizeres em circulação nas *mídias*. Com isso, queremos ver o discurso de Bolsonaro que se inscreve em uma memória discursiva, configurando possibilidade de retorno de dizeres/sentidos. Para tanto, organizamos o *corpus* em materialidades extraídas de jornais digitais que põem em circulação os enunciados de Bolsonaro. Assim, mostramos o deslocamento/deslizamento que o enunciado sofre dentro de uma formação discursiva: o enunciado “ele sim” para Bolsonaro decorre do funcionamento de substituição de sentido/efeito metafórico, que tem sua entrada pela linguagem, sendo constitutiva em sua ambiguidade em um determinado contexto sócio-histórico e, sobretudo, dar possibilidade para que o sentido se desloque/deslize pelo processo de substituição/transferência. Nossas análises distinguem as posições ideológicas do sujeito que enuncia “ele não”, da posição do sujeito Bolsonaro. Logo, a produção de significados é constituída pelo processo ideológico/identificação entre os sujeitos-interlocutores em circulação nas redes sociais.

Palavras-chave: Manifestações Sociais; Discurso Político; Efeito Metafórico/Transferência; Redes Sociais.

ABSTRACT

This research is part of the Studies of Discourse Processes line of research of the Postgraduate Program in Linguistics (PPGL) of the University of Mato Grosso - UNEMAT, affiliated to the materialistic Discourse Analysis (constituted by Michel Pêcheux, disseminated in Brazil by Eni Orlandi and other researchers) and it aims to understand the effects of the meaning of the statement "not him" spread over the social networks. Therefore, for this process, we want to understand the effects of meaning among interlocutors, in the face of ideological positions in the period of the 2018's elections, constituted in/by the sociohistorical context, taken by the exteriority of language in the production of meanings for the individual. The reading gestures of the enunciation "not him", for Bolsonaro, produced other sayings and other meanings. These discursive issues allowed us to analyze how the individual means it and resignifies it in the face of the conditions of production, crossed by the discursive network. We are interested in understanding the statement "not him" as a discursive event, producing different meanings in circulation in the media. With this, we want to see Bolsonaro's discourse inscribed in a discursive memory, configuring possibilities of the return of meanings. To this end, we organize the corpus in material extracted from digital newspapers that put into circulation Bolsonaro's statements. Thus, we show the displacement/slippage that the utterance suffers within a discursive formation: the utterance 'yes him' for Bolsonaro stems from the functioning of sense substitution/metaphorical effect, which has its entry through language, being constitutive in its ambiguity in a given sociohistorical context and, above all, to give the possibility for the sense to displace/slippage by the process of substitution/transference. Our analyses distinguish the ideological positions of the subject who enunciates "not him", from the position of the subject Bolsonaro. Therefore, the production of meaning is constituted by the ideological process/identification between the subjects-interlocutors in circulation in social networks.

KEYWORDS: Social Manifestations; Political Discourse; Metaphoric/Transference Effect; Social Networks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O Brasil dos militares.....	52
Figura 2: “Ele não”	95
Figura 3: Movimento “ele não”	97
Figura 4: “Ele sim/Bolsonaro”	99
Figura 5: Misoginia	104
Figura 6: Homofobia	109
Figura 7: Direita libertária	111
Figura 8: O Brasil burguês.....	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	18
CONSIDERAÇÕES SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA ANÁLISE DE DISCURSO	18
1.1 Da Formação discursiva: reconfiguração em/de M. Pêcheux	22
1.2 Ideologia, um movimento teórico pela/na AD	25
1.3 Concepção de sujeito na AD	32
CAPÍTULO II	38
2.1 Gestos discursivos do político e da política	38
2.2 Acontecimento discursivo na perspectiva da AD	53
2.3 Manifestações sociais: espaços de produção de sentidos	60
2.4 Efeito metafórico/transferência de sentidos	64
2.5 Sobre a linguagem, sonho, metáfora e metonímia	71
2.6 A construção da massa bolsonarista	80
CAPÍTULO III	88
ANÁLISES	88
3.1 Gestos de leitura do enunciado “ele não” na manifestação de 2015	92
3.2 Atravessamento da música “ele não” nas eleições de 2018	100
3.3 Mérito da mulher brasileira de não ser estropada na perspectiva de Bolsonaro	103
3.4 Orgulho de ser homofóbico	107
3.5 Discurso nacionalista da direita libertária	110
3.6 O governo de Bolsonaro é burguês/capitalista	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXOS	131
Anexo I – “Ele não”	131
Anexo II – Movimento “ele não”	132
Anexo III – “Bolsonaro/ele sim”	133
Anexo VI – Música “ele não”	134
Anexo V – Misoginia	135
Anexo VI – Homofobia	136

Anexo VII – Direita libertária	137
Anexo VIII – Nossa bandeira é verde-amarela	138

INTRODUÇÃO

Os brasileiros participaram ativamente da política nas eleições de 2018 e o interesse pelas configurações das ideologias de esquerda e de direita foi potencializado pelas redes sociais, tornou-se determinante na tomada de posições. Tais posições marcam o lugar social de fala do sujeito na busca de equidade na/em sociedade; nesse aspecto, a hegemonia de poder é fragmentada possibilitando as alternâncias de poder.

Com o advento das redes sociais no Brasil em 2004¹, paulatinamente sua forma de incorporar usuários de várias classes sociais possibilitou novas formas de linguagem. Portanto, a mídia digital com sua nova configuração tem a participação do sujeito como indispensável dada à sua condição organizacional, ou seja, seu funcionamento passa pelas relações dos usuários. Em outras palavras, o que está em jogo para as redes de comunicações é o poder econômico. Assim:

O digital produz um novo tipo de relação entre o sujeito e o social, uma nova relação das práticas políticas e discursivas que não são da ordem da banalidade. É preciso compreendê-las para além do utilitário dos sistemas aplicativos que facilitam a vida, a circulação dos dizeres e armazenamento das memórias. Essa compreensão passa pela sobredeterminação do político ao econômico, ao consumo, ao mercado de todos (DIAS, 2018, p. 170).

Como é possível observar, o sujeito é constituído como “autônomo” por estar inserido como membro da plataforma. O sujeito toma esse espaço como prerrogativa concedida pelas redes sociais para expressar suas questões subjetivas, buscando, com isso, marcar sua posição ideológica. Nesse novo espaço, as plataformas como o Facebook, WhatsApp, YouTube entre outras, não cobram inscrições dos sujeitos-usuários. Como consequência, se assim é possível dizer, os usuários têm a ilusão de que a mídia os confere certa “liberdade” para falarem o que quiserem sem quaisquer restrições, isentos de responsabilidade de serem penalizados pela lei.

Há de se estabelecer que tal pensamento não está descrito na Constituição, tampouco presente em leis. No entanto, a mídia é subordinada à lei, ela não é autônoma, ou seja, a fala do sujeito nesse espaço está subordinada à lei. Por outro lado, não há neutralidade na mídia pelo processo midiático em que ela é marcada por tensões ideológicas. Compreende-se que,

¹ Disponível em: <https://www.agenciaenlink.com.br/blog/a-evolucao-das-midias-sociais-no-brasil/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

existe um ideal de transparência quando nos referimos ao digital, porém, faz-se necessário compreender que esta suposta transparência é também índice de um vetor de vigilância. É preciso compreender que diante do cenário que corresponde ao digital não podemos manter uma atitude ingênua em relação a uma total liberdade do sujeito no que diz respeito a esse espaço, nem tampouco render-se às redes de vigilância, posto que, a Análise de Discurso possibilita os movimentos de contradição, resistência (ALMEIDA; CASTRO; ALVAREZ, 2021, p. 50).

A mídia tradicional tem como característica o funcionamento de seus conteúdos por meio da TV, rádio, jornal impresso, portanto, a mídia tradicional é antagônica ao funcionamento da mídia digital. Porém, a mídia tradicional como a digital apresentam uma simbiose atravessada pelas corporações, no que implicam o poder econômico, político etc.

A forma utópica concebida para a mídia digital na contemporaneidade é reproduzida da tecnologia sob o controle dos poderosos/capitalistas para controlarem a massa social.

Segundo Diais (2018, p. 26):

Os deslocamentos desse período fazem parte do mundo que se produziu discursivamente como uma “utopia tecnológica”, apagando o político e o ideológico do processo de significação do desenvolvimento da tecnologia como dispositivo de controle. O que não é próprio da tecnologia, mas do desenvolvimento de uma sociedade capitalista onde as relações de poder se pautam na produção de dispositivos de controle sobre o outro e sobre os desejos do outro.

Assim, então, o capitalismo coloca para o indivíduo questões como objetivas, lógicas, isso passa pela constituição da formação ideológica capitalista, na qual o capital/mercado desdenha das subjetividades/ilusões de que a mídia social é lugar de plena “liberdade” de expressão.

Este trabalho está atravessado pelo acontecimento das eleições para presidente da República de 2018; tal ocorrência marca a dinâmica da política em expor os conflitos das ideologias na busca pelo poder. Sobretudo, o antagonismo posto pelas posições que polarizaram a política. Com as mobilizações dos movimentos sociais potencializados pelas redes sociais, os protestos cresceram no Brasil desde 2013, levado a máxima em 2018 com a polarização política sob a temática construída pelo enunciado “ele não/Bolsonaro”.

Ressaltamos que, na Análise de Discurso (AD), o discurso é uma prática “e toda prática discursiva envolve posicionamentos de sujeitos no interior de grupos sociais, além de que as enunciações comportam sentidos que mudam de um lugar para outro na história” (PIOVEZANI; CURCINO; SARGENTINI, 2014, p. 120).

Nessas condições, o alcance das mídias sociais possibilitou a interação entre os sujeitos-eleitores, com efeito, emergindo novas formas de língua(gem), produzindo sentidos por meio

da história e da ideologia. Assim, a ruptura das redes sociais em relação às mídias tradicionais, se assim podemos dizer, se constitui na estabilização dos sentidos, tomados pelos poderosos no/para controle da massa social.

Dessa forma, nossa proposta refere-se à compreensão dos efeitos de sentido do enunciado “ele não” para Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. O material das análises corresponde ao nosso *corpus* em circulação nas redes sociais, em sites de jornais, blogs, nos quais se apresentam a materialidade do objeto de pesquisa.

Neste estudo, é proposto analisar a posição ideológica do sujeito constituído pelos efeitos de sentido do enunciado “ele não”; com isso, discutir o lugar/espço social que o sujeito diz por meio do processo sócio-histórico e ideológico. Para a AD, a posição do sujeito se evidencia a partir do que ele enuncia, implicando sobre as funções sociais que o sujeito assume para demarcar seu espaço social.

O efeito do enunciado “ele não” reverberou nas mídias sociais, significando para as classes sociais. Tais efeitos foram determinantes para o surgimento do movimento “ele não”, organizado pelas mulheres, com participações dos grupos LGBTQAIPN² e feministas.

Endentemos, com Brandão (2015, p. 26), que:

Esse sujeito essencialmente marcado pela historicidade não é o sujeito abstrato da gramática, mas um sujeito situado no contexto sócio-histórico de uma comunidade, num tempo e espaço concreto. É um sujeito interpelado pela ideologia, sua fala reflete os valores, as crenças de um grupo social.

O enunciado “ele não” posto em circulação nas redes sociais produziu efeitos de sentido na história política do Brasil em 2018. Desse modo, tal dizer possibilitou estudarmos, no âmbito do discurso, o funcionamento da produção de sentidos. Para tanto,

o sujeito na AD não é sujeito falante, individualizado; é um sujeito que faz parte de determinada conjuntura social, ocupa um lugar social, está historicamente marcado por ideologias e, por isso mesmo, é heterogêneo, pois se constitui por meio de diversas vozes, está em interação social com outras vozes, com outros discursos, é ativo (PISA, 2018, p. 38).

Em suma, este trabalho é composto por três capítulos. O primeiro consiste em delinear o objeto das análises constituídas pelos dispositivos teórico e metodológico da AD. Esta pesquisa se constitui sob as condições de produção em que o enunciado “ele não” circula pelas redes sociais nas eleições de 2018, irrompendo a partir da formação histórica.

² Siglas LGBTQAIPN+. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/entenda-o-que-significa-cada-letra-da-sigla-lgbtqiapn.24010cef6a83f9ac2a7152b41bd913c172cxrvu2.html>. Acesso em: 08 mar. 2023.

A partir disso, apresentaremos o pensamento de M. Pêcheux sobre a constituição da Análise de Discurso francesa de cunho materialista, em especial, nesse primeiro momento, discutimos alguns conceitos da AD que perpassam este trabalho, como a Formação Discursiva, Ideologia e Sujeito. Sobre tal processo:

Esse sujeito que é efeito de linguagem não é, contudo, um sujeito linear. Ele é, antes, resultado de uma torção, de uma torção de linguagem, que o revela pelo avesso e faz irromper o inconsciente. Essa torção da linguagem não se dá no vazio, em abstrato, ela ocorre numa cultura determinada, em condições de produção específicas, em situações histórico-sociais particulares (GRIGOLETTO, DE NADIR; SOBRINHO, 2019, p. 21).

No segundo capítulo, será feita a análise das condições de produção de 2018, em que o sujeito toma o enunciado “ele não” para Bolsonaro. Nesse sentido, o que foi determinante para o sujeito se posicionar em seu espaço social foi a fala do então candidato Bolsonaro, sendo de ideologia de direita e tendo sua posição na materialização de seu discurso com ataques aos partidos de esquerda, além de ataques de gênero, raça, instituições etc.

Nessa perspectiva, a fala de Bolsonaro possui relação com outros discursos em articulação com a memória discursiva. Tal efeito corresponde à retomada de dizeres dos governos de direita que, para permanecerem no poder, utilizaram, utilizam-se de tiranias.

Tornamos o discurso político para compreender discursivamente a dinâmica do político e da política brasileira sobre o jogo da alternância de poder entre os partidos. Tais configurações circunscrevem-se sob interesses que, de certa forma, são prerrogativas que potencializam a permanência no poder por meio das coalizões.

Apresentamos, neste trabalho, o enunciado “ele não” como acontecimento discursivo, cuja perspectiva converge o enunciado como uma fusão discursiva, ou seja, tal processo se dá pela “atualidade e pela memória” posto pelo campo discursivo (PÊCHEUX, 2015). Assim sendo, essa ocorrência possibilitou novos acontecimentos, novos dizeres, efeitos de sentido.

Propomos, também, no decorrer da escrita desta dissertação, o processo da metáfora e da metonímia para compreensão de transferência de sentidos. Com isso, buscamos apresentar o efeito metafórico/substituição de palavra, ou seja, de um significante por outro significante na cadeia de significantes.

No terceiro capítulo, as análises correspondem ao recorte do *corpus*. De início, o enunciado “ele não” emerge de outros enunciados sobre Bolsonaro em circulação nas redes sociais. Tais enunciados são marcados pelo processo discursivo em que se articulam as posições do sujeito brasileiro constituídas pelos gestos de leitura do enunciado.

Enfim, as análises apresentadas são efeitos de sentido do enunciado “ele não” articulado pelas condições de produção de 2018. As circunstâncias do posicionamento do sujeito marcado pelo processo sócio-histórico e ideológico e sua posição diante da sociedade não são individualizadas, mas correspondem aos grupos sociais, ou seja, as falas são atravessadas por outras vozes/dizeres.

Compreendemos os gestos de interpretação do material, o processo de produção de significados, de sentidos na relação entre interlocutores-sujeitos articulado pelas redes sociais em equivalência da interpelação ideológica na constituição de novas formas de dizeres, significados, sentidos.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA ANÁLISE DE DISCURSO

Todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, segundo o *princípio de alteridade*, (sem a existência do outro, não há consciência de si) (CHARAUDEAU, 2018, p. 16).

O presente trabalho se inscreve na teoria da Análise de Discurso (AD), iniciada por Pêcheux na França, na década de 1960 e desenvolvida no Brasil, por Eni Orlandi e seguidores a partir da década de 1970. O arcabouço teórico da AD possibilitará compreender como a história se faz materialmente presente na língua(gem) no período das eleições para presidente da República em 2018. Essa inscrição se dá pelos processos discursivos que sempre retomam os sentidos pré-existentes pela memória discursiva e pela história.

No que tange ao processo sócio-histórico e ideológico, o discurso é uma fala com outras palavras, “de acordo com a análise de discurso, o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2012, p. 77).

De início, é preciso marcar que esse *corpus* despertou o nosso interesse pelas posições tomadas pelos sujeitos nas redes sociais por meio do enunciado “ele não”, atravessado pelo processo ideológico, no que diz respeito aos sujeitos de oposição ao candidato Bolsonaro, que tomaram as manifestações por todo o Brasil, quando o enunciado tomou características de palavra de ordem.

Diante dessa perspectiva, o que interessa ver, neste trabalho, são os sentidos derivados da posição ideológica do sujeito do enunciado “ele não” para Bolsonaro, nas condições de produção em 2018. As formações discursivas são determinantes para compreender o funcionamento do que se passou a chamar de palavra de ordem, na medida em que foi usada nas manifestações contra o então candidato Bolsonaro. Isso implica dizer que este trabalho se limita às formas da AD.

Isso quer dizer que,

para a Análise do Discurso, o que está em questão não é o sujeito em si; o que importa é o lugar ideológico de onde enunciam os sujeitos. Em outras palavras, no espaço interdiscursivo, enunciando do interior de uma formação discursiva (MUSSALIM, 2012, p. 154).

Tendo isso em perspectiva, tematizamos compreender discursivamente o enunciado “ele não” para Bolsonaro nas eleições para presidente da República de 2018. Dessa forma, esta pesquisa é desenvolvida por meio dos dispositivos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso.

A AD se estabeleceu entre outras ciências, constituída no entremeio nos estudos das ciências humanas e sociais, como da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. Ou seja, o *discurso* “é o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito (MALDIDIER, 2017, p.16).

Nessa perspectiva, a AD se apresenta como uma disciplina de interpretação. Ela, em sua formulação teórica e metodológica, tem como seu principal criador o filósofo M. Pêcheux, com auxílio de demais pesquisadores (BARONAS; KOMESU, 2008).

Nesse primeiro momento da AD:

Ela se debruça, inicialmente, sobre os discursos políticos, de composição bem marcada: discurso de esquerda versus discurso de direita. Para analisar esses discursos, AD, definida inicialmente como o estudo linguístico das condições de produção de um enunciado, não se limita a um estudo puramente, isto é, a analisar só a parte gramatical da língua, a palavra, a frase. Ela leva em conta outros aspectos externos à língua, mas que fazem parte essencial de uma abordagem discursiva [...] (FIGARO, 2015, p. 20-21).

Nessa conjuntura, a Análise de Discurso apresenta-se nos debates do campo linguístico, político e social da França. A tríplice aliança formulada pela AD corresponde ao seu dispositivo teórico e metodológico. Assim, desde a constituição a AD é atravessada pelo discurso político, tendo como sua materialidade os conflitos de lutas de classes, de sentidos. Ou seja, a AD “nasce na crença em uma visão de intervenção política, porque aparece como portadora de uma crítica ideológica política apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insustentável” (HENRY, 2014, p. 9).

É interessante observar que Pêcheux toma da linguística saussuriana a língua como base do *discurso*, sendo ele o próprio objeto teórico do discurso, a saber, a língua(gem) na/pela AD se inscreve pela opacidade.

Diante disso, Piovezani e Sargentini (2019) expõem o pensamento de Pêcheux:

Em oposição à definição da língua como puro sistema, Pêcheux faz ver que a teoria preocupa-se em analisar a língua “no espaço contraditório dos desdobramentos das

discursividades”, portanto, em sua heterogeneidade. Entretanto, sua questão crucial remete-nos ao estatuto do sujeito enunciador: já é tempo de supor o sujeito dividido e reconhecer sua inscrição no campo do simbólico. Enfim, trata-se de mais uma passagem, para referendar como as reflexões de Pêcheux levam-no a problematizar o absoluto assujeitamento do sujeito, sem, contudo, evidentemente, concebê-lo como “mestre de sua morada”, como origem do dizer e dono dos sentidos (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2019, p. 32, grifo dos autores).

Na construção teórica da Análise de Discurso, Pêcheux toma a língua e a ideologia pela exterioridade, no que se refere à psicanálise, o conceito de sujeito atravessa a AD em sua constituição.

Para Orlandi (2015):

Se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção - a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem e deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2015, p. 19).

É preciso lembrar que Pêcheux faz uma crítica sobre outras ciências, entre elas, a filosofia, linguística e psicologia; que tem em seu bojo, de constituir, engendrar no indivíduo como centralizador, fonte de conhecimento, dos gestos, das palavras, das expressões e dos sentidos. Pêcheux discorre sobre o pensamento lacaniano para salientar que “só há causa daquilo que falha (J. Lacan)” (PÊCHEUX, 2014, p. 277).

O efeito teórico e metodológico do pensamento pecheutiano para AD é não-subjetivo. Tal mecanismo mostra que “segundo Pêcheux, a Análise do Discurso consiste em uma teoria não-subjetiva da linguagem que concebe o sujeito não como o centro do discurso, mas como sujeito cindido pelo inconsciente e interpelado pela ideologia” (BARONAS; KOMESU, 2008, p. 11).

O filósofo Pêcheux (2014, p. 277, grifo do autor) faz alusão de como o inconsciente se presentifica, “incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsão *sentido/non-sens* do sujeito dividido”.

Segundo Orlandi (2020, p. 28):

Por outro lado, pela noção de ideologia, pela ideia de prática e de mediação, introduz-se a ideia da incompletude da linguagem, da falha. E por aí o lugar do possível. Se linguagem e ideologia fossem estruturas fechadas, acabadas, não haveria sujeito, não haveria sentido.

Se é possível dizer, tal aliança se fez necessária para a teoria anti-subjetivista pensada por Pêcheux. Diante dessa descrição sobre o nascimento da AD, viu-se que Pêcheux rompe com as demais ciências empíricas de sua época. Como se vê,

o empreendimento epistemológico de Pêcheux pressupunha uma “mudança de terreno” que era também uma desterritorialização disciplinar, no interior da qual são apontadas as insuficiências de campos de saber instituídos, tais como a linguística e as ciências sociais de então: o uso da língua na história não é apenas combinação de unidades formais, conforme poderia pensar a primeira, nem tampouco a veiculação de conteúdos independentes de sua formulação simbólica, conforme poderiam acreditar às últimas. A articulação entre a linguística e a psicanálise, sob a égide do materialismo histórico, ocasionou a emergência de um domínio teórico em que a língua, o sujeito, a história e o sentido são concebidos no interior de relações sociais em que saberes e poderes não se dissociam no processo discursivo (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2019, p. 15-16).

Na perspectiva da AD, o discurso se dá na relação com a exterioridade da língua, é a linguagem em funcionamento que medeia a interpretação. Dessa forma, os efeitos de sentido se dão pelas posições que os sujeitos assumem, segundo o seu lugar de constituição. Assim, pode-se afirmar que a língua(gem) é o lugar em que se materializam as construções históricas e ideológicas.

Para Brandão (2012):

Essa interpelação ideológica consiste em fazer com que cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é senhor de sua própria vontade) seja levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinação social (p. 46-47).

Com efeito, o nosso *corpus* se presentifica na materialidade do enunciado “ele não” nas mídias sociais; de fato o recorte do material é equivalente ao objeto, que é tomado como material de análise atravessado por outros enunciados ditos por Bolsonaro.

Disso, decorre o enunciado “ele não” para Bolsonaro, que reúne, como também se torna em outros enunciados. Desse modo, os efeitos de sentido do enunciado “ele não” têm efeito de deslocamento, de deslizamento para outros discursos de Bolsonaro recorrentes no espaço político e social.

Nessa série de enunciados sustentada pela memória discursiva, tais materialidades são recortes do *corpus* de análise, sendo eles: “Ele não”; Ele não supera o ele sim nas redes; “Ele sim”; Música “ele não”; “Você não merece ser estuprada”; “Prefiro filho morto em acidente a

um homossexual”; “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”; “A nossa bandeira jamais será vermelha”.

Quanto a isso, evocamos Pêcheux (2015) no momento em que salienta:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação (p. 53).

Com isso, foi objetivado dar visibilidade na construção da pesquisa por meio do material em circulação nas mídias. Logo, a materialidade do nosso *corpus* circunscreve à conjuntura de 2018 sobre os textos verbais e visuais. Entretanto, pela perspectiva da Análise de Discurso, a constituição do material de análise é um processo no percurso do *corpus*, ou seja, ele não é dado como pronto, fixo, mas possibilita recortes e deslocamentos teóricos na produção da análise.

Na conjuntura de 2018, com efeito do enunciado “ele não”, os sujeitos brasileiros tomaram posições contra Bolsonaro na campanha eleitoral. O ajuntamento dos sujeitos nas manifestações contra o então candidato Bolsonaro foi como consequência de sua fala antidemocrática, machista, misógina, homofóbica etc. É precisamente nesse contexto que serão analisadas as produções de condições dos enunciados que se inscrevem na rede discursiva. Entende-se isso em Brandão (2012, p. 33) “como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva”. Nesse sentido, o que se quer é ver os processos dos efeitos de sentido do enunciado “ele não” articulado pela fundamentação teórica da Análise de Discurso.

1.1 Da Formação discursiva: reconfiguração em/de M. Pêcheux

Para avançar na reflexão e, assim, poder compreender o jogo da luta política, dos sentidos, temos como referência o conceito de formação discursiva reelaborado por Pêcheux a partir de 1960, no desenvolvimento teórico e metodológico do *discurso*.

Nesse movimento teórico da AD, uma das principais obras de Pêcheux, segundo Denise Maldidier (2017, p. 19, grifo da autora) foi a “*Análise Automática do Discurso* é o livro original que chocou lançando, a sua maneira, questões fundamentais sobre os textos, a leitura, o sentido”.

Em um primeiro momento, a formação discursiva para Pêcheux era concebida como um espaço fechado, uma máquina discursiva. Vale salientar que ao longo da história, vários pesquisadores reformularam suas obras, seus conceitos teóricos, com M. Pêcheux não seria diferente. É nesse espírito que “Pêcheux reformula a noção de FD ao reconhecer que ela não é um espaço fechado, pois está em relação paradoxal com seu “exterior” sendo “invadida” por outras FDs” (FIGARO, 2015, p. 21, grifo da autora).

Na perspectiva da AD, cada enunciador se posiciona por meio das formações discursivas para poder enunciar. Nesse espaço, o sujeito é constituído pelos efeitos de sentido na relação entre interlocutores. Assim, o sujeito fala a partir das formações discursivas (FD) em que “os enunciados são como um tumulto de vozes e de pontos de vistas diferentes, de fato contraditórias, dando a formação discursiva sua impureza característica” (ANGERMULLER, 2016, p. 25).

É a partir das FDs que convergem vários discursos relacionados entre si, sejam aqueles que se coadunam ou os de conflitos. Portanto, o discurso está atrelado em outros discursos, jamais sozinho. Dito de outro modo, é nessa relação que os sentidos são possíveis, postos pela construção dos dispositivos teórico e metodológico da AD.

Nesse sentido, ressaltamos o que a autora Mónica Zoppi-Fontana (2014, p. 90) problematiza:

Desse modo, estabelece-se dentro dessa FD uma posição de sujeito, a partir da qual o sujeito enunciador se representa como aquele cidadão especial capaz de enxergar a “realidade” na sua “verdadeira” dimensão e em toda a sua complexidade, realizar um “diagnóstico” a partir desse conhecimento lúcido e propor a única solução possível através de uma árdua tarefa de ensino que permitirá que esse conhecimento seja “interiorizado” pelos demais cidadãos.

Sendo assim, em uma formação discursiva, os já-ditos circulam externamente, possibilitando que o sujeito assuma determinada função social. Explicando melhor:

O sujeito do discurso concebido, de início, como puro efeito de assujeitamento ao dispositivo da *FD*, com o qual se identifica, vai sendo também contaminado por essa preocupação nova (exterior como constitutivo do interior discursivo) que leva ao questionamento da própria concepção original da *FD* e ao reconhecimento do discurso como um objeto heterogêneo (FIGARO, 2015, p. 22).

O discurso é permanente em seu movimento nas FDs e essas outras vozes podem se articular em uma determinada *formação discursiva*, em que o sujeito assumirá uma função social. Assim, “o “discurso”, trata-se de uma prática simbólica inscrita na história, que se modifica à medida que se produz no interior de diferentes campos discursivos e que se confronta

e/ou se coaduna com outros dizeres que ali circulam” (PIOVEZAN, 2009, p. 152, grifo do autor).

Dito de outra maneira, a FD determina para o sujeito os modos de dizer, podendo convergir nesse espaço outros dizeres que se relacionam mediante a formação ideológica. Vale lembrar que Pêcheux concebe a *FD*, sem deixar de fora o processo ideológico. Enfim:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classe, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, 2014, p. 147, grifo do autor).

Tomamos o conceito de formação discursiva pela perspectiva pecheutiana, tendo como objetivo compreender o sujeito que enuncia “ele não” para Bolsonaro em 2018. Nesse contexto, a memória discursiva se apresenta pelo processo de repetição, no qual o sujeito retoma outros dizeres, sentidos possíveis que de certa forma, e não de outra, possibilitará o modo de o sujeito dizer em uma FD dada. Assim, “é a condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituíram-se na relação tensa entre paráfrase a polissemia” (ORLANDI, 2015, p. 37). Ou seja, para que o mesmo e o diferente venham produzir efeito, é necessário que o sentido signifique para o sujeito no aqui agora, afetado pelos já-ditos marcados pelos atos enunciativos em que o sujeito é afetado pela rede discursiva.

Como são várias as formações discursivas que permeiam a sociedade, o sujeito pode assumir uma posição na FD, ainda que “provisoriamente”. O processo para tal escolha da FD pelo sujeito que enuncia ocorre pelo efeito de identificação, do imaginário. A ruptura que o sujeito do enunciado “ele não” faz nas eleições de 2018 ocorre pelo processo de interpelação da ideologia. Diante disso, entende-se que tal acontecimento é articulado pelas FDs, nas quais o processo de significação se relaciona com o discurso, com efeito recorrente pelo interdiscurso. Sendo assim, é a FD que “determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

Nessa direção, a autora Eni Orlandi (2014) afirma:

As formações discursivas não são definidas *a priori* como evidências ou lugares estabilizados, mas como regiões de confronto de sentidos. Tem-se necessidade das formações discursivas como sítios de significância (na relação com a diferença), assim como se tem necessidade da noção de unidade, para a língua, apesar dos equívocos que a constituem. As formações estão em contínuo movimento, em constante processo de reconfiguração. Delimitam-se por aproximações e afastamentos. Mas em cada gesto de significação (de interpretação) elas se estabelecem e determinam as relações de sentidos, mesmo que momentaneamente. E é isso que dá identidade ao sujeito e ao sentido. Esses pontos de “atracagem” – que não são apenas pontos, mas formações – têm a forma histórica dos mecanismos ideológicos que se imprimem na relação com

o simbólico. Não são jamais únicas, mas sempre plurais, diferentes (ORLANDI, 2014, p. 13).

1.2 Ideologia, um movimento teórico na/pela Análise de Discurso

Uma vez que este trabalho está fundamentado na Análise de Discurso, queremos discorrer sobre ideologia pela perspectiva da exterioridade da linguagem constituída por Pêcheux.

Para maior compreensão das questões sobre a ideologia, um dos conceitos fundantes para AD, dada a reconfiguração pela perspectiva materialista althusseriana.

Nessa perspectiva, Pêcheux articula a ideologia pela linguagem, pela discursividade. Sendo assim, se faz necessário discorrer sobre as concepções dessa tese. “Essa concepção da instância ideológica, que vai permitir a Pêcheux chegar à representação do “exterior da língua”, é caudatária do trabalho de Althusser sobre as ideologias” (BRANDÃO, 2012, p. 46, grifo da autora).

A ideologia ao longo do tempo foi problematizada e ressignificada, principalmente pelos chamados ideólogos, bem como os filósofos em busca de explicitar a ideologia como um conjunto de ideias, regras, representações de um determinado grupo social.

Recorremos ao texto de Marilena Chauí (2012), no qual salienta as considerações sobre a ideologia pelas interlocuções filosóficas. No primeiro momento, as reflexões dos intelectuais são contraditórias com as condições sociais em estabelecer uma única via de constituição do sujeito pelo processo das ideias em si mesma, produzida pelo pensamento/subjetividade. Assim,

nasce agora a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado de ideias ou de representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas ideias. Ou seja: as ideias aparecem como produzidas somente pelo pensamento, porque os seus pensadores estão distanciados da produção material. Assim, em lugar de aparecer que os pensadores estão distanciados do mundo material e por isso suas ideias revelam tal separação, o que aparece é que as ideias é que estão separadas do mundo e o explicam. As ideias não aparecem como produtos do pensamento de homens determinados – aqueles que estão fora da produção material direta -, mas como entidades autônomas descobertas por tais homens. As ideias podem parecer estar em contradição com as relações sociais existentes, com o mundo material dado, porém essa contradição não se estabelece realmente entre as ideias do mundo, mas é uma consequência do fato de que o mundo social é contraditório. Porém, como as contradições reais permanecem ocultas (são as contradições entre as relações de produção ou entre as forças produtivas e as relações sociais), parece que a contradição real é aquela entre as ideias e o mundo. Assim, por exemplo, faz parte da ideologia burguesa afirmar que a educação é um direito de todos os homens (CHAUÍ, 2012, p. 73-74).

Nessa visão, a ideologia é apresentada como um falseamento da realidade, tendo como característica ocultar a hegemonia da classe dominante/burguesia. Esta forma é concebida por uma materialidade específica, como econômica, política, religiosa etc.

O teórico Zizek (2009, p. 131) descreve então que:

Uma ideologia existente num aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais regidas por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito que age, com plena consciência, de acordo com sua crença.

Nesse contexto, compreende-se que o indivíduo não tem a percepção da alienação posta pela ideologia dominante: isso ocorre pelo Estado em conceder direitos aos indivíduos, e esse ato do Estado delibera para o indivíduo um mundo utópico, a ilusão de ser “livre” em sua essência. O que se quer dizer é que a classe dominante não é inata, ela segue uma via articulada pelo Significante, pelo Outro, pelas Formações Ideológicas e pelos Aparelhos Ideológicos do Estado. Isto é, é desse lugar que a ideologia dominante é constituída, seu domínio configura sobre a ocultação do antagonismo das classes sociais. É interessante observar que tais considerações apresentadas circunscrevem-se sobre a constituição do sujeito, ou seja, do “já sujeito”. Nessa perspectiva, o sujeito é assujeitado pela figura do nome do Pai, pelo Outro, pela formação ideológica, quer dizer, a família, a escola, a igreja. Se assim o é, tal estrutura equivale com a ideologia dominante sobre a constituição do sujeito (ALTHUSSER, 2019).

Pêcheux (2014) expõe a forma da ideologia dominante em tomar para si o aparelho ideológico do Estado para garantir sua “supremacia”:

A ideologia da classe dominante não se torna dominante pela graça do céu...”, o que quer dizer que os aparelhos ideológicos de Estado não são a *expressão* da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante (sabe Deus aonde a ideologia dominante obteria, então, sua supremacia!), mas sim que eles são seu lugar e meio de realização: “é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna dominante... (PÊCHUEX, 2014, p. 131).

Vale ressaltar a relação da classe dominante/burguesia com o Estado, ou seja, os aparelhos ideológicos do Estado são instrumentalizados a serviço da classe opressora sobre a classe oprimida; sendo essas instituições, a força policial, militar, judiciário etc. Tal sistema se constitui como homogêneo sobre a constituição do sujeito, “já sujeito”. Nessa perspectiva, não há contradição, fissura em sua forma, assim, a ideologia dominante se opõe ao processo ideológico, de evidência para o sujeito.

Diante dessa ocorrência, Mussalim afirma que:

Ao propor-se a investigar o que determinam as condições de reprodução social, Althusser parte do pressuposto de que as ideologias têm existências material, ou seja, devem ser estudadas não como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. Trata-se do materialismo histórico, que dá ênfase à materialidade da existência, rompendo com a pretensão idealista da ciência de dominar o objeto de estudo, controlando-o a partir de um procedimento administrativo aplicável a um determinado universo, como se a sua existência se desse no nível das ideias. Para o materialismo, “o objeto real (tanto no mínimo das ciências da natureza como no da história) existe independentemente do fato de que ele seja conhecido ou não, isto é, independentemente da produção ou não produção do objeto do conhecimento que lhe corresponde (MUSSALIM, 2012, p. 115).

De fato, os idealistas deixaram de fora a exterioridade sobre a problematização da ideologia pela perspectiva da linguagem, da história. Desse modo, a ideologia dominante tem como objetivo ocultar a realidade social para o sujeito.

Por outro lado, Gillott (2018, p. 95) afirma que,

segundo a fórmula de Althusser, que parece fazer eco à noção de um funcionamento específico do imaginário e de suas leis, “ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas próprias condições de existência, (grifo da autora).

Althusser rompe como a ideologia posta pelos idealistas e problematiza a ideologia como prática:

Esse é basicamente o mecanismo que atua na prática ideológica: *o mecanismo da interpelação ideológica, que transforma os indivíduos em sujeitos*. E, como os indivíduos sempre já são sujeitos, ou seja, sempre já estão assujeitados a uma ideologia (o homem é por natureza um animal ideológica), precisamos dizer, para sermos consequentes, que a ideologia transforma o conteúdo (as ideias) das “consciências”, interpelando os sujeitos como sujeitos, ou seja, fazendo indivíduos concretos (já sujeitos) passarem de uma ideologia dominante para uma ideologia nova, que luta para alcançar a dominação sobre a antiga através dos indivíduos (ALTHUSSER, 2019, p. 151, grifo do autor).

Nessa perspectiva, Pêcheux (2014) reverbera o pensamento de Althusser, na qual o sujeito é capturado pela ideologia:

Nada se torna um sujeito, mas aquele que é “chamado” é sempre Já-sujeito. Mais precisamente, Althusser escreve: “A ideologia não existe senão por e para os sujeitos”; e ele acrescenta que não existe prática senão sob uma ideologia. Em outras palavras, todo sujeito humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito (HENRY, 2014, p. 31).

Cabe, pois, dizer, que a psicanálise influenciou outros autores, como Louis Althusser em seu trabalho teórico da/sobre a “ideologia geral/universal”. Contemporâneo ao francês Jaques Lacan, Althusser toma a psicanálise em seus estudos em decorrência do desenvolvimento de seu pensamento teórico sobre a ideologia cunhada por Hegel e Marx. Em decorrência do efeito de sua releitura da obra desses autores, na perspectiva de Althusser, o inconsciente é eterno como a ideologia, em seu caráter, estrutura, funcionamento, isto é, atemporal, não podendo sofrer alterações pela influência, causa humana (JUNIOR; DUNKER; PAVÓN-CUÉLLAR, 2019).

A autora Gillot (2018), em seus escritos, mostra o interesse de Althusser pelo sujeito³ tomado pela perspectiva lacaniana, em que o sujeito é a consistência do efeito de um significante para outro significante, ainda que ao mesmo tempo, isso implica sobre a cadeia de significante.

Tal ocorrência é marcada pelo processo da metáfora/substituição de uma palavra por outra palavra.

Em Althusser, essa nova teorização da ideologia e de sua potência própria engaja uma retomada da questão do sujeito, um a leitura específica dos mecanismos ideológicos da subjetivação e da intimação a ser sujeito. Essa retoma e essa leitura devem muito à distinção por Lacan entre o simbólico e o imaginário, na base da distinção conceitual crucial entre o sujeito e o eu [moi], ela mesma indissociável da equivalência posta entre condição subjetiva e assujeitamento. Esse assujeitamento à estrutura sempre-já existência da linguagem, ou seja, do inconsciente, se formula notadamente em Lacan como assujeitamento do sujeito ao Outro definido como “o lugar onde se situa a cadeia do significante que comanda tudo o que vai poder se presentificar do sujeito” (GILLOT, 2018, p. 11).

A dualidade problematizada por Althusser entre a ideologia e a psicanálise expõe os dois campos teóricos para mostrar a dinâmica do assujeitamento do “já-sujeito”. Ocorre que, para a psicanálise, o assujeitamento é anti-ser, antes de o sujeito vir ao mundo, ele é assujeitado pelo significante, pelo Outro, pela linguagem etc.

Michel Pêcheux (2014) confere as relações de estruturas do inconsciente com a ideologia:

Se acrescentamos, de um lado, que esse sujeito, com um S maiúsculo – sujeito absoluto e universal -, é precisamente o que J. Lacan designa como Outro (Autre, com A maiúsculo), e de outro lado, que, sempre de acordo como a formulação de Lacan, “o inconsciente é o discurso do Outro”, podemos discernir de que modo *o recalque*

³ “Dessa forma, o sujeito lacaniano é suficientemente integrado à noção de discurso para escapar à crítica que o identifica ao indivíduo autor, soberano da fala, que historicamente se liga ao entendimento intuitivo, psicologicamente hegemônico, do funcionamento da linguagem como metafísica da presença, falsa aspiração de universalidade, essencialismo naturalizado” (BALDINI; SOUZA, 2014, p. 157).

inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar *como o processo do Significante na interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção (PÊCHEUX, 2014, p. 124-125).

O autor Althusser faz alusão à estrutura do inconsciente para com a ideologia, porém, o inconsciente tem à *priori* em ocultar, recalcar os acontecimentos que são presentificados por meio dos atos falhos, lapsos, sintomas, sonhos, em transferência entre analisando e analista. Althusser se afasta do sujeito empírico, consciente, e apresenta a ideologia como estrutura pela perspectiva lacaniana:

[...] Althusser insistiu que a ideologia é inconsciente no sentido de que ela falha ao operar no momento em que reconhecemos como ideológica. A ideologia não é conjunto de ideias, um sistema de crenças ou um programa político por meio dos quais sujeitos são doutrinados; é um *sistema de representações*, um sistema de imagens, conceitos e, acima de tudo, “estruturas” que são vividas. Resumindo, a ideologia representa uma relação imaginária do sujeito com suas reais condições de existência (LUNIOR; DUNKER; PAVÓN-CUÉLLAR, 2019, p. 105, grifo dos autores).

A ideologia teorizada por Althusser é eterna, ela é colocada nesse lugar de estrutura em equivalência com o inconsciente. Como suprarreferido, o inconsciente tem como dinâmica o recalque dos acontecimentos, isso difere do funcionamento da ideologia em não ocultar os acontecimentos; assim, o processo ideológico visa colocá-las em evidência diante do sujeito, materializados na língua(gem). Assim, a ideologia na perspectiva da AD, “[...] é uma prática significativa. Necessidade da interpelação, a ideologia não é consciente: ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que signifique” (ORLANDI, 2020, p. 48).

Com o recorte posto por Althusser sobre a temática da ideologia como prática. Brandão (2012) descreve que Pêcheux ressignifica a ideologia por meio da linguagem, ou seja, a ideologia materializada na/pela linguagem.

Para melhor compreensão, Orlandi (2015, p. 46) descreve que:

Não há aliás realidade sem ideologia. Enquanto prática de significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito como a língua e a com história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. São assim as imagens que permitem que as palavras “colem” com as coisas. Por outro lado, como dissermos, é também a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade. Por seu lado, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá) e a impressão do

sujeito ser a origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão da transparência da linguagem. No entanto nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorreram conjuntamente.

Diante disso, Orlandi (2015) faz menção à interlocução de Pêcheux sobre os estudos de Althusser pela perspectiva da AD. Portanto, os indivíduos interpelados em sujeitos pela ideologia são inseridos no campo simbólico. Com isso, podem assumir posições articuladas pelas formações discursivas. Ou seja, a FD é o espaço que “determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014). Diante dessa perspectiva, a FD é a condição para que o sujeito possa enunciar. Isso é possível pela constituição do sujeito pela ideologia materializada na/pela linguagem. Portanto,

no discurso, as relações entre indivíduos exigem que eles entrem na ordem simbólica – processo que não deve ser refletido nem dominado pelos indivíduos que a interpretação transformou em sujeitos. Portanto, a entrada na ideologia – o assujeitamento dos indivíduos – não é um processo de desenvolvimento idealizado pelo próprio sujeito; ele se desenvolve ao nível das práticas materiais e das relações institucionais (ANGERMULLER, 2016, p. 27).

No caso referido, entende-se com Orlandi (2015, p. 44):

Podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito”, mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. Daí a necessidade de uma teoria materialista do discurso – uma teoria não subjetivista da subjetividade – em que se possa trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e também a dos sentidos.

A ideologia tem como efeito evidenciar as práticas sociais, assim, neste trabalho, mostra-se o efeito da ideologia como prática de linguagem, em assegurar a posição do sujeito do enunciado “ele não”, em afirmar explicitamente diante da sociedade sua oposição contra o candidato Bolsonaro. Implicitamente, tal enunciado é articulado pelo interdiscurso, em que outros dizeres conferem o repúdio ao candidato Bolsonaro para o cargo para à presidência em 2018 por suas falas homofóbicas, misóginas, autoritárias etc.

Como o discurso se materializa na língua, na história e na ideologia, nessa linearidade, o sujeito é fundante no que diz respeito à significação diante de uma palavra, de um enunciado. Sobre tal processo,

é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc; evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” [...] (Pêcheux, 2014, p. 150).

Isso tem implicações para esta pesquisa, em decorrência do enunciado “ele não” para Bolsonaro, em que o efeito ideológico desnuda os sentidos concebidos pela formação discursiva marcada pelos já-ditos, que decorrem externamente da *FD*. Em decorrência do enunciado “ele não”, o sujeito-locutor, ao se comunicar com o *outro-sujeito*, produz sentidos que se materializam na *FD* por meio das identificações.

É dizer então que o efeito de identificação entre os interlocutores produz a forma-sujeito, que interpelado pela ideologia se apresenta como sujeito “livre”, mas marcado pelo assujeitamento. Nesse sentido, o funcionamento da ideologia consiste na relação com o imaginário, com efeito, a inscrição da rede discursiva. Assim:

Acreditamos poder acrescentar que, no âmbito da AD, o discurso não reflete a ideologia como algo que lhe é exterior, mas a mostra, enquanto efeito de sentido, porque ela é constitutiva da prática discursiva. Vale dizer que o efeito de sentido funciona como indício da interioridade da ideologia. Ou seja: pensar a ideologia no âmbito da AD consiste em deslocar a relação imaginária com o mundo real, considerada por Althusser como objeto de representação ideológica, para o interior dos processos de significação. Em nosso entender, pois, a ideologia para a AD consiste em representação da relação imaginária com o mundo real no interior dos processos discursivos (INDURSKY, 2013, p. 25, grifo da autora).

Assim, o sujeito não diz o que quer, a *FD* é regida por regras, fazendo com que o sujeito reconheça esse dizer pelo funcionamento discursivo. A palavra de ordem dentro do jogo discursivo é determinada pelo ato enunciativo do sujeito que diz “ele não”; isso tem performance com o aqui e agora. Isto é, as condições de produção são determinantes para que o sujeito se posicione por meio do enunciado “ele não”. Sendo assim, atravessado pelo interdiscurso, pela história, o sujeito é marcado pela legitimidade das formações ideológicas, por exemplo: a família, a igreja, a escola etc; no qual o sentido se materializa. Em outros termos, “isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas (BRANDÃO, 2012, p. 47).

Dessa forma, não há neutralidade no discurso, o gesto de se posicionar, tomar a palavra, implica na constituição ideológica. Dizer não para Bolsonaro significa a manutenção da luta pelas minorias das classes. Com efeito, o sujeito-enunciador não fala de si mesmo, sua voz é constitutiva por outros dizeres como sujeito histórico. Logo, o sujeito do enunciado “ele não” é constituído pelo processo da ideologia. Sob tal processo, ao enunciar, o sujeito diz a partir de

uma FD, em outras palavras, são dessas relações sociais que o discurso emerge, “como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação” (ORLANDI, 2007, p. 20, grifo da autora).

Desse modo, a Análise de Discurso é o lugar em que se materializam as construções históricas e ideológicas. Pode-se dizer que o efeito de sentido se dá na relação com exterioridade da língua, sendo o discurso “palavra em movimento”, assim, a língua(gem) em seu funcionamento mediará a interpretação de uma *palavra, gesto, imagem*.

Nessa perspectiva:

Na definição de Pêcheux, a linguagem se constitui numa expressão histórica da realidade social, mediante a materialização das forças ideológicas no sistema linguístico. Segundo Pêcheux, a Análise de Discurso consiste em uma teoria não-subjetiva da linguagem que concebe o sujeito não como centro do discurso, mas cindido pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Na produção do discurso, o sujeito sofre uma tripla determinação: a da língua, a da ideologia e a do inconsciente. O imanentismo constitutivo da linguística saussuriana dá lugar à exterioridade. Essa é entendida não como mera adição, que vem de fora se sobrepor ao que está dentro, num contexto, mas como constitutivo de todo dizer (BARONAS; KOMESU, 2008, p. 11).

Nesse sentido, para Pêcheux não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia, o sujeito é assujeitado dentro das condições de produção. Dessa forma, a interpelação de indivíduo em sujeito pela ideologia toma as formações ideológicas na constituição do sujeito, ou seja, a ideologia revela as relações das forças externas nas lutas de classes.

Dito isso, as posições são retomadas pelo discurso que “desloca também funções: importam outras funções além da referencial” (ORLANDI, 2012, p. 22). Ou seja, o sujeito pode ocupar várias funções no espaço social.

1.3 Concepção de sujeito na AD

O filósofo Michel Pêcheux elabora sua teoria do Discurso tomando a língua(gem) como base. Pêcheux deixa explícito, que para a AD o discurso é efeito de sentido entre os interlocutores.

O capitalismo evoca a subjetividade para produzir efeito a partir da individualidade do homem em sociedade e com isso, desvencilhando-o da coletividade. Tal configuração é fundante na produção do homem contemporâneo sobre a particularização específica de pertencer a uma determinada classe social. Entretanto:

Em outras palavras, nós não somos simplesmente membros de uma específica classe social, étnica ou de gênero, mas nossa subjetividade é atravessada por diferentes identidades. Em algum dado momento, os sujeitos ocupam uma série de posições entrecruzadas por gênero, raça, preferência sexual, status profissional e posição familiar (JUNIOR; DUNKER; PAVÓN-CUÉLLAR, 2019, p. 108).

É interessante observar que a constituição do sujeito na AD é pela via da exterioridade por meio da língua, da história e pela ideologia. Dessa forma, o sujeito não é concebido a partir da interioridade/subjetividade, mas tomado a partir da exterioridade. Essa forma é determinante em submergir o sujeito a ocupar uma posição discursiva que não é estável. Sendo assim, o discurso é a condição para o sujeito se movimentar para outras posições, lugares, funções, articulados pela formação discursiva. Assim,

o discurso, para nós, é também um modelo de ver o mundo, de escutar, que compreende as percepções do corpo, da cultura e do sujeito que aí se encontra incluído. E tudo isso passa pela língua, tomada em sua forma material, enquanto ordem significativa capaz do equívoco, de deslize, falhas, enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo que comporta a inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentidos (GRIGOLETTO; DE NADIR; SOBRINHO, 2019, p. 21).

Para lembrar de alguns aspectos, a linguagem como condição humana posta na relação entre eu e tu, é materializada na fala, no dito entre os interlocutores. O ser humano é protagonista no mundo entre outros animais, sendo o único que possui a linguagem como essência, natureza, sendo assim, a existência do sujeito se presentifica por meio da interlocução entre os sujeitos. É por meio da linguagem em sua exterioridade que os sentidos podem derivar, sendo a língua uma condição viva do sujeito falante.

Pode-se assim dizer que o homem habita na linguagem, em outras palavras, a linguagem é antes do homem a vir a ser. Nessa perspectiva, ele nasce pela linguagem articulada pelo Outro que lhe é externo, atrelado pela relação do significante na cadeia de significantes, e isso é determinante antes de sua entrada no mundo.

Segundo Magalhães (2014), Lacan,

recoloca a problemática do campo do Outro, ou da alteridade, como usualmente é nomeado, de modo mais contundente, ao vincular o nascimento do sujeito ao campo do Outro, e o Outro à estrutura significativa da linguagem. Desde o início, escreve o outro com letra maiúscula, Outro, ou Autre em francês, razão pela qual pode ser simbolizado pela letra O ou A, conforme sua tradução, para marcar a importância da anterioridade e exterioridade da estrutura de linguagem na constituição da subjetividade, princípio sobre o qual repousa a afirmação “o inconsciente é estruturado como uma linguagem (MAGALHÃES, 2014, p. 53-54).

Nessa visão, Lacan conceitua o “Outro” como o ouro do significante posto no campo da linguagem. Assim, o sujeito tem sua entrada no campo da linguagem por meio do Outro marcado pela ausência no campo simbólico. Dessa forma, o Outro representa o sujeito na cadeia de significantes. Essa forma se caracteriza,

[...] ao passo que o sujeito é efeito do simbólico, do Outro, da linguagem. O sujeito é “o que desliza em uma cadeia de significantes, que ele tenha ou não consciência de que significantes ele é feito”. É passível de ser representado sim, mas sempre parcialmente, entre dois significantes. Por essa razão, Lacan indica a ambiguidade que está em jogo nessa representação formulando que o sujeito ao mesmo tempo em que é representado, também não é representado. O sujeito “não é jamais senão pontual e evanescente, pois ele é sujeito por um significante, e para um outro significante. Como precisa Miller, o sujeito é “um sujeito sem substância. Não é uma alma, não é o eu, não é uma forma e não é um a natureza humana: é precisamente o que desmente toda natureza humana e todo esforço por conceituar uma semelhante natureza” (RINALDI; COUTINHO, 2002, p. 23).

No que tange à AD - Semântica do Discurso, cabe ao teórico Pêcheux (2015) desvencilhar do psicologismo, do idealismo, que estabelece em seu bojo, que tais representações emergem do ser humano, que ele está à procura de um ideal do eu – consciente, com característica de autossuficiente, de completude, de totalidade.

A partir dessa ruptura, para o pensamento de Pêcheux (2015, p. 156):

Isso supõe que o sujeito deixe de ser considerado como o eu-consciência *mestre do sentido* e seja reconhecido como *assujeitado ao discurso*: da noção da subjetividade ou intersubjetividade passamos assim a de assujeitamento. O efeito-sujeito aparece então como o resultado do processo de assujeitamento e, em particular, do assujeitamento discursivo.

Esse último ponto é fundamental, pois o sistema capitalista toma as questões da subjetividade, individualidade, particularidade, constituindo o indivíduo como produto do capital, “fantoques”, ambulantes pensantes. Em outras palavras, o sujeito estará sempre à procura do objeto para satisfazer seu desejo, entretanto, a “falta” é constitutiva do sujeito para produzir realizações imediatas. Como pode-se notar:

Nesse sentido, nossa cultura é regida pelo discurso hegemônico capitalista que oferece elementos identitários (campo da linguagem) para que os sujeitos se constituam e assim construam um laço social no qual serão interpelados ideologicamente como mão de obra para assim se satisfazer trabalhando exaustivamente, gerando lucro e mais-valia (campo do gozo) [...] (JUNIOR; DUNKER; PAVÓN-CUÉLLAR, 2019, p. 73).

A consequência do ideal capitalista tem como efeito criar a ilusão de “homem da razão” que aparenta ter domínio da realidade, consciente de tudo o que acontece a sua volta, isto é, o processo de pensamento o constitui como controlador de suas ações, “livre” de qualquer sistema, autoridade. Essa posição de autônomo, de individualização é constituída pela representação que estabelece a verdade como absoluta. Na contemporaneidade, o “já-sujeito” capitalista, “constituído pela contradição em que apresenta, juridicamente, como sujeito de direitos e de deveres, determinador e determinado. Constituído ideologicamente pela ilusão de ser a origem si e dos sentidos” (MARCHIORI, 2014, p. 44).

Entretanto, o indivíduo constituído pelo capitalismo é concebido como sujeito “livre”. Diante dessa perspectiva, o sujeito tem a ilusão de ser origem de seu dizer, dos sentidos. O indivíduo idealizado pelo capitalismo não é marcado pela exterioridade, logo, não há sentido sem história; dessa forma, o indivíduo não se articula pelo interdiscurso no qual se sustenta o dizer. Assim, o indivíduo não toma a palavra, ele é tomado pela ilusão do capitalismo, ou seja, não há sustentação pelo processo ideológico para que o mesmo se posicione diante do mundo.

Por outro lado, a concepção de assujeitamento do indivíduo em sujeito na perspectiva da AD é uma das principais, sendo que,

a ideia de assujeitamento é uma dessas noções, se não uma das mais expressivas da Análise de Discurso, pela qual se compreende que todo indivíduo se torna sujeito porque é interpelado pela ideologia, pela língua e pela história. Assim, essa sujeição está em relação àquilo que é dos sentidos, afetando os processos de subjetivação. É pelo assujeitamento à língua na história que o homem se subjetiva, significando e sendo significado, na medida em que as relações discursivas e os sentidos são mobilizados. Os efeitos ideológicos elementares produzem a evidência do sujeito ser origem dos seus dizeres e funcionam num mecanismo que possibilita a manutenção e a estabilização do discurso, como se os sentidos estivessem colocados às palavras num efeito de evidência dos sentidos (CAVALLARI; BALDINI; BARBAI, 2016 p. 137-138).

Em outras palavras, o recorte da AD tem o sujeito como constitutivo pela rede discursiva. São essas outras vozes, outros discursos que constituem o sujeito-assujeitado, ou seja, “o sujeito é “função social”. O que ele diz será influenciado pela função social que ele ocupa e pela visão de mundo que ele tem” (PESSOA, 2019, p. 22).

Na AD, o sujeito é constituído por discursos outros e tal efeito é possível pela exterioridade da língua(gem), da história e da ideologia. Dito de outra maneira, o sujeito é concebido externamente pelo processo discursivo. Não por acaso,

rompe-se assim com uma concepção de sujeito enquanto indivíduo, para concebê-lo como produzido por algo que lhe é exterior; atesta, portanto, o descentramento do sujeito e sua constituição pelos discursos. O sujeito passa a ser considerado como

função, ou como uma posição a ser ocupada nos discursos (PIOVEZANI; CURCINO; SARGENTINI, 2014, p. 114-115).

É nesse ponto que a autora Mónica Zoppi-Fontana (2014, p. 39) afirma que:

Assim, os processos discursivos não têm origem no sujeito, mas se realizam necessariamente nele, através de uma relação de identificação do sujeito enunciador com o sujeito universal ou forma-sujeito de uma FD. Essa relação de identificação, que interpela/constitui o sujeito enunciador em sujeito. Diferentes posições de sujeitos são estabelecidas por diferentes sujeitos relacionando-se com a forma-sujeito de uma FD; com resultado, são produzidos diferentes efeitos-sujeito no interior do discurso de cada sujeito.

A constituição do sujeito na perspectiva da AD acontece pela interpelação do indivíduo em sujeito, por meio do processo da ideologia. Esse funcionamento do processo ideológico coloca em evidência o mundo diante do sujeito, como efeito-sujeito, “consciente” diante de sua posição social.

Como afirma Pêcheux (2015, p. 127, grifo do autor):

Em seu princípio, *esta mudança de terreno consiste em se desvencilhar da problemática subjetivista centrada no indivíduo* – fonte de gesto e de palavras, pontos de vista sobre os objetos e sobre o mundo – e compreender que o tipo de concreto com que lidamos e em relação ao qual é preciso pensar, é precisamente o que o materialismo histórico designa pela expressão *relações sociais*, que resulta de relações de classes características de uma formação social dada (através do modo de produção que a domina, a hierarquia das práticas de que este modo de produção necessita, os que lhes correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que delas dependem).

O sujeito para a AD é atravessado por outros discursos/vozes que circulam em uma determinada formação discursiva. Além disso, o sujeito como “função social-histórico” tem possibilidade de tomar qualquer discurso nesse espaço. O sujeito não é autônomo, “livre”, mas constituído pelo significante que o antecede pelo *Outro*, pela história e pela ideologia. Todavia, a prática discursiva é materializada pelo processo da ideologia; nessa direção, a interpelação tem como consequência a espera da autorização do outro para poder falar, isto é, a fala do sujeito é materializada pelo que já foi dito. Assim,

se o discursivo é uma materialidade histórica sempre já dada, na qual os sujeitos são interpelados e produzidos como “produtores livres” de seus discursos cotidianos, literários, ideológicos, políticos, científicos etc..., a questão primordial cessa de ser a da subjetividade produtora do discurso e torna-se a das formas de existência histórica da discursividade [...] (PÊCHEUX, 2015, p. 156).

Diante dessas considerações, a Análise de Discurso toma para si o seu próprio objeto, o *discurso*, se colocando como entremeio nas ciências humanas e sociais. Assim, a AD concebe o sujeito cindido pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Portanto, o sujeito na AD é

descentrado, não sendo o centro/fonte do discurso, ou seja, o sujeito é sócio-histórico, atravessado por outras vozes, outros dizeres em sua constituição.

Enfim, a exposição dos dispositivos teórico e metodológico da Análise de Discurso, com efeito, possibilitou reconhecer o objeto e *corpus* objetivado pelo recorte descrito até aqui.

Sendo assim, no próximo capítulo, vamos discorrer sobre a compreensão da constituição do sentido determinado pelas marcas da língua, da história, da ideologia e do inconsciente.

CAPÍTULO II

2.1 Gestos discursivos do político e da política

Diante da conjuntura histórica do Brasil em 2018, no que tange ao processo político, econômico, ideológico, social etc, este trabalho expõe os acontecimentos, que circunscrevem as alternâncias específicas do jogo de poder na política para o cargo de presidente da República.

Portanto, discorreremos sobre as determinações das FDs na política brasileira que implicam sobre a constituição do sujeito. Com isso, há de se ver os gestos políticos e da política, não de forma cronológica, mas discursivamente.

Tal circunstância histórica e ideológica marca esse momento eleitoral em 2018, em que os brasileiros tomaram as redes sociais para manifestarem suas opiniões. Dessa forma, as redes sociais possibilitaram ao sujeito discordar/opor-se à burguesia, de não ter amor à “pátria”, da bandeira do Brasil. Esse momento é atravessado pela memória discursiva, como algo que fala antes em outro lugar. Assim, os sentidos são constituídos pela história no processo de significação pelo funcionamento discursivo, retomando dizeres e atualizando-os em uma determinada formação discursiva dada.

Dito de outra forma, “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (OLANDI, 2015, p. 31). Assim, a fala de Bolsonaro é atravessada pela memória da ditadura militar, em que a ordem é para eliminar a resistência, a oposição. Tais dizeres retornam em sua fala em 2018. Em seu mandato político, Bolsonaro sempre deixou explícito seu ódio contra mulheres/feministas, homossexuais/homoafetivos... Assim, outros grupos formaram resistência às suas pautas conservadoras.

Em 2018, a polarização política foi reflexo das construções sócio-históricas e ideológicas. Nesse período, o sujeito foi marcado por esses fatos, o surgimento da Lava Jato, o processo de impeachment-golpe da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016, a prisão do ex-presidente Lula em 2018 e o aparecimento de Bolsonaro no cenário político como candidato para presidente da República nas eleições de 2018. Esses acontecimentos foram constituídos por meio das posições ideológicas da classe política. Esse percurso, sobretudo, é reproduzido pelos aparelhos ideológicos do estado; tais efeitos procedem das relações de poder construídas pela dinâmica de uma sociedade democrática, sobre a via das instituições em que o político

toma para si as prerrogativas do Estado a fim de oprimir quem pensa de modo oposto ao seu governo. Essa representação é implícita na posição-presidente em ter o Estado, isto é, de se apropriar das instituições do Estado, constituindo, dessa forma, uma ideologia dominante que tem como base a estrutura econômica, política e jurídica. Assim, “aos vencedores não basta a vitória. O espírito de guerra persiste, como se fosse necessário erradicar o “inimigo” (ABRANCHES ET AL 2019, p. 26, grifo dos autores).

É interessante analisar que os partidos políticos, e o político, se podemos assim dizer, a partir da nova República provocam a emergência de uma nova configuração no modelo de governo no Brasil, levando em conta a ruptura com governo militar/ditadura, o que possibilitou a entrada do presidencialismo pelo voto popular. Diante dessa nova conjuntura política, os partidos, para marcar presença no cenário político e para permanecerem no poder, utilizam-se de coalizões, palavra essa reiterada no meio dos agentes partidários e pela mídia para configurar uma aliança entre os partidos, em que os interesses são negociados.

Partidos não governam sozinhos, precisam do sistema com sua ramificação entre os poderes, seja na esfera governamental ou empresarial. Esse formato é inerente à política, e os partidos adeririam a esse modelo. Entretanto, as coligações partidárias não anulam o capitalismo como modelo econômico e político. Diante desse processo, toma-se o que aconteceu em 2002, momento esse que o ex-presidente Lula fez uma aliança com José Alencar, do Partido Social Democrático (PSD), para a disputa da cadeira presidencial. O discurso em circulação era que se Lula chegasse ao poder, ele mudaria o modelo capitalista para o comunismo. Como se vê, Lula governou o Brasil de 2003-2010 com base no modelo capitalista. É importante ressaltar que nas eleições no Brasil, a partir da Constituição Federativa de 1988, (CF 88), o cargo de presidente da República é realizado no período de 04 (quatro) anos. A partir do governo Fernando Henrique Cardoso, foi possível a reeleição por mais quatro anos no cargo, sendo o primeiro presidente reeleito no período de 1995 a 2003.

A partir desse momento, o Partido dos Trabalhadores (PT) ficou no poder aproximadamente por 14 anos com o cargo mais importante, o de presidente da República. Considerado como o Partido do povo, dos trabalhadores, das minorias, sob a liderança do presidente Lula, a sociedade foi alcançada pelas políticas públicas. Nesse contexto, o PT e seus agentes passaram por enfeitamento na política e na sociedade pelas ocorrências de vários escândalos de desvios de dinheiro público. Como consequência disso, como é de se esperar da oposição, tais acontecimentos foram usados pelos rivais da política para tirar o PT do jogo da disputa das eleições de 2018. Em consequência, iniciou-se uma perseguição política, jurídica contra o ex-presidente Lula, com os deputados, senadores e contra os simpatizantes dos demais

partidos que coadunavam com as mesmas pautas (GRIGOLETTO; DE NARDI; SOBRINHO, 2019).

Como podemos notar, a burguesia, os empresários, a extrema direita conservadora e os demais partidos de oposição à esquerda criaram uma narrativa de que todos os políticos do Partido dos Trabalhadores (PT) eram corruptos. Essa mensagem circulou por toda a mídia em 2018, incitando dessa forma o ódio para com os apoiadores do PT, generalizando toda uma classe política, cristalizando no imaginário social de que o PT era inimigo do povo brasileiro. Compreendemos que, para os bolsonaristas,

o inimigo é a “esquerda”, cujos ícones são o petismo e o lulismo. A ideologia – agora sinônimo de “marxismo”, “comunismo”, ou “socialismo” – passou a ser um atributo exclusivo da esquerda. Eles, da direita, não se consideram “ideológicos” e só reconhecem como ditaduras as de esquerda (ABRANCHES ET AL 2019, p. 24, grifo dos autores).

Os 14 anos do PT no governo desembocam no Golpe da ex-presidente Dilma Rousseff. A ênfase dada para conferir o impeachment e não o Golpe é sustentada pelas Instituições para mascarar o processo como legítimo e dessa forma, poderem negar o Golpe. Tal efeito deriva da memória do Golpe militar de 1964, que reverbera na contemporaneidade à ascensão dos militares ao poder como “legítimo”. Em outras palavras, há uma causa, “salvar o Brasil” da crise econômica, política, moral, dos comunistas etc. A repetição desses discursos circulou nas mídias no governo de Dilma Rousseff materializando o Golpe. Isso foi construído com o apoio dos empresários, da mídia, da Câmara dos Deputados e do Judiciário para o retorno da extrema direita ao poder em 2018, ou seja, tal processo foi construído a partir de 2011, materializado em 2016 com o Golpe. Por que 14 anos e não 16? A presidente foi eleita em 2014 com 54 milhões de votos, sua reeleição foi legítima pela maioria dos brasileiros para governar mais 4 anos, de 2015 a 2018, isso não foi possível, pois usurparam o poder, a presidência de Dilma Rousseff, não a deixando governar o país (GRIGOLETTO; DE NARDI; SOBRINHO, 2019).

O interesse do Estado, do capitalismo é o controle sobre o proletariado/trabalhadores para produzir riquezas, tendo como destino sustentar a classe bastarda das elites. Por outro lado, as reformas econômicas e políticas previstas para “salvar o Brasil” foram pressupostos para tirar o PT do governo, tendo como efeito o apagamento da memória das lutas de classes. “Como vimos, as respostas dadas pelo Estado, em sua opção pelo Impeachment/Golpe, foram determinadas pela estrutura do capital” (GRIGOLETTO; DE NARDI; SOBRINHO, 2019, p. 75). O Estado/Capitalismo assume o poder em 2016 com Michel Temer para “reconstruir” o

Brasil, Ordem e progresso. Tal acontecimento demonstrou a continuidade do Estado no poder em 2018 com Jair Messias Bolsonaro.

O processo de impeachment⁴ do presidente da República é um processo político e jurídico. Dessa forma, o julgamento de crimes de responsabilidade é previsto na Constituição, é de apreciação da Câmara dos Deputados, com a prerrogativa do presidente da Câmara em arquivar ou deferir a instauração do processo de impeachment.

Para os empresários, não era mais plausível manter Dilma Rousseff na presidência, dada a possível “pedalada fiscal”, a crise política e o alto índice de desemprego, tirando o poder de consumo da população; com isso, o capitalismo sofreu baixa de poder econômico, como bem se sabe, o Estado é atravessado pelo capital. Com isso, o Estado/capitalismo deixou explícito para a oposição que se o capital sofresse queda, baixa, seriam evocadas as instituições, o exército, o judiciário e a mídia para reparar o dano do capital tomando o poder.

A formalidade do golpe de 1964 implica em seus moldes em 2016:

No Brasil de 1964, o engodo foi denominado de “revolução”. Nenhum golpista admite que se denomine sua ação em português claro: golpe de Estado. Em 2016 isso se repete no país. A presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016, p. 11-12).

Os Partidos já em construção configuram algo fragmentado, partido pelo fato de sua ruptura com o sistema político. Tal ruptura faz alusão às promessas políticas descritas na Constituição, como a democracia, direito à educação, saúde, segurança para todos etc. O sujeito brasileiro que está nesse lugar “secundário”, está à espera de dias melhores, essa forma se caracteriza pelo imaginário do povo brasileiro, que ainda tem “esperança” de dias melhores, e isso está atrelado na/pela ausência, que é a condição do desejo, sendo que é a “falta” que movimenta o sujeito a estar à procura de algo.

Falando psicanaliticamente:

Não o desejo tal como é entendido pela biologia e como é proposto pela filosofia natural; não o desejo como satisfação de uma necessidade, mas um desejo desnaturalizado e lançado na ordem simbólica. Esse desejo só pode ser pensado na sua relação com o desejo do outro e aquilo para o qual ele aponta não é o objeto empiricamente considerado, mas uma falta. De objeto em objeto, o desejo desliza como que numa série interminável, numa satisfação sempre adiada e nunca atingida (GARCIA-ROZA, 2009, p. 145).

⁴ Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128811/lei-do-impeachment-lei-1079-50> . Acesso em: 22 ago. 2022.

Assim sendo, o desejo⁵ na perspectiva lacaniana não é inerente ao sujeito, emana, emerge do *Outro/outro*. Sobretudo, a possibilidade da realização do que é prometido, descrito pela CF/88 de certa forma, é tomada pela ação política, oferecida ao sujeito pelo discurso político.

Tal perspectiva tem efeito da anterioridade constitutiva do desejo pelo discurso do Outro. É precisamente o que “Lacan coloca que não há desejo senão a partir da linguagem, como efeito da linguagem” (MILLER, 1997, p. 52).

Para maior compreensão do que problematizamos acima, evocamos o pensamento de Lacan sobre o Objeto a, proposto como outro semelhante, a causa de desejo. Logo, meu desejo é o desejo do outro (LACAN, 2008).

Lacan considera ter construído e inventado o objeto a. Ele é um objeto que se reveste da característica de ser escrito com um símbolo, a letra "a". Esse símbolo "a" não representa a primeira letra do alfabeto, mas a primeira letra da palavra "outro" [autre]. Na teoria lacaniana, existe o outro com "a" minúsculo e o Outro com "A" maiúsculo. Este, o Outro maiúsculo, é uma das imagens antropomórficas do poder de sobredeterminação da cadeia significante. Já o outro minúsculo, com que a letra a qualifica nosso objeto, designa nosso semelhante, o alter ego (NASIO, 1993, p. 92, grifo do autor).

Para a psicanálise lacaniana, o A maiúsculo (Autre), em francês, é constituído como lugar do Grande Outro, aquele que representa para o sujeito a primeira posição na rede simbólica. “É a esse exterior, lugar do objeto, anterior a qualquer interiorização, que pertence a ideia de causa” (LACAN, 2005, p. 116).

Segundo Nasio (1993), Lacan teoriza o Objeto a:

Uma letra que tem a função central de nomear um problema não resolvido, ou, melhor ainda, de expressar uma ausência. Que ausência? A ausência de resposta a uma pergunta que insiste sem parar. Já que não encontramos a solução esperada e necessária, marcamos então, com uma notação escrita — uma simples letra —, o furo opaco de nossa ignorância, colocamos uma letra no lugar de uma resposta não fornecida (NASIO, 1993, p. 93).

Anterior a isso, Freud (2013) formalizou o objeto no campo da sexualidade, das pulsões, do narcisismo, do luto. Seu trabalho é avesso das questões objetivas, posto diante do sujeito como algo já dado/objetivado. Desse modo, Freud (2013) concebe o objeto como objeto

⁵ “O desejo não é inicialmente desejo de algo, ele é “desejo do Outro”, desejo encontrado no Outro, equivalente a sua falta. A expressão desejo do Outro possui duplo sentido: eu desejo seu desejo, mas também desejo enquanto Outro. Em outras palavras, meu desejo é falta, e eu não sei o que o desejo visa” (SOLER, 2012, p. 66).

perdido, ou seja, o sujeito tem a contornar o objeto, e não ao possuí-lo em sua totalidade, pois ele sempre escapa.

Na concepção da psicanálise o objeto está entremeio ao sujeito e ao Outro; essa relação deixa traços, marcas e com isso, algo sempre falta. Assim, a relação com o objeto não se dá em sua completude, mas pela falta, dito diferentemente, o objeto é constitutivo pela ausência e não pela posse. “Essa construção implica que o sujeito e o objeto “a” (ainda que como furo) por serem resultado de operações de linguagem, tenham que ser definidos no âmbito da cadeia significantes” (GÓES, 2012, p. 58, grifo do autor).

Lembremos que tal acontecimento é de outra ordem, outra cena, na qual o sujeito do inconsciente está à borda, às margens, constituído pelo discurso do Grande Outro. Assim, “desenha-se, pois, uma relação entre o efeito da perda, ou seja, o objeto perdido que designamos por a, e o lugar chamado Outro, sem o qual ele não poderia se produzir, um lugar ainda não conhecido e não medido” (LACAN, 2008, p. 125).

Assim, o desejo espelhado no político pelo eleitor tem seu efeito pela ordem simbólica⁶. Nessa perspectiva, o discurso do político faz com que o desejo do outro/eleitor irrompe ao se identificar com objeto. Portanto, o desejo se inscreve pela falta, isto é, a fala do político produz algo que ainda há de ser realizado pelo reencontro do objeto perdido, ou seja, há traços investidos no/do político que completará, satisfará o desejo⁷ do sujeito.

O autor Charaudeau (2018) desmistifica a “demonização” da política mostrando em seu percurso teórico que a política não usurpou as prerrogativas para aquilo que foi idealizada, ou seja, representar o povo perante o Estado.

Como consequência, o sujeito eleitor tem a perspectiva que algo vai acontecer pela dinâmica da política:

⁶ **Simbólico.** “Função complexa e latente que envolve toda a atividade humana, comportando uma parte consciente e outra inconsciente, ligadas à função da linguagem e, mais especialmente, à do significante. O simbólico faz do homem um animal (“falasser”) fundamentalmente regido, subvertido pela linguagem, o que determina as formas de seu vínculo social e principalmente suas escolhas sexuadas. Fala-se, de preferência, de uma ordem simbólica, no sentido da psicanálise ter logo reconhecido sua primazia na instalação, por um lado, do jogo dos significantes condicionantes do sintoma e, por outro, como a verdadeira mola do complexo de Édipo, com suas consequências na vida afetiva; por fim, reconheceu-se seu princípio como o que organiza, de forma subjacente, as formas predominantes do imaginário (efeitos de competição, de prestância, de agressão e de sedução)” (CHEMAMA, 1995, p. 199).

⁷ **Desejo.** “Meu desejo é, literalmente, o desejo do outro; passo, no que concerne aos caminhos daquilo que quero, pelos movimentos da marionete do outro, pelos caminhos de seu desejo. Não sei nada de meu desejo, a não ser o que o outro me revela, já que estou obrigado a segui-lo à risca. De modo que o objeto de meu desejo é o objeto do desejo do outro, meu desejo não tem nem mesmo a sombra de um sentido; o objeto do desejo é o objeto do desejo do outro, o que os movimentos do olhar ou da voz do outro me indicaram como tendo estatuto de objeto, jogado como alimento diante de mim” (NASIO, 1995, p. 266).

Isso nos conduz à questão das instâncias implicadas na ação política: a *instância política*, que é delegada e assume a realização da ação política; e a *instancia cidadã*, que está na origem da escolha dos representantes do poder. É a instância política que se encontra em contradição: ela chegou ao poder por vontade cidadã (e não autoritária), mas esta, não estando encarregada dos negócios de Estado, não conhece as regras de seu funcionamento e ignora as condições de realização da ação política. A instância política, que é de decisão, deve, portanto, agir em função do *possível*, sendo que a instancia cidadã a elegeu para realizar o *desejável* (CHARAUDEAU, 2018, p. 18-19, grifo do autor).

Por outro lado, o sujeito ao se colocar em uma posição-sujeito como candidato/político é atravessado pelo discurso político. Tal fala é articulada pela história, ou seja, ao falar, o sujeito elabora toda uma construção produzida pela história. Isto quer dizer que o sujeito fala a partir do que foi dito antes em algum momento da história. Nessa perspectiva, o sujeito faz uso da linguagem pelo fato da exterioridade na história; a linguagem usada como uma máscara para o uso de cada situação evocada pelo outro.

Consequentemente, o discurso político deriva do interesse ao poder e para alcançar esse poder, o político se utiliza da persuasão com intuito de desvencilhar-se dos rótulos de sujeito bandido, ladrão, mentiroso, mau-caráter etc. “Em outros termos, um dos traços que caracteriza o discurso político é a busca incessante pela credibilidade e pela legitimidade” (PIOVEZANI, 2009, p. 279). Convém também dizer que a política é considerada como uma arte de falar/convencimento, falar no lugar do outro e para o outro. Desse modo, o processo ideológico autoriza esse outro a representá-lo pela equivalência da identificação marcada pela posição do sujeito na sociedade.

Dito de outro modo, o imaginário é de suma importância na constituição do sujeito, ou “já-sujeito” pelo processo de interpelação da ideologia, na qual as relações são construídas pelo Outro, como também pelo outro semelhante. Assim, tais conceitos da psicanálise, como o imaginário e a fantasia, são assimilados por Althusser.

[...] “Introduz a noção atrelada à constituição do imaginário, ou seja, a ideologia adquire funcionamento justamente no âmbito da fantasia, sendo assim ideologia se torna parte de constituição do Outro no inconsciente e estrutura a relação com o outro remontada na cadeia de significante prescrita (JUNIOR; DUNKER; PAVÓN-CUÉLLAR, 2019, p. 70-71).

Enfim, uma das características da política partidária é fragmentar o poder hegemônico. Isto é, a presença dos deputados e senadores na Câmara Federal e no Senado Federal representa as partes de determinados grupos sociais até porque sem oposição não há democracia. Esse tipo de hegemonia em que a totalidade governa, constituída a partir da nova República, tem no modelo presidencialismo a forma de governo para os fortes/burguesia.

Seguindo esse caminho de raciocínio:

Nessa perspectiva, para manter seu poder, a burguesia produz evidências discursivas que fazem crer que os indivíduos são “livres” e “iguais”, sobrepondo as contradições e classes por meio dos sentidos de “cidadania” e “democracia” (GRIGOLETTO; DE NARDI; SOBRINHO, 2019, p. 62).

Em outras palavras, a estrutura política de governo descrita na Constituição de 1988 é atravessada por interesses, demandas políticas, gerenciada pela pauta do Estado. Aparentemente foi constituída para garantir direitos fundamentais para sociedade:

No entanto, a prática política, tal como vivenciamos nos dias de hoje, tende a ignorar as diferenças, desqualificando-as, e projetar uma unidade política ficcional que remete a um imaginário de unidade que constrói as condições necessárias para um outro imaginário, o da governabilidade (GRIGOLETTO; DE NARDI; SOBRINHO, 2019, p. 81).

Nessa configuração, o cargo mais importante/máximo da República é o de presidente e esta posição sujeito-presidente é o interesse do nosso trabalho, marcado pelos sentidos constituídos pela história e pela ideologia. Com isso, possibilita ao sujeito discursivo tomar posição por meio da identificação entre os interlocutores dentro das condições de produção.

Nesse caso, o enunciado “ele não” diz a partir desse espaço, de sujeitos constituídos pela ideologia, e como consequência disso, estão os sujeitos-cantores, artistas, professores, estudantes, com posições assumidas, alguns com experiências de resistência nas lutas revolucionárias/políticas, como no governo ditatorial/militar de 1964-1985. Assim, foram vinte e um anos de perseguição política, liberdades de falas suprimidas, de posições ideológicas, não permitindo o jogo dos partidos políticos nas eleições para presidente nesse período o governo era só por uma via, “sim senhor e não senhor” para o chefe máximo do exército general/presidente.

Era um período de caça ao comunismo, Orlandi (2017, p. 17) expõe esse momento, que para poder sobreviver ao esquadrão da morte, Comando Caça Comunista (CCC), era preciso se exilar, demonstrando aparentemente uma “neutralidade” diante dos fatos, e, dessa forma, poder ter alguns direitos, ainda que controlados pelo exército. Como se pode notar, “a ditadura não dava trégua, mas eu havia aprendido com a esquerda e com Pêcheux que para falar uma coisa pode-se falar outra”.

O estranhamento diante do cenário político em 2018 reverbera posições sócio-histórica e ideológica da fala do candidato Bolsonaro. Em outras palavras, o “ele não” retoma, nessa condição a possibilidade de outros sentidos, articulados pela via do interdiscurso.

Orlandi (2017, p. 133) faz menção da posição sujeito-presidente dizendo que “logo, é uma posição-sujeito já marcada, já significada: a da prevalência dos mais fortes sobre os fracos, a da regeneração dos cidadãos, a da imposição da ordem para que haja progresso”.

Nesse sentido, como registro simbólico, o sujeito em sua constituição é alienado pelo Outro, pela linguagem, pelo significante. A castração formulada por Freud é o corte da “Lei”, o pai se apresenta como vigia no controle do desejo do homem em sociedade; assim, é ameaçado em descumprir suas ordens daquele que tem o poder sobre o outro, o pai, ou por aquele que o representa um objeto, uma “coisa”.

Em virtude do exposto, Chauí (2006) descreve a palavra pai posta pela conjuntura histórica do Brasil:

Não se trata, porém, do pai como genitor de seus filhos - neste caso, usava-se genitor -, mas de uma figura jurídica, definida pelo antigo direito romano. Pater é o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe, isto é, plantações, gado, edifícios (“pai” é o dono do patrimonium), e o senhor, cuja vontade pessoal é lei, tendo o poder de vida e morte sobre todos os que formam seu domínio (casa, em latim, se diz domus, e o poder do pai sobre a casa é o dominium), e os que estão sob seu domínio formam a família (mulher, filhos, parentes, clientes e escravos). Pai se refere, portanto, ao poder patriarcal e pátria é o que pertence ao pai e está sob seu poder. É nesse sentido jurídico preciso que, no latim da Igreja, Deus é Pai, isto é, senhor do universo e dos exércitos celestes. É também essa a origem da expressão jurídica “pátrio poder”, para referir-se ao poder legal do pai sobre filhos, esposa e dependentes (escravos, servos, parentes pobres) (CHAUÍ, 2006, p. 12-13).

Em especial, a bandeira do Brasil deixa explícita (**ordem e progresso**) como registro simbólico, ou seja, quem faz essa função é o presidente representando a figura do pai. Na perspectiva da psicanálise freudiana, é o pai que estabelece a lei, aquele que faz a “castração”. Bolsonaro em seu discurso como futuro mandatário do Brasil se colocou nesse lugar de pai da nação, aquele que mandava, ditava ordens. Isso desliza como efeito de normas, restrições, impedimentos, leis, em que o sujeito-presidente toma para si, símbolos coloniais, principalmente da ditadura militar, como guardião da “Lei”, das tradições.

A posição sujeito-presidente é constituída pela subserviência do outro, essa ideia de Bolsonaro para presidente ocupa um lugar de “pai”, isto é, aquele que vai pôr as coisas no “lugar”, “ordem nos filhos”, “salvar o Brasil” da volta do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder em 2018, da corrupção, da imoralidade, dos socialistas, dos comunistas, dos que odeiam a família tradicional etc.

No processo histórico do Brasil em busca da independência europeia, as cores na bandeira, verde e amarelo, registram as riquezas do Brasil, produzidas pelos períodos imperial, primeiro reinado, primeira República, ditadura militar e a nova República. Em outras palavras,

tal representação demonstra um país subserviente, alienado, que se cala diante dos seus algozes, aceitando ordens absurdas que ferem o processo democrático. Isso está implícito na bandeira, a continuidade de um sistema político nacionalista que tem avesso às classes minoritárias, e de pensamentos que divergem de sua política e ideologia (CHAUI, 2006).

Resulta desse processo o questionamento, perguntar-se da permanência da posição de neutralidade da sociedade diante de um sistema de governo perverso. A Análise de Discurso traz luz sobre tais questões:

[...] (Os efeitos de sentidos), ou seja, um discurso, tal como o produz um sujeito posicionado, é, simultaneamente, o resultado das determinações da língua e de um processo sócio-histórico e cultural específico, que fazem com a sequência produzida e seu sentido sejam o que são (PESSOA, 2019, p. 13, grifo do autor).

Diante disso, compreende-se o funcionamento de padronização de sentidos produzidos pela rede discursiva. Os sentidos não são “soltos”, seguem uma hierarquização, sendo determinadas pelas Instituições como a família, Estado, exército, igreja, escola. Isso é equivalente a determinada conjuntura sócio-histórica e ideológica. De todo modo, conjunturalmente, o imaginário produz efeito de antecipação de um objeto, de uma “coisa” posta sobre a relação entre os interlocutores.

Disso se segue o que Indursky (2013, p. 67) discorre, dizendo que:

Pêcheux afirma que o discurso produzido por um sujeito (A) sempre pressupõe um destinatário (B) que se encontra em um lugar determinado na estrutura de uma formação social. Tais lugares estão representados nos processos discursivos a partir de uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem mutuamente, ou seja, a imagem que fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Como pode-se notar, tal mecanismo político associa seus famosos slogans sustentados pelos já-ditos. Essas outras vozes são tomadas pelo locutor como sentidos estabilizados, desse modo, a palavra do sujeito-político poderá significar e ressignificar para o outro/eleitorado; por meio de relações de outros sentidos. Seria isso, a constituição do sujeito é determinada pelo discurso ao circunscrever-se em uma determinada formação discursiva. Exemplo: o *slogan* que Bolsonaro tomou em sua campanha eleitoral em 2018, “Brasil, acima de todos e Deus acima de tudo”. Tal slogan tomado por Bolsonaro depreende de outros dizeres como da extrema direita, a “Alemanha acima de tudo⁸”, pronunciada por Hitler. Bolsonaro se inscreve nessa formação

⁸ Disponível em: <https://abrir.link/6TnUw>. Acesso em: 03 jul. 2023.

discursiva atravessada pela Formação Ideológica (FI), para poder dizer “Brasil, acima de todos e Deus acima de tudo”.

Em outras palavras, as relações entre os sentidos marcam tais acontecimentos sócio-históricos, disso se segue que o discurso do político evoca no sujeito os atributos do imaginário, que antecipará seu discurso, já constituído, estabilizado, presentes na FD. Considera-se assim que “no enunciado, há sempre uma posição sujeito, ou uma função que pode ser exercida por vários sujeitos” (PIOVEZANI; CURCINO; SARGENTINI, 2014, p. 113).

Ao tomar o discurso, a fala do político representa um projeto estável do poder, atravessado pelo interdiscurso. No que tange ao imaginário, sua constituição permite a produção de efeitos de sentidos do/pelo enunciado “ele não” que tem seu efeito segundo as posições do sujeito-ouvinte. Nessa condição, o enunciado oferece resultado ao eleitorado marcado pela memória discursiva.

Segundo Orlandi (2015, p. 40):

Tudo isso vai contribuir para a constituição das condições em que o discurso se produz e, portanto, para seu processo de significação. É bom lembrar: na análise de discurso, não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder.

Para a AD, a memória discursiva produz efeito de repetição, diante dessa idealização, a história mostra, registra o que deu certo e o que tem que permanecer para que o Brasil continue em “progresso”. Essa forma se caracteriza no imaginário social em que as palavras configuram outros enunciados como, o “Brasil é um país acolhedor”, “o povo brasileiro é pacífico, hospitaleiro”, não precisa se revoltar, ir para luta, diante de qualquer situação.

Quanto a isso, para Wunenburger (2007, p. 13), “o imaginário é compreendido como um tecido de imagens passivas e sobretudo neutras, não dotadas de existência verdadeira alguma. Só a imaginação se vê investida de propriedades criadoras”.

Tais condições, em que foram idealizadas na bandeira as palavras Ordem e progresso, têm influência do positivismo do filósofo Augusto Comte. Segundo ele, o crescimento de uma nação é estabelecido pelo princípio da “ordem”, o presidente que está no poder governa absolutamente, e para aqueles que não aderem em obedecer, passam pelo processo de regeneração, reforma política, religioso, moral e social. Dito de outro modo, a história afere, mostra a resistência a esse tipo de governo em que opositores são considerados inimigos da pátria, da nação (ORLANDI, 2013).

Como bem lembra, Orlandi (2013, p. 203-204):

[...] A prática do positivismo visa a regeneração dos homens no exercício do poder – e, nesse discurso, ordem (de ordem e progresso) não é um estado social, mas significa repressão, reação. Este é um expressivo deslizamento de sentido da ideologia positivista francesa (Auguste Comte) e a forma que toma o Brasil. Esse discurso, com essas suas derivas, é vigente desde o momento da implementação da República: a moral positivista passa a ser a chave de interpretação dos sentidos no domínio político. E assim é que se lê a máxima positivista na nossa bandeira (símbolo cívico): ordem e progresso. Ela funciona de maneira difusa em seus efeitos e fortes em seus princípios, significando uma organização preexistente e imanente, natural e assim inegavelmente necessária. Desse modo, dado o fato de que a evolução depende da ordem natural, essa ordem que supõe uma unidade leva ao desejo da nação como unidade que permite uma cultura específica. Essa máxima – ordem e progresso - é lida como um apelo para fazer emergirem traços comuns a todos (ordem) para propiciar a formação orgânica e original da cultura do país visando o nosso “progresso” e a garantia é dada pela forte interpretação militarista, na qual “ordem” adquire o sentido de um comando.

Além do mais, a expressão de “*Ordem e progresso*” marca a posição sujeito-presidente sobre os acontecimentos históricos da política no Brasil. Nesse processo, o sujeito-presidente está constituído nessa memória, tais poderes constituídos são para os fortes governarem sobre os fracos. Isso diz da continuidade do modelo de governo posto implicitamente na bandeira, Ordem e progresso. Há uma injunção implícita na palavra Ordem e progresso, que todos os feitos dos governos foram para o bem do país, ainda que violem direitos fundamentais do ser humano.

No espaço de constituição do enunciado “ele não” para Bolsonaro, as posições dos sujeitos dizem muito do processo ideológico, interpelação de indivíduo-sujeito. Nessa condição de forma-sujeito, as ações tomadas são postuladas pela consequência do funcionamento da ideologia; diante dessa construção, o sujeito se posiciona diante do mundo por meio da prática da linguagem. Seria isso:

Desde a 2ª geração da AD, Foucault (1987) insistiu que não existe discurso uniforme, isto é, o discurso é composto de vários discursos, é uma multidão de enunciados vindos de lugares diferentes. O sujeito é “função social”. O que ele diz será influenciado pela função social que ele ocupa e pela visão de mundo que ele tem. A essa visão de mundo corresponde a uma formação discursiva (materialização da ideologia) [...] (PESSOA, 2019, p. 22).

A formulação pecheutiana é atravessada pela perspectiva do trabalho de Althusser, na qual toma a ideologia como efeito de produção de evidência, porém, o processo de interpelação de indivíduos-sujeitos ocorre ao mesmo tempo com a constituição de sentidos. Diante disso, o sujeito assume uma Formação Discursiva (FD) a partir de uma Formação Ideológica (FI).

Segundo Orlandi (2013, p. 77):

A formação discursiva - lugar provisório da metáfora – representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando -o a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação.

Na condição de 2018, o efeito *Ordem e progresso* na bandeira do Brasil ganha outros sentidos, significam e se significam pelo caráter da ideologia que tem como finalidade de não mascarar a realidade, mas em evidenciá-las. Desse modo, a fala do sujeito-enunciador é constituída com outras palavras no espaço da formação discursiva, dado pelo processo de identificação, desde então, o enunciado “ele não” diz de uma memória discursiva. Tal mecanismo revela-se sobre a construção da campanha de Bolsonaro em 2018, sob a conjuntura política constituída no Brasil, desde o período da colônia, e depois desta, continuamente. Deve-se pôr em jogo a ruptura dessa hegemonia de poder, com o aparecimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como candidato, mas também como *resistência* nos períodos de 1989, 1994, 1998. E em 2002, Lula obteve sua vitória para presidente da República.

Entretanto, sabemos que:

A comunicação política é entendida pelos profissionais desse campo como tipicamente argumentativa, uma vez que se apresenta enquanto um conjunto de trocas informativas de conteúdos e propósito político carregadas de intencionalidade, ou seja, esse tipo de comunicação visa levar os destinatários a votar nos candidatos ou na legenda de um determinado partido político ou ainda a crer na veracidade daquilo que está sendo proposto (BARONAS, 2016, p. 16).

Os opositores idealizaram uma figura distorcida de Lula perante a sociedade, a intenção era explícita ao tentar impedir que um trabalhador comum chegasse ao cargo máximo da República federativa do Brasil. De antemão criaram uma figura mítica, uma credence espelhada em Lula, de um “ditador”, comunista, que tem ódio da família tradicional, dos evangélicos etc.

Logo, confirmando a vitória de Lula para presidente, o Brasil viria a ser um país “comunista” como Cuba, China etc. Consequentemente, as grandes empresas iriam deixar o Brasil, pois o comunismo seria instalado, sendo assim, as liberdades seriam reprimidas. Dito de outra forma, aqueles que são de viés de esquerda/progressista são considerados cidadãos “maus”, seus interesses pelo poder são o de “destruir” as Instituições constituídas como a família conservadora, igreja, exército, entre outros. Com efeito, não querem o “progresso” do Brasil. Para os que são de direita conservadora, são cidadãos “genuínos” do “bem”, tendo o amor à família e à pátria.

Lula ganha notoriedade no mundo pela sua projeção política nas ações de governabilidade social e de políticas públicas. É fato que Lula não aparece na política como um aventureiro, foi eleito deputado federal em 1986. Lula foi considerado como um dos protagonistas da Diretas Já, participando de vários movimentos sociais em oposição ao governo militar; uma das principais manifestações populares foi as Diretas Já entre 1983-1984⁹, que buscava o retorno das eleições de presidente da República pela escolha do povo, e não pela interdição dos militares. O governo militar coibia a representatividade da sociedade ao direito de escolher seu representante por meio do voto.

Ocorre que o jogo político se movimenta por interesses, a pauta recorrente da classe de empresários, do capitalismo e dos partidos políticos eram de ser novamente protagonistas, assumirem novamente a presidência da República.

Vale dizer que está implícito o saudosismo no imaginário social do período da ditadura militar, o êxodo/saída da ditadura teve como consequência todo o tipo de violência aos direitos humanos, como exílio, prisões e mortes, daqueles que lutavam por liberdades individuais e coletivas. Após a ditadura, em diferentes períodos dos governos, o tema do período militar é retomado pela falta da “ordem” na sociedade. No caso referido, por conseguinte, a classe média, empresários, cristãos como católicos e evangélicos não sofreram tipos de censuras. Nessa conjuntura, a classe média apoiava o governo militar; de todo modo, as classes sociais que não concordavam com o regime militar eram consideradas inimigos do governo, especialmente os socialistas e comunistas (INDURSKY, 2013).

É de se esperar na fala de um sujeito, ou sujeitos de posição de direita conservadora, afirmações de que não houve “ditadura” no governo militar, que foi um período de governo “pacífico”, em que a *ordem* era aplicada, havia justiça do governo para aqueles que violavam as leis. Para os subservientes, os sentimentos de “liberdade”, “segurança,” “paz”, eram consequência do apoio ao governo militar. Nessa trajetória, os índices de assassinatos, corrupção na política, como desvio do dinheiro público, foram “extintos”. Por outro lado, tais desvios de comportamento ou ideológico eram combatidos com rigor, as opções eram, “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

⁹ Disponível em: <https://www.pt.org.br/> . Acesso em: 11 abr. 2022.

Figura 1 – O Brasil dos militares



Fonte: Disponível em: <https://abrir.link/ZQ88T>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Com efeito, tal enunciado foi proferido no governo militar, em que o medo era explícito, especialmente, no governo do presidente/militar Emílio Garrastazu Médici, considerado como um dos presidentes-militares mais coercitivos da ditadura militar, período conhecido como “anos de chumbo” entre 1969 e 1974.

O enunciado “Brasil, ame-o ou deixa-o”, aparentemente, está relacionado a uma perspectiva passiva, em que o cidadão é convidado a retroceder de suas práticas, ou seja, parar de se opor ao governo militar e voltar a amar o Brasil novamente. É preciso lembrar que o governo militar não se configura como governo democrático, é um sistema ditatorial, o que prevalece não é a voz do povo, das instituições, mas do General/presidente. Em outras palavras, o efeito de sentido do enunciado significa, para seus apoiadores, que o governo militar coloca à disposição de seus inimigos uma saída do conflito sem turbulência. Tal efeito máscara as práticas de tortura, nesse contexto, segundo Indursky (2013), se os opositores da ditadura não saíssem do Brasil, eram torturados e mortos.

O dito amar evoca a volta ao princípio de estado “original”, de um psiquismo coletivo, como se o cidadão sempre pertencesse a um determinado grupo, espaço, posição, nesse caso, o de direita. Isso quer dizer que os comportamentos aversivos dos cidadãos foram determinados por algo, com efeito à ideologia de esquerda. Como perda do estado “original” de cidadão do “bem” ao se “rebelar”, eles são considerados “maus”, e assim, o dever dos militares é extinguir os “maus brasileiros”.

Independentemente da posição política, dado ao processo da ideologia, essas vozes, como as funções que o sujeito assume e se identifica são recorrentes nas FDs. O que se quer dizer é que o discurso pode ser outro.

Deve-se dizer que:

Segundo Pêcheux, o sentido existe em relação metafórica, de transferência, uma vez que o sentido da palavra não está ligado à sua literalidade: o sentido se estabelece nas formações discursivas que são seu lugar histórico provisório [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 219).

Dentro da perspectiva militar, “amar o Brasil” é uma condição para os cidadãos brasileiros, o que escapava dessa regra era eliminado como transgressor da lei e da ordem, como afirma Indursky (2013, p. 229, grifo da autora):

[...] *Brasil: ame-o ou deixe-o*. Na década de 1970, durante a gestão de Médici, o Brasil pertencia aos *bons brasileiros*; os outros, não podendo ser representados como tal, por reunirem qualidades “perversas”, transformaram-se em *inimigos da revolução, contrarrevolucionários, criminosos do terrorismo*, muitos deles perdendo a cidadania por exilarem-se, por entrarem na clandestinidade ou, ainda, por serem detidos, torturados e eliminados.

2.2 Acontecimento discursivo na perspectiva da AD

Tomamos o acontecimento histórico das eleições para presidente da República de 2018 como acontecimento discursivo para compreender os efeitos de sentido do enunciado “ele não”, e de que forma isso possibilitou novos significados para o sujeito brasileiro.

Para descrever o percurso discursivo do enunciado, é basilar citar o Dicionário de AD, no qual pontua que é “no interior da análise de discurso – segundo uma perspectiva histórica -, o acontecimento discursivo se define em relação à inscrição do que é dito em um momento determinado em configurações de enunciados” (CHARAUDEAU, 2004, p. 29).

Para a AD, a materialização do dizer do sujeito corresponde às condições históricas e ideológicas. Em outras palavras, o processo histórico é determinante nas configurações em que os sentidos são produzidos. Diante disso, o modo de produção da AD, na qual este trabalho se inscreve, possibilita colocar em cena o sujeito do enunciado “ele não” determinado pela rede discursiva que coloca a linguagem em funcionamento na produção de sentidos.

Nesse viés, as formações ideológicas marcam os efeitos das práticas sociais que são hierárquicas, como o discurso se produz através da língua; sendo assim, o sujeito fala de uma determinada posição que o marca pela história e pela ideologia. Ou seja, é por meio dessa construção que o sujeito fala, significa e interpreta segundo as condições de produção. Em decorrência disso, afirma Orlandi (2015, p. 44): “esse é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia”.

Como vemos, as condições de produção se dão a partir de uma memória já constituída, demonstrando, dessa forma, que a circunstância sócio-histórico determina a materialidade do discurso. O que queremos dizer é que as condições de produção de 2018 se inscrevem na memória discursiva, ou seja, o interdiscurso possibilita o efeito de retomada de discursos *outros* na atualidade. Para a AD, o discurso está sempre em movimento produzindo efeitos de sentido, independente do lugar ideológico do sujeito que o enuncia. Nesse sentido, tomamos o enunciado “ele não” como acontecimento discursivo, no qual, sob as condições de 2018, o sujeito é atravessado por discursos outros dentro da rede discursiva. Nesse viés, tais descrições se circunscrevem no que a autora Orlandi (2017, p. 103) salienta: “como acontecimento, o discurso não para de significar e pode vir a significar de muitas e diferentes maneiras”.

Nessa direção, o enunciado “ele não” significa uma determinada posição do sujeito na sociedade. Ressalta-se que o enunciado “ele não” é uma posição ideológica aos comportamentos aversivos, a falas ofensivas que se inscrevem nos dizeres de Bolsonaro. Ao enunciar “ele não” para uma determinada pessoa, significa que esse sujeito tem aversão ao outro.

Nas considerações sobre o acontecimento discursivo, é preciso destacar que o enunciado “ele não” foi tomado pelas mulheres como símbolo de luta contra o candidato Bolsonaro nas eleições de 2018 para presidência da República. Diante disso, o enunciado “ele não” se inscreve como acontecimento histórico, na qual os sentidos são constituídos como estável, pronto, referente a uma memória geral dos fatos sociais, psicológica.

Para situar o enunciado “ele não” como acontecimento discursivo, vejamos o que Orlandi (2014, p. 172) relata:

O acontecimento discursivo não se confunde, nem com notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciado que se entrecruzam em um momento dado.

Pêcheux possui em seu percurso intelectual as marcas do materialismo, seus interlocutores foram Marx, em especial Althusser, seu professor na École Normale Supérieure. Com a conclusão do curso de filosofia, Pêcheux ingressa no laboratório de Psicologia Social (CNRS). Seu grupo de pesquisa foi constituído por Denise Maldidier, Françoise Gadet, Jaques Courtine, Michel Plon, Paul Henry, dentre outros grandes nomes.

O autor articula o discurso com as três disciplinas, a linguística, materialismo histórico e a psicanálise. Pêcheux rompe com o estruturalismo saussuriano tomando a língua(gem) em

sua opacidade, equívoco. Para a AD, o sujeito não é autônomo, mas (des)centrado, tendo como não transparente a linguagem, a ideologia, o sentido.

Essa síntese apresenta o recorte teórico do conceito de acontecimento discursivo elaborado por Pêcheux, articulado sobre o espaço político-discursivo de 1981, contexto esse das eleições presidenciais da França, no qual o discurso político era o objeto de reflexão da sistematização teórica e metodológica da Análise de Discurso, constituída pela veracidade dos trabalhos de Pêcheux. Em especial, as obras, Análise automática do discurso de (1969), Semântica do discurso de (1975), que o fizeram ganhar notoriedade no cenário acadêmico/científico. E em 1983, O discurso estrutura ou acontecimento, período esse que AD rompe fronteiras geográficas (BARONAS; KOMESU, 2008).

Pêcheux foi um pensador a frente de sua época, ele deixa explícito o interesse pelos trabalhos de Marx e de Louis Althusser, seu mestre do curso de filosofia, que diretamente o influenciaram na elaboração de sua tese, o discurso.

Tais questões sobre o discurso foram concebidas pelo efeito discursivo, ou seja, Pêcheux toma a língua, a história e ideologia sob a perspectiva da exterioridade em equivalência com o contexto social, marcado pelas práticas discursivas em descontinuidade com a linguística moderna, formulada como sistema abstrato, fechado, determinado pelo seu objeto à língua como homogênea.

Diante disso, Pêcheux se afasta do sujeito empírico e evoca as questões da exterioridade, desconstruindo o sujeito como o centro. O discurso vai mostrar que os sentidos escapam que não circunscrevem a um sistema fechado, interno, que toma o sujeito como “senhor da linguagem”. Nessa perspectiva, o sujeito é unívoco, tendo a ilusão de ser a origem do dizer, do sentido. A AD rompe com tais questões, teorizando que o sujeito é constituído pelo externo, pelo contexto histórico-ideológico.

A obra de Pêcheux _ O discurso estrutura ou acontecimento _ é alçado à condição do contexto de apresentação da posição política, militante pelo Partido comunista, na qual suas análises políticas eram recorrentes dos textos jornalísticos. Por outro lado, Pêcheux quer marcar esse momento para referir-se à AD como uma disciplina interpretativa em descontinuidade do modelo estrutural, empírico.

Pêcheux estava pensando no processo de deslocamento, de deriva em ruptura com o sistema de regras, de regularização sob o processo de significação. Nessa perspectiva, o acontecimento discursivo mexe com a estrutura vigente, ou seja, o acontecimento. Por outro lado, o acontecimento tem como característica a estabilização de sentido, sendo esta forma em equivalência com a memória, como algo dito em outro lugar. Em outras palavras, o

acontecimento retorna à memória para que esse dizer possa (res)significar, o acontecimento discursivo irrompe, mexe com a memória, produzindo novas discursividades.

Na perspectiva da AD, o sentido não é transparente, óbvio, homogêneo. “Partimos do princípio de que há sempre interpretação. Não há sentido sem interpretação. Estabilização ou não, mas sempre interpretação” (ORLANDI, 2020, p. 20).

Tomamos essa citação para pontuar o pensamento de Pêcheux sobre a constituição do acontecimento discursivo nas eleições para presidente da República na França em 1981. Nesse sentido, Pêcheux discorre sobre a interpretação do enunciado “On a gagné” em circulação no mundo esportivo para mostrar que ainda que o sentido esteja estabilizado, há sempre interpretação em percurso.

O enunciado “On a gagné” em circulação no campo esportivo é visto como algo corriqueiro, esperado, já-posto. Sendo assim, o enunciado “On a gagné” evocado pelo campo político não é estabilizado, isso dá a possibilidade do sentido ser outro. Segundo Pêcheux, tal enunciado “é profundamente opaco: sua materialidade léxico-sintática” (PÊCHEUX, 2015, p. 23).

Nesse viés, acrescenta Pêcheux (2015, p. 23):

Imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos.

Assim, o enunciado “On gagné” circulou pela mídia, na qual a vitória de François Mitterrand era esperada como certa pelos analistas políticos. Tal enunciado em circulação foi articulado por dizeres da memória do campo esportivo. Ou seja, o processo de substituição problematizado pelo autor marcou o acontecimento pelo deslocamento do enunciado. Portanto, o efeito de sentido do enunciado está posto sobre a rede de filiações. Dessa forma:

O que podemos dizer é que este jogo metafórico em torno do enunciado “On a gagné” [“Ganhamos] veio sobredeterminar o acontecimento, sublinhando sua equivocidade: no domínio esportivo, a evidência dos resultados é sustentada pela sua apresentação em um quadro lógico (a equipe X, classificada na enésima divisão, derrotou a equipe Y)” (Pêcheux, 2015, p. 21, grifo do autor).

Nessa perspectiva, Orlandi (2020, p. 94) assinala que:

É preciso lembrar que todo discurso é um deslocamento na rede de filiações, mas este deslocamento é justamente deslocamento em relação a uma filiação (memória) que sustenta a possibilidade mesma de se produzir sentido. O movimento é o de, ao inscrever-se, deslocar. Cada acontecimento discursivo é inédito e o retorno da

memória não é simples reprodução. No entanto, isto não significa, por si, que haja transformação do sentido (sentido “novo”), ruptura. A própria mudança em análise de discurso, resulta de uma relação com o mesmo, já que a noção de repetição – empírica, formal e histórica – supõe tanto o fechamento quanto a possibilidade de deslocamento, embora ambos sejam retorno, interpretação. (grifo da autora).

Com a teorização do acontecimento discursivo, Pêcheux (2015) concebe a interpretação à deriva, embora, tal aspecto não seja transparente, perceptivo para o sujeito.

Sendo assim, na perspectiva da AD:

O sujeito se inscreve em uma formação discursiva para que suas palavras tenham sentidos. E isto lhe aparece como natural, como o sentido transparente. Ele não reconhece o movimento da interpretação, ao contrário, ele se reconhece nele. Ele se reconhece nos sentidos que produz (ORLANDI; LAGAZZI-RODRIGUES, 2017, p. 30).

O enunciado “On a gagné” em deriva no campo político se constitui pelo efeito do acontecimento da vitória François Mitterrand. Nessa conjuntura, os parisienses festejaram a vitória do novo presidente da República com gritos de vitória, entre os diversos gritos, encontravam-se o enunciado “Ganhamos”. Porém, o enunciado “On a gagné” circulou “apegado ao acontecimento” (PÊCHEUX, 2015, p. 21).

Por outro lado, a memória do enunciado nos jogos esportivos “On a gagné” é recuperado pelo ato da vitória, sendo comemorado coletivamente como ritmo, música. Desse modo, a individualidade é tomada pela *memória/já-ditos* do enunciado “Ganhamos”, isto é, a música se inscreve na memória para significar, nesse caso, o retorno da memória é materializado através da música discursivamente.

Na perspectiva de Pêcheux (2015), para que o acontecimento histórico se constitua como acontecimento discursivo, é necessário o deslocamento do enunciado para outro campo discursivo. Dessa forma, ele faz considerações sobre o enunciado “On a gagné” (“Ganhamos”), utilizados nos jogos de futebol. Ou seja, para a AD, a constituição do acontecimento discursivo se dá pela materialização da língua, pela história, no encontro da “atualidade com a memória”.

Com o deslocamento do enunciado “On a gagné” para o campo da política, a estabilização da memória é rompida pelo encontro com a atualidade. Nessa perspectiva, para o autor, o acontecimento das eleições para presidente da República da França em 1981, em que o candidato François Mitterrand foi eleito para o cargo de presidente, foi marcado pela memória discursiva/interdiscurso. Tal evento tem novas ocorrências discursivas, e a partir desse momento emerge um novo acontecimento, novos significados, possibilidades de outros sentidos.

Por outro lado, o acontecimento discursivo não toma os significados da memória vigente, ou seja, não há repetição, retomada dos significados constituídos na memória discursiva, mas também não há apagamento dessa memória pelo fato do acontecimento discursivo.

Pêcheux (2015, p. 16) conceitua “o acontecimento, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. É nesse ponto, entre a atualidade e a memória, ou seja, é nesse “encontro/fronteira”, que tange o “acontecimento discursivo”.

O deslize do enunciado “Ganhamos”, de um lugar para outro, soma ao diferente. Esse movimento discursivo faz com que os sentidos não sejam o mesmo. Todavia, emergem desse deslocamento novas formações discursivas.

Nessa condição, “a linguagem não é mais evidência, transparência de sentido produzida por um sujeito uno, homogêneo, todo-poderoso. É um sujeito que divide o espaço discursivo com o outro” (BRANDÃO, 2012, p. 59-60). É nessa interlocução entre sujeito (A – B) que ocorre a ruptura dos sentidos estabilizados, possibilitando, dessa forma, os efeitos de sentidos entre os interlocutores.

Em suma, o enunciado “On a gagné!” “Ganhamos” se inscreve como um acontecimento discursivo pelo efeito da fusão discursiva posta entre a “atualidade e a memória” (PÊCHEUX, 2015). Dessa forma, novos sentidos se constituem rompendo com o acontecimento social. Como se vê, tais sequências da memória são interrompidas com a fusão com o acontecimento constituindo novas formações discursivas. Em outras palavras, tal processo é constitutivo para a AD, em que o acontecimento discursivo coloca no jogo a prática social para o sujeito do discurso.

Pêcheux formaliza que o discurso “é efeito de sentido entre interlocutores”, o que determina os efeitos de sentido é a interpelação de indivíduos em sujeitos pela ideologia. Em suma, Orlandi (2007, p. 16) descreve que “o homem está condenado a significar”. Essa “condenação” dita por Orlandi é a suposta posição de neutralidade em que o sujeito pensa estar diante do discurso, tendo a ilusão de ser livre e dono do seu dizer. Independentemente de suas palavras, o sujeito é assujeitado, marcado pela língua, história e pela ideologia.

O enunciado “ele não” para Bolsonaro converge como acontecimento discursivo nas eleições para presidente da República em 2018. Isso consiste pelo acontecimento que possibilitou que o enunciado significasse e ressignificasse pela memória, ou seja, tais dizeres implicam sob a estrutura do enunciado “ele não” ditos em outros momentos. Isto é, o retorno

da memória do enunciado “ele não” desliza para outros enunciados, como “Você não merece ser estuprada¹⁰”, “Prefiro filho morto em acidente a um homossexual”¹¹ etc.

Os já-ditos inscritos na memória do acontecimento “ele não” reverberaram em outros sentidos pela deriva do acontecimento discursivo. É preciso lembrar que o interdiscurso/memória é externo e está em circulação nas FDs, onde o discurso pode ser outro dada a constituição de discursos outros. Assim, para que o sujeito possa dizer que Bolsonaro era misógino, homofóbico, antidemocrático, nazista, seria necessária sua inscrição na FD, na qual “determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014).

No que diz respeito ao enunciado “ele não” como acontecimento discursivo, assim, o efeito de sentido se inscreve na posição-sujeito de Bolsonaro, como consequência da fusão discursiva descrita acima, em que novos sentidos são possíveis em relação à rede discursiva.

Como o discurso não é imóvel, mas está à deriva se articulando em outras discursividades que circulam nas FDs, o enunciado converge como uma fusão discursiva, isto é, se constitui em materialidade discursiva. Nesse sentido, o enunciado é a condição do espaço-fusão do encontro de outros significados, é nessa relação que se constitui os efeitos de sentido. Nessa perspectiva, a fusão discursiva é o efeito de ruptura do acontecimento histórico, tal evento rompe o que está estável, com o anterior, possibilitando uma nova configuração no campo discursivo. Decorre desse processo a produção de outros/novos sentidos constituídos pelo curso da história produzindo uma nova maneira de dizer. Falar sobre o enunciado “ele não” é romper com discursos estabilizados.

Para Possenti (2009, p. 119):

A noção de acontecimento é crucial para a AD. Em primeiro lugar, por sua relação com a enunciação que, quase naturalmente, é concebida como um acontecimento que não se repete (ao contrário do enunciado). Em segundo lugar, por sua relação com a história, campo para o qual a noção de acontecimento é uma espécie de matéria prima.

Se assim o é, “o sentido, então, emerge da materialidade discursiva em relação com a história e com o acontecimento, uma vez que a materialidade linguística em si não dá conta de seu sentido” (OLIVEIRA, 2013, p. 231).

Queremos dizer que, na perspectiva da AD, não existe uma linearidade para o discurso, uma sequência de acontecimento histórico dentro de uma ordem cronológica determinada pela

¹⁰ O enunciado “Você não merece ser estuprada” foi dito por Bolsonaro para Maria do Rosário na Câmara dos deputados em 2003. Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/RAuUtFRguxQ>. Acessado em: 21 set. 2022.

¹¹ Bolsonaro em entrevista para a revista Playboy, diz “prefiro filho morto em acidente a um homossexual”. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 09 maio 2022.

história. Segundo Pêcheux (2015), o acontecimento discursivo rompe com a estabilidade do acontecimento histórico, entre os ditos da atualidade e da anterioridade, possibilitando uma nova configuração de significados. Sendo assim, o discurso se movimenta no passado e presente atrelado em discursos outros, portanto, há sempre um já-dito em outro lugar e tal efeito de sentido se significará por meio das determinações de uma formação discursiva dada.

Dito isso, a AD pela perspectiva pecheutiana não toma ao “pé da letra” os fatos históricos de forma cronológica de ordem datada pelo tempo na construção dos sentidos. Essa estabilidade é atravessada pelo acontecimento discursivo, convergindo no discurso que coloca em cena o “homem falando” na história.

Em outras palavras, Orlandi (2015, p. 17) coloca no jogo discursivo a questão da língua e da história atravessada pela AD na constituição do sujeito e, dessa forma, “reunindo estrutura e acontecimento, a forma material é vista como acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história”.

Isso equivale aos enunciados no qual Pêcheux (2015) ressalta a dinâmica de um enunciado em “torna-se outros enunciados”, pois são plausíveis de interpretação no campo discursivo.

2.3 Manifestações sociais: espaços de produção de sentidos

O *corpus* deste trabalho se apresenta pela perspectiva das condições de produção que corresponde ao acontecimento das eleições para presidente da República de 2018. Tomamos o conceito de condições de produção da AD, no que implica ao funcionamento da materialidade do objeto na pesquisa.

Segundo Orlandi (2015, p. 30), as “condições de produção incluem o contexto sócio-histórico e ideológico”. É nesse contexto que a memória discursiva se inscreve, ou seja, dizeres outros podem se presentificar, no aqui-agora pela sua articulação com o passado.

Para Marchiori (2014, p. 48), “a memória discursiva, ou saber discursivo, representa tudo o que foi e é dito sobre algo”. Tal configuração se dá pela rede discursiva; sob essa descrição, o discurso pode ser outro de fato, o discurso não é fixo, mas como “palavra em movimento”. Nesse sentido, o discurso é constitutivo entre o passado e presente, se deslocando no curso da história, no qual possibilitará o dizer em outros lugares. Seria isso, outras vezes que se inscrevem no discurso, os já ditos pronunciados em uma determinada conjuntura sócio-histórica e ideológica, permitindo que outros sentidos deslizem em uma formação discursiva dada.

Para Orlandi (2015, p. 32, grifo da autora) “os dizeres não são simplesmente informações, mensagens como código linguístico a ser decodificado, mas como “efeito de sentido entre interlocutores” que produz significação. Isto é, “as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras”.

A exposição do movimento “ele não” em circulação nas mídias sociais, teve como proposta evocar o sujeito a tomar *posição, lutar, revoltar-se* em seu lugar ideológico de onde enuncia. Assim, tais sujeitos saíram às ruas para se opor à candidatura de Bolsonaro, “*ele não*”, não nos representa.

Observamos a seguir, a construção dos movimentos sociais que se caracterizam como um nicho, tendo como objetivo manifestarem suas questões, queixas diante dos governantes. O que atrai os sujeitos às manifestações é o sentimento de pertencimento, identificação, acolhimento. Tal ocorrência difere da ideia de nação, em que os sujeitos brasileiros são considerados como “irmãos”, nascidos no mesmo território, comungando dos mesmos direitos; assim, “a palavra natio/nação passou a significar, por extensão, os indivíduos nascidos ao mesmo tempo de uma mesma mãe, e, depois, os indivíduos nascidos num mesmo lugar” (CHAUI, 2006, p. 12).

Os protestos equivalem à busca pelos/por direitos que foram suprimidos das classes minoritárias que, insatisfeitos contra o sistema, buscam nos *movimentos sociais* o espaço para que suas reivindicações sejam atendidas pelo Estado. As vozes nas ruas têm como característica reverberar o desejo do coletivo. A descrição dos movimentos sociais se constitui a partir da opressão do Estado, em detrimento de outros grupos sociais, em especial concede privilégios para a classe burguesa:

Embora os seres humanos sempre tenham encontrado maneiras de mostrar seu desagrado, o movimento social, tal como hoje o reconhecemos, surgiu no mundo moderno. Podemos mesmo dizer que surgiu na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, no final do século XVIII, em parte para tirar vantagem de parlamentos cada vez mais poderosos fundados na ideia de cidadania (ainda que o parlamento americano seja conhecido como congresso). Essas novas arenas contribuíram ainda mais do que a urbanização para o nascimento do movimento social. Tal como ocorreria, mas tarde em outros países, os movimentos sociais exigiam direitos e o reconhecimento para grupos que estavam excluídos da participação política, mas sentiam ser parte da nação. A própria ideia de “nação” implica um “povo” dotado de alguma solidariedade unicamente em virtude do seu lugar de nascimento ou do sangue que lhe corre nas veias, a despeito de sua classe social (JASPER, 2016, p. 24, grifo do autor).

As manifestações são tomadas pelos sujeitos como repúdio às injustiças diante da sociedade sob questões econômica, política, ideológica, social etc. Independentemente das

posições ideológicas, o sujeito tende a revoltar-se contra as práticas realizadas pelo governo contra o país. As divergências políticas e ideológicas não impedem que os cidadãos-sujeitos estejam presentes nas manifestações, pois estão em jogo várias questões pertinentes para a sociedade.

Entretanto, para Maricato (2013, p. 104):

O que une esses protestos é o fato de que nenhum deles pode ser reduzido a uma única questão, pois todos lidam com uma combinação específica de (pelo menos) duas questões: uma, econômica, de maior ou menor realidade, e outra político-ideológica, que inclui desde demandas pela democracia até exigências para a separação da democracia multipartidária usual.

Em especial:

Com relação a essa expressão “tomada de posição”, vale precisar que estamos tratando da possibilidade de traduzir uma interpretação discursiva, ou ainda, uma posição discursiva, em uma posição política. E esta tradução, que se configura já como uma posição, é historicizada e analisada sempre em relação às condições de produção sócio-históricas, ou à conjuntura, se assim podemos dizer, da produção do discurso. Nesse sentido, a tomada de posição é sempre política e como a política, tal qual o discurso, é atravessada pela luta de classes, ou seja, a tomada de posição sempre se dá em relação à luta de classes (BARBOSA FILHO; BALDINI, 2018, p. 127).

Segundo Dias (2018, p. 102), “os movimentos sociais dizem respeito a uma ação social e organizada por um grupo, no interior de uma sociedade determinada e de uma luta de classe”. Dito diferentemente, os movimentos sociais emergem pelo fato de os grupos serem excluídos pelas suas condições econômicas, culturais e sociais. Com efeito, a resistência, a luta é um ato pela sobrevivência contra os poderosos/burgueses.

Por outro lado, nas manifestações sociais, os grupos não agem isolados, mas se relacionam pelos mesmos ideais, independente das posições nas manifestações do “ele não”, outros sujeitos de posições antagônicas repudiaram as falas de Bolsonaro e seu projeto de governo. Portanto, pela perspectiva da AD, as manifestações têm como efeito evocar o sujeito a (res)significar. Diante disso, compreende-se que, “o sujeito se conta de muitas maneiras, face às condições de produção que desengatilham aspectos diversos de sua configuração material. Há, pois, continuamente possibilidade dos sentidos deslizarem” (ORLANDI, 2017, p. 125).

Tais posições assumidas a partir do enunciado “ele não” foram possíveis pelas condições de produção de 2018. O sujeito do enunciado “ele não” buscava no candidato Fernando Haddad, o futuro presidente do Brasil, para assegurar os direitos conquistados pelas minorias. Nessas condições, o Estado, a burguesia evocam as prerrogativas da política e da

economia, para um sucessor de Michel Temer para a presidência da República em 2019. Cabe destacar que a burguesia que fomentara o Golpe de Dilma Rousseff teve influência na ascensão de Michel Temer para presidente da República em 2016. Diante disso, a burguesia, como o capitalismo foram “pano de fundo” da candidatura de Bolsonaro em 2018.

Para maior compreensão sobre as condições de produção, Figaro (2015, p. 23) argumenta que:

A noção de condições de produção pode ser definida como o conjunto dos elementos que cerca a produção de um discurso. No sentido mais restrito, diz respeito à situação de enunciação que compreende o eu-aqui; num sentido mais amplo, compreende o contexto sócio-histórico-ideológico que envolve os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem de si, do outro e do objeto de que estão tratando.

Isso implica dizer que o discurso autoritário está implícito nos dizeres de Bolsonaro e, ao se posicionar, é atravessado pela memória discursiva, seu discurso retoma dizeres que circunscrevem a FD de mandatário do exército, em que sua função era executar as ordens, fazer com que fossem cumpridas pelos seus subordinados. São falas de cunho agressivo, que têm como propósito silenciar a fala do outro. Exemplo: Bolsonaro manda a repórter da TV Vanguarda “calar a boca¹²” pelo motivo de ser questionado por não usar máscara. Nesse momento, junho de 2021, as mortes pelo Covid 19 eram aproximadamente 500 mil pessoas.

Dito de outro modo, não há relação entre sujeito nessa formação discursiva, o que prevalece é o modo de dizer do Outro, das instituições que funciona de modo autoritário.

Essa forma se caracteriza na AD, logo:

No discurso autoritário, o referente está “ausente”, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (o exagero é ordem no sentido em que se diz “isso é uma ordem” em que o sujeito passa a instrumento de comando) (ORLANDI, 2003, p. 15-16, grifo da autora).

As ocorrências das falas de Bolsonaro têm como efeito a retomada de sentidos da ditadura no Brasil, ou seja, a caça ao petismo, aos sujeitos de ideologia de esquerda; assim, para àqueles que são da oposição é vedada a opinião de pensamento, assumir cargos políticos e institucionais, em que no Brasil é proibido ser de posição de esquerda. Nas condições de 2018, o sujeito foi para a luta, revoltando-se com o discurso hegemônico da direita conservadora.

Dessa forma, o enunciado “ele não” possibilitou emergir outros dizeres/vozes por meio do chamado verbal, visual e auditivo nas manifestações em 2018 contra Bolsonaro. Como se

¹² Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-e-questionado-sobre-mascara-e-manda-reporter-calar-a-boca> . Acesso em: 15 nov. 2022.

observa, nesse espaço, “a ideologia não se apresenta aos indivíduos como uma imagem “falsa” de verdadeiras relações. Ela organiza o que aparece aos indivíduos como um dado incontestável, uma evidência “diante si” (ANGERMULLER, 2016, p. 26, grifo do autor).

O funcionamento da rede discursiva, dada a sua constituição atravessada por outras vozes no espaço social, possibilitou que o sujeito de ideologia de esquerda tomasse a palavra; isso foi possível pelo enunciado “ele não” nas redes sociais articulado pela FD, possibilitando o dito “ele não” e não outro enunciado significar nesse espaço.

No espaço enunciativo o “já-sujeito” interpelado sabe o que quer dizer o enunciado “ele não”, dada ao processo de identificação entre interlocutores no espaço discursivo. Assim, a linguagem é marcada pela exterioridade, tal enunciado tem como efeito de sentido já dado, estabelecido, com efeito, concebido pela formação discursiva, constituída nas condições de produção de 2018.

Assim, no enunciado “ele não” há uma convergência de várias vozes, discursos outros, funções-sociais, evocando para que os sujeitos se posicionem, lutem politicamente contra imposições ideológicas da hegemonia de sentidos pré-estabelecidos do controle social.

O sujeito do enunciado “ele não” emerge pelo fato de as ideologias estarem em conflito pelo jogo político. Dessa forma, o sujeito se posiciona contra o discurso de Bolsonaro, que significa uma ameaça para seu grupo social, como discurso dominante.

2.4 Efeito metafórico/transferência de sentidos

As eleições de 2018, em especial entre os candidatos Bolsonaro e Fernando Haddad, possibilitaram a circulação de dizeres como o “ele não” e o “ele sim”. Entretanto, o que interessa nesse momento é o deslizamento/deslocamento de sentidos do “ele não”.

Tal acontecimento se inscreve na memória discursiva em que os dizeres, os sentidos são colocados no processo de deslocamento em forma material do discurso, ou seja, a língua e a sua historicidade:

Isso porque os sentidos se constituem na confluência da materialidade linguística em seu funcionamento na história, significada por sujeitos expostos ao dissenso, à divergência. Consequência disso, os sentidos veiculados pelos discursos encontra-se em processo de sedimentação, mas também de transformação (GRIGOLETTO; DE NARDI; SOBRINHO, 2019, p. 125).

O enunciado “ele não” é antagônico à junção do enunciado “ele sim”, por questões semânticas, históricas e ideológicas; entretanto, o enunciado “ele não” e o “ele sim” não se

implicam no jogo de palavras, convergindo entre si, mas se configuram pela contradição posta pelas condições de produção de 2018. O que queremos dizer é que o contexto sócio-histórico e ideológico foram determinantes para o deslocamento das palavras, dos sentidos.

Em especial, a temática da palavra de ordem “ele não” neste trabalho é a condição de estabilidade do funcionamento dos sentidos pela estrutura da FD, pelo fato de a FD ser provisória. Nesse caso, a palavra de ordem funciona como processo de repetição do dito “ele não”, fazendo com que o sujeito não seja afetado por outros dizeres até que sejam materializados os sentidos postos em circulação na FD dada.

O brasileiro, no período das eleições de 2018, estava diante da polarização política, em que as partes antagônicas entraram em conflito. Os partidos de determinadas ideologias buscavam seus espaços no cenário político na luta pelo poder, pelos sentidos. De um lado, os sujeitos que se identificavam com o efeito do enunciado “ele não” para Bolsonaro. Por outro lado, os sujeitos do enunciado “ele sim” para Bolsonaro.

Nessa conjuntura, quem se apresenta no espaço político utilizando as redes sociais com o enunciado “ele não” foram os sujeitos de posição de esquerda contra o candidato Bolsonaro. As redes sociais foram tomadas como espaço de produção de língua(gem) nas eleições de 2018.

O conflito ideológico foi possível pela memória do acontecimento do “ele não” que irrompe com a rede de filiações do “ele sim”, em que o enunciado deriva e se torna outro na rede parafrástica, ou seja, a memória/já-ditos do “ele não” retorna em 2018 (res)significando o “ele não” para Bolsonaro.

Com isso, os já-ditos da memória do enunciado “ele não” materializados em outros momentos da história com falas misóginas, falas homofóbicas, falas racistas, antidemocráticas etc; se atualizam e reverberaram nas eleições de 2018. Em outras palavras, “somos falados pela memória, “voz sem nome” (GRIGOLETTO; DE NARDI, SILVA SOBRINHO, 2021, p. 72, grifo dos autores).

Porém, o modo de fazer política de Bolsonaro é atacar os Partidos, as Instituições e os grupos minoritários. Com sete (7) mandatos como deputado federal, foram só dois projetos aprovados, isso equivale a 28 anos. Desconhecido no cenário político em nível nacional, esse é o retrato com que Bolsonaro chega em 2018 como candidato à presidência da República.

As características de Bolsonaro enquanto político estão de fora das discussões democráticas, sua fala não é aceita no molde republicano de se fazer política. A rejeição política de Bolsonaro é materializada por seu isolamento parlamentar, isto é, sem notoriedade, espaço, representatividade na Câmara dos deputados.

Para que a imagem de Bolsonaro ganhasse nova forma diante da sociedade, foi necessário o investimento do Estado, dos empresários, da mídia, do judiciário. Diante desse construto, Bolsonaro aparece como democrata, guardião dos princípios de Deus, da família tradicional e da pátria.

Nesse entremeio do “ele não” e “ele sim”, serão apresentados os conceitos teóricos de efeito metafórico/transferência e do processo parafrástico.

O efeito metafórico/substituição corresponde à troca de uma palavra para outra, nesse caso, o “não” pelo “sim”, dentro da configuração histórica de 2018. Evocamos, então, o pensamento de Dor (1989, p. 167), que salienta:

De fato, é nesta relação de substituição de um significante por um outro significante que irá engendrar-se a nova relação de um significante com um significado. A metáfora aparece, portanto, como assinala Lacan, como a força criadora, a força de engendramento essencial na produção de sentido [...].

Para compreender o efeito de substituição de sentidos, é referido o pensamento lacaniano, que toma o *Outro* como aquele que antecede o sujeito, que o é antes de vir a ser, de entrar no mundo, é assujeitado. Segundo Leite (2010, p. 98), “Lacan parte da concepção do Outro como lugar do significante, e diz que todo o enunciado de autoridade só teria como garantia sua apropriada enunciação, pois seria inútil que ele o procurasse num outro significante”.

Na perspectiva lacaniana, a metáfora opera sob o significante, dessa forma, ocorre a transferência de uma palavra para outra palavra, o sujeito de um significante para outro, com efeito, o Outro é fundamental no processo metafórico. Em sua obra dos Escritos (1998), Lacan assinala “que o Outro seja para o sujeito o lugar de sua causa significante só faz explicar, aqui, a razão por que nenhum sujeito pode ser causa de si mesmo” (LACAN, 1998, p. 845).

Nessa perspectiva, para Authier-Revuz (1998, p. 26) a presença do Outro é fundante:

Assim é que, fundamentalmente, as palavras que dizemos não falam por si, mas pelo... “Outro”: Outro que abre o discurso sobre sua exterioridade interdiscursiva interna, a nomeação sobre a perda relativamente à comunicação sobre a não-coincidência consigo mesmo do sujeito, dividido, dessa enunciação. (grifo da autora).

Lacan (1998) conceitua o discurso do Outro/do inconsciente, sendo externo no processo de constituição do outro, do sujeito, tendo recorrência pelo assujeitamento da linguagem, espelhado pela identificação desse Outro. Em outras palavras, o inconsciente estruturado como uma linguagem é regido por leis, assim, o sujeito não é “livre”, mas determinado. Como efeito:

[...] Lacan assume que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes latente que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente. A tarefa do analista seria a de fazer vir à tona, através de um trabalho na palavra e pela palavra, essa cadeia de significantes, essas “outras palavras”, esse “discurso do Outro”, isto é, do inconsciente, lugar desconhecido, estranho, de onde emana o discurso do pai, da família, da lei, enfim, do Outro e em relação ao qual o sujeito se define, ganha identidade. Apoiado em alguns critérios do estruturalismo linguístico, Lacan aborda esse inconsciente, demonstrando que existe uma estrutura discursiva que é regida por leis (MUSSALIM, 2012, p. 119, grifo da autora).

Influenciado pela linguística saussuriana, Lacan desenvolve o mecanismo da metáfora e da metonímia. Vale lembrar que para isso acontecer, Lacan faz uma releitura do modelo teórico de Freud, condensação e deslocamento. Como se sabe,

[...] a condensação (metáfora) é tida como uma forma singular do que é possível ser produzido como uma função de substituição, sendo que vai ser nessa relação de substituição que deverá estar presente o recurso criador, a força criadora da metáfora. Já o deslocamento (metonímia) diz respeito, mais precisamente, a um deslizamento de sentido (FERNANDES, 2020, p. 22).

Para Bezerra (2018), a constituição de sentido diante de um objeto revela conteúdo do inconsciente, assim, o inconsciente sustenta-se na fala. Na perspectiva lacaniana, o inconsciente é estruturado como uma linguagem (LACAN, 1998). Nessa via, o significante tem como representação, nomeação de uma determinada “coisa”, mediante a palavra do sujeito na cadeia dos significantes. Nessa visão, “o significante sempre se antecipa ao sentido e desdobra-se, indo além da dimensão que lhe cabe” (BEZERRA, 2018, p. 49).

O jogo da metáfora e metonímia se articula sob o pensamento freudiano e saussuriano, assim como para Freud o inconsciente é individual, sendo da mesma forma para Saussure, o significante é individual, interdependente.

Para o pensamento lacaniano, o significante é proferido na relação com outro significante posto na cadeia dos significantes, isto é, a condição do significante é remeter-se ao discurso do Outro, o qual é externo à constituição do sujeito. Em outras palavras, só há sentido de um significante por outro significante, sendo assim, é possível a transferência/metáfora de uma palavra por outra palavra. Compreende-se que:

Ao considerar que o significante se antecipa ao sentido, Lacan, empenhado na tarefa de ver a relação entre linguagem e inconsciente, irá sustentar essa reflexão nos estudos sobre os processos semânticos da metáfora e da metonímia. Dessa maneira, Lacan irá estabelecer uma conexão do seu pensamento com os trabalhos freudianos acerca da interpretação dos sonhos (BENITES, 2013, p. 15).

Em suma, a formulação da metáfora e metonímia corresponde ao interesse de Lacan (1998) em estabelecer o “inconsciente estruturado como uma linguagem” no campo psicanalítico. Com base na leitura da obra de Lacan, Dor (1989, p. 35) enfatiza que “a metáfora e a metonímia nos conduzem, igualmente, à ideia fundamental de Lacan da supremacia do significante e a suas consequências com relação às formações do inconsciente”.

A configuração do inconsciente lacaniano tem em sua concepção a estrutura da cadeia de significante, na qual sua recorrência remete ao sujeito para o outro significante. Assim, “porque há a emergência de novo sentido, já que se trata aí de representações inconscientes, irrompe com os significados tradicionalmente veiculados em pontos nodais porque referido à própria concepção do aparelho psíquico” (BORGES, 2010, p. 54).

A formação do “inconsciente estruturado como uma linguagem” postulado por Lacan (1998) articula o sujeito em relação ao Outro/outro. Logo:

A posição do sujeito coincide aqui com o lugar do Outro, ele está exposto e se sustenta pelo puro ato de fala, logo é dependente e subordinado ao tempo de sua enunciação. O sujeito está no lugar do outro, isso quer dizer que ele é sua própria alteridade (DUNKER, 1996, p. 134).

Pela perspectiva da AD, Brandão (2012) faz um apontamento sobre o pensamento de Orlandi, no que diz respeito à paráfrase e à polissemia:

Enquanto a paráfrase é um mecanismo de “fechamento”, de “delimitação” das fronteiras, de uma formação discursiva, a polissemia rompe essas fronteiras, “embaralhando” os limites entre diferentes formações discursivas, instalando a pluralidade, a multiplicidade de sentidos (BRANDÃO, 2012, p. 48).

Diante do batimento desses dois conceitos - paráfrase e polissemia atravessados pela AD, o discurso sempre pode ser outro pela rede discursiva; assim sendo, o efeito de sentido é constitutivo pelo processo histórico na relação com os sentidos outros. No processo de significação, a polissemia é de suma importância para a ruptura da estabilização dos sentidos. Dessa forma, “na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 2015, p. 36).

Sobre tal processo, Orlandi (2012) salienta que:

O *processo parafrástico* é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas (matriz da linguagem). O *processo polissêmico* é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos (fonte da linguagem) (ORLANDI, 2012, p. 25, grifo da autora).

O dizer concebido pela AD é posto no jogo e da paráfrase e polissemia, sobretudo, tal processo possibilita ver o percurso de constituição do sujeito por meio da língua(gem), da história e pela ideologia. Assim:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. Essa são duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo o discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiações dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam (ORLANDI, 2015, p. 34).

Partindo desse ponto, o efeito parafrástico na memória do enunciado “ele sim” tem seu retorno afetado pelas formações ideológicas. Portanto, as condições de produção de 2018 mexeram com esses dizeres/vozes constituídos pela formação ideológica (FI). Sendo assim, o enunciado “ele sim” deriva, mexe na rede parafrástica, possibilitando diferentes sentidos no retorno da memória. Ou seja, “a paráfrase discursiva representa, assim, o retorno aos mesmos espaços do dizer” (GRIGOLETTO; DE NARDI; SOBRINHO, 2019, p. 124).

O dito “ele sim” é endereçado para Bolsonaro, articulado pelo efeito ideológico do sujeito, já-sujeito constituído pela formação ideológica, ou seja, o sujeito que tomou e se identificou com o enunciado “ele sim” emerge das famílias tradicionais, igrejas, exército, forças policiais etc. Pode-se dizer que “a partir do conflito que os diferentes interlocutores mantêm com as formações ideológicas, marca o funcionamento discursivo com o diferente mesmo na repetição das mesmas palavras” (GRIGOLETTO; DE NARDI; SOBRINHO, 2019, p. 126).

O sujeito da direita conservadora se apresenta nas eleições de 2018 atravessado pelas falas de Bolsonaro, sob a disputa do espaço digital, na luta pelos sentidos. Dito de outra forma, discursivamente, o digital possibilitou outras formas de dizeres, como o “ele sim”, emergindo novos sentidos articulados pelas formações ideológicas.

Tais efeitos procedem da hegemonia do Estado/capitalismo em tomar a palavra “ele sim”, ou seja, isso significa que o sujeito é produto do sistema. Sendo assim, não importam as características do candidato, seu apoio é incondicional ao “ele sim/Bolsonaro”, pois o que está em jogo é o extermínio da oposição, do “inimigo”, logo, precisam ser “fuzilados”, aniquilados. Assim:

Os “seguidores” de Bolsonaro também o apoiam nessa “caça aos comunistas”. Discursos de ódio de todos os tipos e ameaças de morte aos que manifestam sua insatisfação com esse (des)governo são uma constante. A insegurança tem dominado o espaço urbano, rural, florestal, os mares e os rios, e também, o espaço virtual (GRIGOLETTO; DE NARDI; SILVA SOBRINHO, 2021, p. 153, grifo dos autores).

Bolsonaro representava única via de se fazer política, ou seja, não havia oposição, tal forma derivada do governo militar, em que o comandante/presidente governava soberanamente. O sim para Bolsonaro é o espelho da continuidade desse modelo.

Tal forma é constituída no imaginário social marcado pela rede simbólica, no qual remete a continuidade da “linhagem” governamental, como fundadores legais dos dispositivos institucionais e político. Sendo assim, os poderosos/burguesia se apresentam como “donos” do Brasil. Em outras palavras, são os fundadores, como tais, são os únicos por “direito” a governarem o país.

Dessa forma, tal sistema internaliza no psiquismo coletivo e se caracteriza como “significado primitivo” que, para o Brasil dar certo, crescer, desenvolver, melhorar nos aspectos econômico, político, moral e social, isso só seria possível através desse modelo político burguês, patriarcal e paternal. Ou seja, por aqueles que começaram, deram início ao sistema político.

Tendo isso em vista, evocam sentidos pré-estabelecidos dos “colonizadores”, esse ato é construído por outros sentidos que derivam desse processo, em cristalizar, silenciar, romantizar e apagar a veracidade da história na produção de sentidos, determinando quais sentidos podiam/podem circular na sociedade.

Nessa perspectiva, a forma de fazer política circunscreve sob a Ordem e progresso. Ou seja, fora desse sistema burguês não há governabilidade, cuja liberdade é suprimida pela intolerância, extremismo.

Para Grigoletto, De Nardi e Sobrinho (2021), a:

Guerra de sentidos bolsonarista, que se sustenta na ignorância, déficit de pensamento, no desrespeito ao outro e que faz parte a desconstrução, dos processos de (des)significação”. [...] Procuram destruir sentidos que os confrontam, significar o outro em inimigo e aniquilá-lo. Estratégica de guerra, eu acrescentaria, de guerra *argumentativa* (GRIGOLETTO; DE NARDI; SIVA SOBRINHO, 2021, p. 70, grifo dos autores).

No período do regime militar, as posições políticas extremistas do espectro da direita no cenário político. Essas vozes/dizeres antidemocráticas, do extremismo, do ódio, são falas constituídas nesse espaço, no qual a família tradicional/conservadora, igrejas, as forças policiais etc, identificaram-se com o líder/General.

Tal processo:

É algo que se localiza facilmente na formação de um grupo. Os membros do grupo se unem em volta de uma identificação com um significante do líder, elevado ao valor ideal. Todos se colocam mais ou menos conscientemente a vestir-se e a falar como ele. Esse processo muito bem localizado e, inclusive, esquematizada por Freud, é explicada pela função de incorporação de traço unário que funda o ideal do eu. A massa freudiana está constituída pelo fato de que todos os membros têm em comum esse traço unário, extraído do líder idealizado que modelou sem ideal do eu (NOMINÉ, 2018, p. 27).

A massa que tem Bolsonaro como líder o segue, pois ele realiza suas vontades sem qualquer restrição, impedimento. O sujeito projeta na imagem de Bolsonaro traços comuns que em si não poderia realizar na sociedade. As falas de Bolsonaro conferem aos bolsonaristas o sentimento de pertencimento, de liberdade, sem ter a preocupação de observar as leis.

Em outras palavras, os impulsos, desejos da massa bolsonarista estavam recalcados, adormecidos, porém, o passado dessas ações, dos acontecimentos é conservado pelo recalçamento. “Freud concebia o retorno do recalçado num sentido quase literal, isto é, o recalçado retornaria utilizando os mesmos caminhos associativos adotados por ocasião do recalçamento” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 166).

Segundo Nasio (1999, p. 36):

Significa que o retorno do recalçado é uma mistura que se compõe em parte, do recalçado inconsciente que transpôs a barra do recalçamento e, em parte, de um elemento consciente que o mascara. Em outras palavras, o retorno do recalçado é um disfarce consciente do recalçado, porém incapaz, apesar disso, de mascarar-lo por completo.

2.5 Sobre a linguagem, sonho, metáfora e metonímia

Doravante, pretendemos, aqui, desenvolver o que Lacan designou de metáfora e metonímia, articulado pelo inconsciente/sonho, entretanto, constituído pela linguística. Em primeiro lugar, é bom lembrar que,

[...] a linguagem é a condição do inconsciente ou o inconsciente é a condição da linguagem. A linguagem existe porque existe o inconsciente, ou vice-versa. É difícil determinar alguma anterioridade, e provavelmente desnecessário (LONGO, 2006, p. 22).

Serão discutidos aqui, por meio do arcabouço teórico das obras de Freud, os conceitos que deram base para Lacan desenvolver seus estudos, em especial a construção dos processos

da metáfora e metonímia pela via das leis da linguística e com isso, sua entrada se dando pela articulação dos estudos de Saussure e Jakobson.

Fazendo um paralelo, se faz necessário dizer que Lacan ressaltava que Freud dizia de alguma maneira implícita sobre o significante nos seus estudos, isto é, os processos linguísticos estavam presentes nos estudos do sonho, bem como nos chistes, atos falhos, sintomas, esquecimentos; é nesse lugar que o sujeito do inconsciente se inscreve. Assim, “o inconsciente, a partir de Freud, é uma cadeia de significantes que em algum lugar (numa outra cena, escreve ele) se repete e insiste, para interferir nos cortes que lhe oferece o discurso efetivo e na cogitação a que ele dá forma” (LACAN, 1998, p. 813).

Como dito acima, Lacan toma como referência a obra de Freud, A interpretação dos sonhos, e os estudos de Saussure sobre o significado e o significante para formular os conceitos da metáfora e a metonímia. Lembrando que Freud sustenta seus estudos na/pela biologia, em que o inconsciente é de procedência interna, individual, constituído pelo ato pessoal, singular. “Dito de outro modo, para Freud, o inconsciente de alguém só pode sair da boca, de seu próprio corpo” (DULTRA; ARAÚJO; MEZZA, 2021, p. 95).

Para Lacan (1998), o inconsciente é estruturado como uma linguagem, sua manifestação é pela via da relação com o *Outro*. Em outras palavras, o inconsciente é o discurso do Outro, efeito de linguagem.

Disso resultam:

As diferenças entre Freud e Lacan, nesse ponto, nem sempre são lembradas, embora apareçam tão claramente a partir do desenvolvimento teórico de ambos. Para Freud, que o sonho de uma pessoa pudesse explicar o sintoma de outra é, claramente, uma mostra de superstição, já que o sonho é uma prova do inconsciente daquele que sonha – o que vale também para o lapso, chiste ou esquecimento. Em contrário, para Lacan, o inconsciente não só pode, senão que, de fato se realiza “fora”, ou melhor dizendo, no lugar do Outro (DULTRA; ARAÚJO; MEZZA, 2021, p. 95).

Precisamente para maior compreensão dos mecanismos do sonho, deslocamento e condensação, se faz necessário mostrar como Freud elaborou o sistema de linguagem nos seus estudos, em predominância do/pelo inconsciente. O que interessa (neste trabalho) é a articulação de Lacan sob os estudos dos sonhos, em consequência disso, a constituição da metáfora e da metonímia. Essa forma se caracteriza sob o movimento teórico lacaniano, em deslocar seus estudos pela via do estruturalismo linguístico.

É nesse primeiro olhar,

desde “As afasias”, Freud vem elaborando uma teoria sobre o funcionamento de um sistema de linguagem. Diz claramente que não há uma anterioridade do aparelho com relação à linguagem, sendo que este se constitui como sistema, estrutura de traços, cujo estatuto é o de linguagem (BORGES, 2010, p. 74, grifo da autora).

A propósito, o trabalho de Lacan (1998) tem por objetivo estabelecer, constituir o inconsciente estruturado como uma linguagem, ou seja, a psicanálise lacaniana é atravessada pela linguística estruturalista saussuriana, mas tendo como base a espinha dorsal da sua teoria, o sujeito do inconsciente.

E é através desse prisma estruturalista, de inspiração linguística, que Lacan compreende os mecanismos fundamentais da condensação e do deslizamento, no princípio da formação do sonho, essas “duas vertentes da incidência do significante sobre o significado”, identificadas por ele explicitamente com a metáfora e a metonímia. A estrutura metonímica, definida como *conexão* do significante ao significante no próprio princípio do *desejo* do sujeito, e a estrutura metafórica, definida como *substituição* do significante ao significante, no princípio do *sintoma*, caracterizam, assim, as fundamentais de um inconsciente freudiano irreduzível ao “primordial” ou ao “instintual”, que são as próprias leis do significante, enquanto “discurso do Outro (GILLOT, 2018, p. 57).

Do ponto de vista teórico, os estudos de Lacan convergem pela perspectiva do sujeito do inconsciente. Desde então, Lacan faz uma ruptura, diverge do discurso científico sob a questão do sujeito excluído pela ciência moderna a partir de Descartes, ainda que não o conhecendo. Para Lacan, o sujeito da psicanálise é o sujeito da ciência, que em seu arcabouço teórico e metodológico não considera o sujeito da psicanálise como evento empírico. De fato, o nascimento da ciência moderna é constituído pelo corte cartesiano do *cogito*, isto é, “a afirmação do cogito é a condição da própria dúvida (BITENCOURT, 2017, p. 85).

Em decorrência desse processo, Burgarelli (2017, p. 33) considera “e neste ponto que Lacan acrescenta a proposição retirada de Descartes e a conjuga com a formulação freudiana: “se existe pensar, então existe algum sujeito”. Em outras palavras, a arguição da dúvida, do processo de pensar, implica o/no mesmo valor de verdade sobre as questões do inconsciente.

De acordo com Milner (1996, p. 34), “se existe pensar, existe algum sujeito”. Isso implica sobre o pensamento; explicando melhor, Lacan salienta essa questão teorizada por Freud, demonstrando que no sonho, chiste, ato falho, lapso, o pensamento se materializa, presentifica.

Nesse sentido, entende-se que os estudos do sonho articulado por Freud tomam o pensamento como resíduos, acontecimentos diurnos, que aludem ao sujeito pensante. O suposto acontecimento apresentado para o sujeito no sonho presentifica os conteúdos latentes,

inconsciente, dessa forma, podemos dizer que o conteúdo manifesto, consciente é o espelho de uma suposta realidade invertida para a realização do desejo.

Tendo em vista isso,

a Psicanálise, em Freud, revela-nos que a dúvida compõe o texto inconsciente e põe em xeque a afirmação de Descartes em sua concepção sobre o *cogito*. A Psicanálise leva em consideração a dúvida, a incerteza, o erro, porque o pensamento inconsciente está marcado na cadeia dos significantes (BEZERRA, 2018, p. 65).

Nessa conjuntura, as questões objetivas ganharam notoriedade com o positivismo, racionalismo, idealismo e pela psicologia, tais métodos repudiam a influência do inconsciente sobre o sujeito empírico. A metódica do *cogito/dúvida* tem como proposta o de,

[...] fundar as ciências, assentá-las sobre princípios e causas primeiras que escapem à mera representação subjetiva. O instrumento desta busca de certezas é a famosa dúvida, cuja intenção é encontrar aquilo que, na ordem do conhecimento, é absolutamente primeiro e fundamental (WINOGRAD, 1998, p. 23).

Lembrando que o objeto de investigação da psicanálise é o inconsciente. Embora, diferenciando do homem empírico, na perspectiva do pensamento psicanalítico, o homem não é senhor da sua própria casa. Ou seja, o homem racional tem sua causalidade pela influência do inconsciente.

Obviamente a teoria da psicanálise é constituída pela práxis:

Eis por que era importante promover, antes de mais nada, e como um fato a ser distinguido da questão de saber se a psicanálise é uma ciência (se seu campo é científico), exatamente o fato de que sua práxis não implica outro sujeito senão o da ciência (LACAN, 1998, p. 878).

Lacan, com sua independência de um espírito científico, na elaboração teórica e metodológica de sua teoria, em retorno a Freud, busca fundamentar a psicanálise como ciência na/pela linguística, mas também em criar sua autonomia sobre a estrutura do pensamento da psicanálise lacaniana.

Pensando sobre a linguagem, Lacan não anula os estudos de Freud sobre a linguagem, ainda que para falar sobre a linguagem Lacan tome os estudos de Saussure e de Jakobson, dando entrada nos conceitos da metáfora e a metonímia, “da mesma forma, mais tarde, Lacan definirá o “louco” como fora do discurso, o termo discurso sendo tomado no sentido daquele que estabelece laço social” (JULIEN, 1993, p. 13, grifo do autor).

Entende-se que o registro simbólico se constitui pelo arcabouço teórico extraído por Lacan no campo da linguagem, desse modo, o ser humano em relação ao outro é “efeito de linguagem”. Nessa dimensão, Lacan (1998) formula que o simbólico está na ordem da fala/dito do sujeito do inconsciente, sobre esse registro o sujeito antes de falar, ele é falado, sendo nomeado pelo *Outro* na rede simbólica.

Tendo isso em vista, a constituição da teoria lacaniana como estrutura é articulada com a linguística saussuriana. Entretanto, o que interessa para Lacan é o sujeito do inconsciente, como dividido, descentrado, falho, incompleto, aquele que está posto sobre a borda do nó borromeano, isto é, no limiar do “inconsciente, consciente”, “dentro, fora”, “interno, externo”, “subjetivo, objetivo”, constituído sobre os três registros, o real, simbólico e imaginário.

É nessa direção que:

Miller comenta esta referência indicando que na negatividade presente na divisão do sujeito, falta sempre alguma coisa no sujeito dividido, e que torna-se assim positividade com o termo *falasser*. O mesmo efeito se produz, além do mais com o termo *lalíngua* em relação a estrutura da linguagem, que Lacan transporá do estruturalismo da linguística à psicanálise, para assinalar que a noção de estrutura que a psicanálise maneja é uma estrutura de falta. Pois não há significante último para dizer o verdadeiro do verdadeiro: o Outro é barrado. O *falasser* e *lalíngua* que ele fala supõem a posituação da falta profunda que habita a experiência da fala (GUERRA; VORCARO, 2018, p. 46, grifo dos autores).

Na perspectiva da psicanálise freudiana, a linguagem é constituída pelo funcionamento do aparelho psíquico, em que a palavra significa para o sujeito pela ordem da repetição, onde o impulso, memória, percepção, e a representação são registrados pela via dos processos internos e externos, onde de alguma forma esses registros são trazidos pelo retorno do inconsciente ao consciente (FREUD, 2014).

Segundo Borges (2010), para Freud, a fala não está restrita anatomicamente em uma localização cerebral, mas de outra ordem, do psíquico. Quando o sujeito se apropria da palavra, ele faz associações com as palavras ditas anteriormente, sobre a experiência visual e sonora, o sujeito faz a aquisição da linguagem, aprendendo dessa forma a falar. “Freud deixará claro, mais tarde, que o aparelho mental não está pronto no momento do nascimento do ser humano, é algo que vai sendo construído, peça por peça, na relação com outro aparelho de linguagem” (BORGES, 2010, p. 60).

Nesse contexto, podemos dizer que o aparelho da linguagem descrito por Freud é a memória/mnêmico psíquica, ela se escreve sob a psique humana, em que os acontecimentos são recalçados, essa memória é dinâmica sobre a vida do sujeito. Tendo isso em vista:

[...] A definição do aparelho psíquico como aparelho de memória. Os processos psíquicos são relacionados como uma inscrição psíquica: o traço mnêmico. Essa noção de traço mnêmico, tal como o emprego, não designa elementos relativos à memória na sua relação com a consciência - a memória da psicologia – mas uma marca, uma intensidade pela qual a impressão mantém seus efeitos (BORGES, 2010, p. 61).

Todavia, Freud procurou sustentar a psicanálise pelo contexto científico de sua época no século XIX. Como se sabe, a formação de Freud foi no campo da medicina, sua área de atuação era a neurologia, como tal, tinha conhecimento dos atributos científicos. Entretanto, Freud é atravessado pelos processos psíquicos que se escrevem pela associação de uma imagem mnêmica, sendo assim, a criação do método psicanalítico é o avesso do sistema nervoso.

Na perspectiva de Freud:

O psiquismo não pode funcionar como o sistema nervoso e resolver a excitação através de uma ação motora imediata, capaz de evacuar a tensão. Não, o psiquismo só pode reagir à excitação através de uma metáfora da ação, uma imagem, um pensamento ou uma fala que represente a ação, e não a ação concreta, que permitiria a descarga completa da energia. No psiquismo, toda resposta é inevitavelmente mediatizada por uma representação, que só pode efetuar uma descarga parcial (NASIO, 1995, p. 18).

Tais registros das funções do aparelho da linguagem circunscrevem por meio do funcionamento da pulsão, que determinam as representações formadas pela memória registradas pelos estímulos internos e externos.

Tal mecanismo, conceituado por Freud, revela-se:

Já nesses trabalhos se apresenta a ideia de uma marca mnêmica carregada por uma quantidade de excitação, efeito das impressões das investidas de objetos do mundo exterior decorrentes das vivências reais do indivíduo. Marcas mnêmicas que representam, no interior da psique, o real concreto do mundo exterior. O conceito cunhado para este estado de coisas foi a representação objeto (*Objek-tvorstellung*), ou seja, um complexo associativo das mais diversas sensações (visuais, acústica, táteis, sinestésica etc.) resultantes da impressão sensorial da coisa (DIG) ou dos objetos do mundo (DULTRA; ARAÚJO; MEZZA, 2021, p. 47, grifo dos autores).

Freud elabora a obra da Interpretação dos sonhos, considerado por muitos, a obra mestre, principal. Freud faz uma ruptura como o senso comum, da religião, do misticismo, que tem o sonho como algo significativo do cotidiano do imaginário social, coletivo, e o escreve no campo do inconsciente, da linguagem, da semântica.

O sonho constituído por Freud, ao invés de predizer o futuro, “o sonho mostrava uma realização do desejo infantil recalcado. É nessa medida que ele caracteriza o inconsciente como atemporal, não sujeito a modificações pela passagem do tempo” (COSTA, 2006, p. 8-9).

Nesse contexto, a técnica de interpretação, de associações, constituída por Freud, se sustenta em sua aplicabilidade dentro do contexto teórico, clínico, práxis. Ou seja, o dispositivo da associação livre dá a possibilidade para que o sujeito fale o que vier na sua cabeça, sem censura, rótulos.

Deve-se pôr em jogo:

Exatamente por esses motivos, considera-se frequentemente que *A interpretação dos sonhos* é o momento de gênese do discurso psicanalítico, sua certidão de nascimento. Várias razões sustentam essa opinião sobre a obra: a instauração de uma *nova* região do saber, a decifração metódica das leis que regulam o funcionamento desse novo espaço, a instauração do trabalho psicanalítico como pesquisa dos efeitos desse campo no plano consciente (*sonhos, atos falhos, sintomas*), efeitos que se revelam basicamente como efeitos de sentido velado, escondido, que é mister pôr a nu. Nessa perspectiva, o trabalho de uma decodificação do sentido estraria no âmago da teoria psicanalítica, de sorte que nada mais justo do que caracterizá-la como uma teoria do sentido, uma hermenêutica específica e particular, cuja característica principal é decodificar os efeitos de sentido por meio da articulação de uma teoria na qual o sujeito está essencialmente descentrado. Muito mais que produtor de um sentido, o sujeito se vê agora como o suporte de uma significação que se anuncia através dele, como mero suporte de uma ação operada por um outro (*das andere*) que, paradoxalmente, está em nós sem se confundir com nosso “ego” (MONZANI, 2014, p. 61-62, grifo do autor).

Diante disso, para melhor entendimento, o sonho é o vigia do sono, os desejos que são reprimidos, censurados pela consciência, pela cultura e pelo social, de fato, o sonho possibilita a realizações desses desejos. Resulta desse processo, que as imagens, representações, vêm de forma distorcida, espantosas, sem uma ordem lógica, de forma de enigmas, ou seja, se apresentam camufladas. Lembrando que a suposta realização desses desejos é possível acontecer pela diminuição da consciência, estado de vigília. Em outras palavras, “aprendemos que um sonho pode representar um desejo como realizado” (FREUD, 1999, p.116).

O pensamento do sonho são os conteúdos diurnos e tais pensamentos são retidos, censurados pelo Supereu/Superego¹³ daquilo é revestido pela moralidade social, mas por meio do sonho aquilo que não pode ser realizado conscientemente terá inconscientemente a satisfação dos seus desejos realizados, não de maneira explicitamente como o do real. Mas essa relação é atravessada por dois elementos: os conteúdos manifestos e o latente. O conteúdo manifesto é

¹³ “O superego é uma instância herdeira do complexo de Édipo: já não será o pai quem ditará o dever; ele terá para sempre um sub-rogado. Esse olhar que nos vigia, essa voz que reprova nossos atos, esses mandamentos que nos são impostos diariamente falam de sua presença em nossa vida. A perseguição de seus imperativos indica que não se trata só de uma função normativa, mas que guarda em si uma força pulsional que o torna despótico e tirano. Freud descobre que o paradoxo do superego exige se abster de uma satisfação, mas, a cada renúncia, aumenta sua inclemência e severidade, de maneira tal que enfrentamos uma instância que não colabora com o bem-estar, mas que aponta o impossível de realizar” (ONS, 2018, p. 120).

consciente, e o conteúdo latente é da ordem do inconsciente/desejo. Diante disso, tais elementos se implicam no jogo dos sentidos.

Nessa direção, Benites (2013, p. 16) salienta que,

com isso, podemos ver, na interpretação dos sonhos, que existem elementos do conteúdo latente que podem estar condensados no conteúdo manifesto, sendo possível a sua evidência por meio de cadeias associativas e similaridades, sobretudo, semânticas.

É nesse sentido, se assim pose-se dizer, que o sonho é um processo de linguagem do inconsciente, tal forma, pode ser acessada, decifrada pelo dispositivo de associação dos conteúdos do inconsciente, sendo decodificada por meio da associação livre sob transferência, em que as palavras seguem o ritual do inconsciente.

Neste sentido, assim como as outras formações do inconsciente, o sonho é de imediato interpelado por Freud em sua referência a um sistema de elementos significantes análogos aos elementos significantes da linguagem. Somos inevitavelmente convocados por Freud a esta ordem da linguagem, tendo em vista que o princípio de investigação do inconsciente permanece constantemente suspenso ao fluxo das cadeias associativas que, por não serem nada menos que cadeias de pensamentos, insistem em nos reconduzir incessantemente a cadeias de palavras (DOR, 1989, p. 16).

Sobretudo, os conteúdos do inconsciente não se dão de forma explícita, objetiva. Uma de suas formas de manifestação é através do sonho pela via dos mecanismos de condensação e deslocamento. Isto é, as informações do pensamento do sonho se apresentam em sua totalidade, mas são atenuadas pelo processo de condensação e deslocamento, tais formações não se apresentam como óbvio. Portanto,

Condensação e deslocamento são então dois processos de deformação dos pensamentos do sonho, sob o efeito da “censura de defesa endopsíquica” que torna assim irreconhecível o desejo inconsciente do qual procede o sonho: assegurando a transferência e o deslocamento das intensidades psíquicas, eles constituem “as duas grandes operações a que nós devemos essencialmente a forma de nossos sonhos”. Temos notado, que o modelo linguístico, a comparação do sonho a um texto escrito em línguas diferentes, desempenha um papel epistemológico importante na obra original de Freud. Ora, as categorias freudianas de condensação e de deslocamento se encontram explicitamente retomadas por certos teóricos de linguística do século XX, e em particular por Roman Jakobson que, nos seus *Essais de Linguistique Générale* [Ensaio de Linguística Geral], aproxima esses processos psíquicos de duas figuras retóricas, para ele característica dos mecanismos fundamentais da significação linguística, a saber, a metáfora e a metonímia (GILLOT, 2018, p. 55, grifo da autora).

Lacan, logo após a defesa de sua tese em 1932, intensifica seus estudos a partir do retorno a Freud, atravessado pela psicanálise e pela linguística, em busca de estruturar o

inconsciente como uma linguagem; vindo a desenvolver os dispositivos teóricos e clínicos. No apogeu do estruturalismo da década de 1960, a psicanálise ocupou os espaços nos debates da filosofia, antropologia, medicina, psiquiatria, linguística etc.

O corte saussuriano sobre língua/fala estabeleceu a linguística como ciência, tomando a língua como objeto de pesquisa. A língua para Saussure é um sistema de signos que contém dois elementos, o significado e o significante que configuram o signo linguístico, imagem acústica, sendo esses elementos de ordem psíquica. Tais elementos; são unívocos, trabalham unidos no processo semiológico (SAUSSURE, 2012).

Ou seja, o significado é elaborado como “conceito/ideia” e o significante, “imagem acústica/som”. Em outras palavras, “são interdependentes e inseparáveis, pois sem significante não há significado e sem significado não existe significante” (CARVALHO, 2003, p. 31).

Diante disso, o deslocamento que Lacan faz sobre os elementos do signo tem como consequência a formulação da cadeia de significantes. Tal relação posta por Saussure entre o significante e significado não é determinante para a possibilidade de uma nova significação, outros sentidos, mas trata-se da relação de um significante por outro significante.

Como bem lembra Gabas (1982, p. 81):

Já não se trata de um significante remetendo a um significado, e sim de um significante que remete a outro significante, onde, além disso, é preciso esclarecer que o significante não é pensável senão em relação. Neste ponto já é forçoso introduzir a noção de cadeia significante, noção que nos permita objetivar as leis que regem essa relação.

A estrutura lacaniana da cadeia dos significantes está posta sob dois significantes, já mais em relação a si mesmo ou em relação com o significado. O que se quer dizer é que:

essa unidade do signo sugere que a função do significante é significar, e seu efeito é o significado, mas Lacan descompõe tal unidade do signo e propõe que “um significante enquanto tal não significa nada” e que os significantes se articulam como uma cadeia significante. Nesse sentido, a linguagem é uma estrutura significante (DULTRA; ARAÚJO; MEZZA, 2021, p. 105, grifo dos autores).

Desse modo:

O significante, diferentemente da representação freudiana e do signo saussuriano, não é psíquico, ou seja, não se encontra em nenhuma individualidade, seja esta material (cérebro) ou imaterial (mente). O significante articula a outro significante, tem a sua localização no discurso do Outro (DULTRA; ARAÚJO; MEZZA, 2021, p. 53, grifo dos autores).

Para Costa (2006, p. 27-28, grifo do autor), a reformulação de Lacan sob a condensação e deslocamento para metáfora e metonímia “trata-se simplesmente de um novo batismo dos mesmos mecanismos? Em parte, sim, mas não somente isso. Com o “re-batismo”, Lacan ligou sua denominação de estrutura de linguagem com o desenvolvimento da linguística”.

Segundo o psicanalista Dor (1989), a cadeia de significantes é a condição de um significante para outro significante, tal efeito produz substituição/metáfora. Assim:

Em seu princípio, a metáfora consiste em designar alguma coisa por meio do nome de uma outra coisa. Ela é, portanto, no sentido pleno do termo: substituição significante, como formula Lacan. Na medida em que a metáfora mostra que os significados extraem sua coerência unicamente da rede dos significantes, o caráter desta substituição significante demonstra a autonomia do significante em relação ao significado e, por conseguinte, a supremacia do significante (DOR, 1989, p. 43).

Em suma, a metáfora é como figura de linguagem, está em relação com o simbólico, o processo de substituição/transferência; só é possível quando à relação com o significante substituto, caso não tenha relação entre os dois significantes na cadeia dos significantes, não haverá novos sentidos. Logo:

Numa definição tradicional, a metáfora está associada à semelhança de sentidos, consiste numa comparação subentendida, portanto “condensada”, “resumida”: projetam-se atributos de um segundo elemento num primeiro. Esses atributos só podem ser projetados se ambos os elementos tiverem algo em comum, pontos de interseção reais ou imaginados (LONGO, 2006, p. 21, grifo da autora).

Enfim, a metonímia está atrelada ao processo de deslocamento, logo, o efeito de deslizamento ocorre pela adjacência com o significante no processo metafórico, ou seja, o mecanismo da metonímia é secundário em relação à substituição de sentido, palavra, objeto, coisa. Desse modo, a consequência de deslocamento de sentidos é, em parte e não em sua totalidade, pelo motivo de já existir algo estabelecido. Dito diferentemente, o processo da metonímia é a parte pelo todo.

2.6 A construção da massa bolsonarista

Como veremos, a direita, extrema direita conservadora, diante da conjuntura histórica de 2018, se apresenta na figura do candidato Bolsonaro como uma nova política no aspecto moral, religioso, econômico e social. Esse espectro chamado de direita conservadora estava adormecido, recalcado, mas implícito nos costumes e valores de uma sociedade arcaica, machista e hierarquizada, constituída pela crença judaico-cristã.

Como se vê, o lugar ocupado pelo sujeito dentro de uma formação ideológica, no que tange às instituições, é determinante na posição do sujeito de direita, sendo elas, a família tradicional, igreja, escola etc. Por conseguinte, essas posições são constituídas de modo sócio-histórico, isto é, essas configurações mudam segundo as condições de produção em que se dá o discurso, mas permanecem arraigadas nas formações ideológicas. Nesse sentido, o sujeito é socialmente constituído pelo viés ideológico em que se dá o discurso.

Sendo a ideologia *universal, eterna, atemporal* ao indivíduo-sujeito:

Assim, a coerência da ideologia permite a “todos” comungarem do(s) mesmo(s) sentidos(s) de certas ‘frases’, mas é a formação ideológica que possibilita a filiação a dados sentidos e não outros, proporcionando a coesão da produção de sentidos (PESSOA, 2019, p. 46).

O processo de identificação do sujeito de direita é constituído pela crença judaico-cristã, pelo capitalismo e pela burguesia que toma o moralismo, o processo cívico como idealização de governo. A formação ideológica do sujeito de direita conservadora é constituída pelas instituições dadas por Deus como modelo de vida para o sujeito em sociedade: a família tradicional, igreja etc.

Nesse sentido, o sujeito idealizará que o Estado está oportunizando o “progresso”, tendo como característica deixar vivo na memória do povo brasileiro que a performance do governo é o “ideal” para a Ordem e progresso. A dinâmica do Estado tem como objetivo idealizar, criar uma autoimagem, tomando as crenças, costumes, valores e os inserindo no campo simbólico.

Para que essa massa permaneça alienada, uma das formas é a instrumentalização do modelo cívico nas escolas para aproximar-se da família tradicional. Seria impossível para o capitalismo controlar a sociedade que, em sua essência é dinâmica, suas mudanças são pertinentes, recorrentes às rupturas contra qualquer forma de sistema. “Em outras palavras, foi exatamente no momento em que a divisão social e econômica das classes apareceu com toda clareza e ameaçou o capitalismo que este procurou na “ideia nacional” um instrumento unificador da sociedade” (CHAUI, 2006, p. 16).

Desse modo, podemos dizer que as formações ideológicas se circunscrevem ao discurso “fundador”, nesse caso, o discurso religioso, que concebe o sentido como homogêneo, estabilizado, sem a possibilidade de efeito.

Para Pessoa (2019, p. 44):

Por isso, as formações ideológicas estão ligadas ao produzir sentidos, ou melhor, a definir concepções relativamente evidentes acerca de certo dado, concomitantemente, dissimulam outras possibilidades de sentido para o mesmo dado [...].

O aparecimento de Bolsonaro como candidato em 2018 é produto dessa relação entre o partido da direita burguesa e o sujeito de direita cristã. Tais sujeitos se identificaram com a fala de Bolsonaro, em outras palavras, Bolsonaro seria o presidente que “salvaria” o Brasil da esquerda, do comunismo colocando ordem na política, economia, cultura, segurança pública etc.

Nesse contexto, o enunciado “ele sim” é retomado pela memória discursiva, em que o governo militar toma o poder em 1964. É preciso lembrar que o sujeito católico, evangélico e os empresários fizeram parte do governo militar (INDURSKY, 2013).

O enunciado “ele sim” para Bolsonaro tem efeito de deslocamento de sentido do período do governo militar/ditadura, na qual o sujeito de ideologia de direita diz “sim” ao general/presidente, autorizando-o a colocar “ordem” no Brasil. Dito diferentemente, ordem do autoritarismo, silenciamento de vozes, repressões de liberdades. Nesse contexto, equivale a instrumentalização da tortura e de assassinados dos inimigos da “pátria”, a saber, os sujeitos de ideologia de oposição.

O sujeito de ideologia de direita desvela em Bolsonaro o desejo da forma do governo militar presente em seu governo, ou seja, o efeito da memória discursiva é a repetição de dizeres. Toma-se, então, esse conceito da AD para colocar no jogo discursivo o dizer do sujeito de direita, “ele sim” para Bolsonaro em 2018. O que se quer afirmar é que, nessas condições, assim como ocorreu no governo militar, em que a narrativa era de que os militares estavam protegendo a “democracia” e o Brasil dos *guerrilheiros, esquerdistas, comunistas*. Assim, as falas de Bolsonaro como candidato têm como proposta livrar o Brasil dos governos de esquerda para que não retornem ao poder em 2019.

O enunciado “ele sim” emerge na perspectiva de opor-se ao sujeito que aderiu ao movimento “ele não”, que conquistava cada vez mais simpatizantes na luta contra Bolsonaro. Em outras palavras, em decorrência do enunciado “ele não”, em circulação nas redes sociais, tal evento possibilitou evidenciar o discurso de Bolsonaro para o sujeito brasileiro. Com efeito, (res)significando, para o sujeito de esquerda por meio da memória, Bolsonaro como misógino, homofóbico, ditatorial, tirano, aquele que silencia a liberdade de fala dos grupos minoritários.

Nessas condições, Bolsonaro se apresenta como líder da direita conservadora, tomando as redes sociais para que seu discurso circule nos grupos especialmente no Facebook e no WhatsApp.

A massa bolsonarista/gado¹⁴ ganhou voz em 2018, estabelecendo Bolsonaro como “mito”, o homem ideal para “salvar” o Brasil, dizendo livrar o povo brasileiro da imoralidade, da corrupção, das injustiças e do comunismo.

O psicanalista Dunker (2016) parafraseia o mito pela/na perspectiva lacaniana:

O mito é o modelo fundamental do que vem a ser um discurso. Nele não há versão original, mas apenas versões reconhecíveis por mitemas que se repetem, sendo os mitemas definidos como relações lógicas com outro mitemas. Portanto, o mito joga com conceitos, mas não é um discurso que transmite sua verdade por meio de conceitos (DUNKER, 2016, p. 87).

Postulado pela massa digital, na qual incluem os evangélicos, militares, policiais etc, logo Bolsonaro seria o líder isento de falhas, erros, inquestionável, perfeito em todo seu comportamento e fala. Decorre, então, a idealização de conferir Bolsonaro como presidente, seguros de que ele não iria cometer erros em seu governo. Tal descrição foi antagônica ao seu governo em 2019, sendo alvo de denúncias de corrupção, gabinete do ódio, de *fake news* em seu governo com o aparecimento e abertura de vários processos judiciais.

Por outro lado, na perspectiva da AD, a língua(gem) é atravessada pela opacidade, ou seja, a linguagem tem seu funcionamento, imersos aos furos e falhas, por isso Pêcheux (2014) confirma o sujeito como faltoso, incompleto na AD.

Sobre isso, Oliveira (2013, p. 106) afirma que:

Algo de verdade do sujeito se marca nesses tropeços da linguagem, pontos em que evidência do que somos é submetida pela manifestação empírica da linguagem que mostra que, no ponto em que perdemos, é ali que estamos.

Conscientemente e inconscientemente, o sujeito da massa digital organiza seus discursos em busca de um retorno do homem “perfeito”, sem falhas, revestido pelo caráter dos deuses. O aparecimento de Bolsonaro com seu discurso nas mídias em 2018, “arrebanhou” o sujeito que o seguia sem questionamento.

Em outras palavras, os bolsonaristas negavam a materialidade dos discursos de Bolsonaro nas mídias, sendo esses discursos autoritários, misóginos, homofóbicos. Os gestos

¹⁴ “O bolsonarismo assume afeições rigidamente neo-etológicas. Não à toa parece cair tão bem aos bolsonaristas a metáfora do “gado”. A crença numa rígida ordem moral do mundo, a crença numa certa configuração de família “natural” e “correta”, a crença em papéis sociais bem definidos para homens e mulheres como “naturais” e “verdadeiros”, a crença em hierarquias socialmente construídas como igualmente “naturais” e “verdadeiras”, a crença em conspirações nacionais e internacional envolvendo planos e ações do amplo espectro daquilo que chamam de “esquerda” para solapar essa ordem social “natural” e “verdadeira” bem como a adoração a um “líder supremo” envolvido por uma aura de divindade e infabilidade constituem alguns dos pilares da neo-etologia bolsonarista” (BOGÉA, 2021, p. 49).

dos bolsonaristas negando a realidade, sobretudo, representam comportamentos de uma “boiada” em que a representação é só numérica, sem qualquer possibilidade de senso crítico.

Nesse viés, a massa digital evocava Bolsonaro como o “salvador”, inconscientemente como em toda massa, o sujeito na bolha coletiva se estabelece pelo desejo da ordem. Dito de outra maneira, o sujeito dentro da massa “quer ser dominado, oprimido e temer seus senhores” (FREUD, 2020, p. 51). Como se pode ver, o sujeito bolsonarista é como um “fantoche” que segue Bolsonaro sem questionamentos. Ou seja, o senso crítico não prevalece na massa, o que rege nesse lugar é a soberania do líder, do senhor. Dito diferentemente, o sujeito dentro da *massa/rebanho* age pela impulsividade, pela imagem representativa do objeto, da “coisa”, é o que o faz desejar coletivamente (FREUD, 2020).

Na obra *Psicologia das Massas e Análise do Eu e Outros Textos*, Freud (2011) problematizou o sujeito na massa:

Embora deseje as coisas apaixonadamente, nunca o faz por muito tempo, é incapaz de uma vontade persistente. Não tolera qualquer demora entre o seu desejo e a realização dele. Tem o sentimento da onipotência; a noção do impossível desaparece para o indivíduo na massa. A massa é extraordinariamente influenciável e crédula, é acrítica, o improvável não existe para ela. Pensa em imagens que evocam umas às outras associativamente, como no indivíduo em estado de livre devaneio, e que não têm sua coincidência com a realidade medida por uma instância razoável. Os sentimentos da massa são sempre muito simples e muito exaltados. Ela não conhece dúvida nem incerteza. Ela vai prontamente a extremos; a suspeita exteriorizada se transforma de imediato em certeza indiscutível, um germe de antipatia se torna um ódio selvagem (FREUD, 2011, p. 18).

Inclinada a todos os extremos, a massa também é excitada apenas por estímulos desmedidos. Quem quiser influir sobre ela, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa. Como a massa não tem dúvidas quanto ao que é verdadeiro ou falso, e tem consciência da sua enorme força, ela é, ao mesmo tempo, intolerante e crente na autoridade. Ela respeita a força, e deixa-se influenciar apenas moderadamente pela bondade, que para ela é uma espécie de fraqueza. O que ela exige de seus heróis é fortaleza, até mesmo violência. Quer ser dominada e oprimida, quer temer os seus senhores. No fundo inteiramente conservadora, tem profunda aversão a todos os progressos e inovações, e ilimitada reverência pela tradição [...] (FREUD, 2011, p. 19).

Do ponto de vista discursivo, a circulação de Bolsonaro como líder ideal na massa bolsonarista se inscreve pelas posições que os sujeitos assumem, assujeitados pelo Outro que os antecede. Nesse lugar, Bolsonaro é líder, capitão, homem incorruptível, aquele que supera todos os concorrentes, insuperável na luta política.

O sujeito de direita conservadora tem seu modo de dizer, sua fala se constituiu diante das formações ideológicas. Nas manifestações de apoio ao Bolsonaro, é determinado um padrão a ser seguido pela massa bolsonarista, o ritual posto eram família, pátria e Deus.

O símbolo das manifestações é a presença da família tradicional, da bandeira com as cores verde e amarela materializadas nas camisetas, cartazes. O sujeito se identificava com essa FD, no qual seus ideais eram cristalizados pelas falas de Bolsonaro, identificados pelo patriotismo.

Percebe-se, assim, discursivamente que a massa é atravessada pela memória do dizer. Sendo assim, o sujeito dentro da massa retoma discursos que estão atravessados em sua constituição. Tais formulações de sentidos estabilizados pelo “já-ditos” são evocadas pelo discurso vigente em 2018, nesse caso, o efeito do enunciado “ele sim”.

Em outras palavras, o sujeito não tem domínio sobre a memória, pois ela difere da memória psicológica, social. Para a AD, a memória discursiva é móvel e histórica, possibilitando a repetição de dizeres atualizados, ressignificados na FD. Assim, a fala do sujeito corresponde ao seu espaço ideológico.

Nesse sentido, Dias (2018, p. 159) descreve:

Para tanto, levo em conta a memória no que se refere à relação da língua com a história: memória discursiva, e seus efeitos na constituição do sujeito, a saber, “materialidade discursiva enquanto nível de existência sócio-histórica.

De fato, a utilização das redes sociais nas eleições foi posta como instrumentalização “democrática” do jogo político. O eleitorado manifestou seu pensamento pelas plataformas como o Facebook, WhatsApp, YouTube, dentre outras. Assim, a hegemonia bolsonarista tomaram as mídias para popularizar Bolsonaro, o candidato da burguesia, dos conservadores, sendo sustentadas sob (des)informações/*Fake News*.

Dessa forma, os espaços de “liberdade” produziram excessos de dizeres do sujeito eleitor, os usuários entraram no jogo político, no qual o limite é a derrota do adversário político. O então candidato Fernando Haddad denunciou excessos de usuários da massa bolsonarista na divulgação de notícias falsas, conhecidas como *Fake News*.

As *falsas notícias/Fake News* em circulação nas mídias contra o candidato Fernando Haddad demonstravam a estrutura bolsonarista criada para potencializar a imagem de Bolsonaro para presidente da República em 2018.

É preciso salientar que nas *Fake News* não há materialidade, fatos constituídos como legítimos, sendo assim, ela “não começa nem termina no que é “verdadeiro” ou “falso” (fake) e por outro lado, não é, necessariamente, notícia (news)” (GRIGOLETTO; DE NARDI; SILVA SOBRINHO, 2021, p. 253, grifo dos autores).

Tendo isso em vista, Bolsonaro é “forjado” em comparecer em 2018 pela estrutura do Estado/capitalista, na qual monopolizaram as mídias para legitimar as *Fake News* contra o candidato do PT e seus apoiadores. Ficou evidente o motivo da rapidez com que as (des)informações viralizavam nas redes sociais. Essa disseminação de (des)informação se sustenta sobre as correntes olavista, bolsonarista, empresários etc.

Havia denúncias que bolsonaristas estavam controlando robôs que disparavam a (des)informações em massa para várias plataformas das redes sociais, especialmente nos grupos do Facebook e WhatsApp disseminando o ódio. No primeiro momento, os bolsonaristas sustentaram que essas denúncias eram falaciosas, porém, isso não se sustentou em 2019, sendo aberta uma CPMI¹⁵ no Congresso para investigação das *Fake News* que supostamente influenciaram na vitória de Bolsonaro em 2018. Em suma, o STF¹⁶ autorizou o inquérito para investigar *Fakes News* ligadas à massa bolsonarista, conservadores, empresários, políticos, blogueiros etc.

Bolsonaro é apresentado pelo Estado/capitalismo sob as condições do contexto sócio-histórico e ideológico de 2018 como símbolo da nova política, sem histórico de “corrupção, de imoralidade”. Sob essas características, Bolsonaro estaria apto para governar o Brasil. Disso decorre o aparelhamento econômico, político, jurídico, religioso pelo Estado/capitalismo para construir a imagem de Bolsonaro para o eleitor a partir do momento em que foi anunciado como candidato para presidente. Ou seja, há um investimento do apagamento da memória discursiva, da história para que o sujeito não fosse afetado pela memória dos dizeres de Bolsonaro, isto é, seu passado na política.

Tal proposta é o silenciamento, a estabilização dos ditos de Bolsonaro em circulação anterior à campanha presidencial de 2018. Nesse contexto, o enunciado “ele não” rompe com essa questão do “ele sim”, colocando em evidência que o “ele não/Bolsonaro” deriva dos seus discursos políticos, que estaria no poder por mais de 32 anos, ou seja, o “ele não/Bolsonaro” não é recente, novo. Assim, o político Bolsonaro se constituiu pelo exército, pelo Estado, pela igreja, pela família tradicional, pelo olavismo (SANTOS; MIRANDA, 2020).

O enunciado “ele não” é margeado por outros enunciados, tais efeitos, articulados pelo seu percurso na política, sendo misógino, racista, homofóbico etc; emergem desse contexto. Assim, pode-se dizer que o efeito dos enunciados descritos acima forma se dos dizeres de Bolsonaro, ou seja, dos já-ditos, sendo anterior à formalização como candidato à presidência da

¹⁵ Disponível em: <https://www.pressreader.com/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

¹⁶ Disponível em: <https://www.journals.usp.br/rdda/article/view/201661>. Acesso em: 17 mar. 2023.

República, na qual retorna discursivamente como “ele não” pelo efeito da ideologia/identificação.

O acontecimento discursivo “ele não” (res)significou os já-ditos da memória, em outras palavras, isso foi possível pelo acontecimento/atualidade que significou os ditos da memória do “ele não/Bolsonaro”. Ou seja, a estrutura dos enunciados formados a partir dos efeitos dos dizeres de Bolsonaro antes de 2018 constituiu o enunciado “ele não”. Essa forma de sequências enunciativas é colocada à deriva pelo acontecimento “ele não” que possibilitou novas discursividades.

No capítulo seguinte, traremos os resultados da análise a partir dos recortes do *corpus*, procurando fazer emergir efeitos de sentido do enunciado “ele não” para Bolsonaro. Tal enunciado não está isolado, está margeado por outros, torna-se outros, como afirma-se em Pêcheux no capítulo primeiro.

CAPÍTULO III ANÁLISES

Neste capítulo, apresentamos os resultados da análise dos enunciados que constituem o *corpus* desta pesquisa. Tais materialidades são recortes que circulam nos jornais digitais, nas redes sociais. De acordo com as características do enunciado, “*ele não*” para Bolsonaro, emerge e se relaciona com outros enunciados articulados na/pela memória discursiva.

Como já referido no trabalho, o interesse pelo *corpus* foi a partir da visibilidade do movimento “*ele não*” promovido pelas mulheres nas redes sociais em 2018, ganhando as ruas, praças e avenidas por todo o Brasil, em repúdio ao candidato Bolsonaro.

Por outro lado, o que determina as manifestações é o enunciado “*ele não*”, dessa forma, outras falas de Bolsonaro levaram o sujeito a aderir ao “*ele não*”, tendo como efeitos de sentido, ele ser misógino, homofóbico, tirano etc.

Com efeito, o enunciado “*ele não*” emerge das falas de Bolsonaro como candidato para presidente da República. Isto é, tais efeitos de sentido entre os interlocutores possibilitaram ao sujeito brasileiro (res)significar-se diante da hegemonia política-ideológica em 2018.

A mídia, no momento histórico de 2018, reconfigura os efeitos de sentido do enunciado “*ele não*”, produzindo identificação pela ideologia entre os “interlocutores”, interrompendo uma injunção histórica, econômica, política, cultural e social. Assim, o enunciado “*ele não*” emerge dessa conjuntura, constituída pelo processo discursivo.

O enunciado “*ele não*” produziu efeitos de significações pela via da identificação com o enunciador, constituído pela interpelação da ideologia no que implicam às condições de produção.

Como pode-se compreender, as formações discursivas são o espaço da materialidade do discurso, do acontecimento, é nesse escopo que o sujeito e o sentido para a AD são concebidos, visto pela exterioridade do efeito da memória discursiva/já-ditos. Sendo assim, a análise, neste trabalho, pretende dar visibilidade aos sentidos possíveis do enunciado “*ele não*” em decorrência do processo ideológico/identificação.

Zoppi-Fontana (2014, p. 38) diz que:

O sujeito não é mais entendido como origem e fonte do dizer, em absoluto controle estratégico e intencional do sentido de “seus” enunciados; pelo contrário, assume-se a determinação ideológica do sujeito por formações discursivas (doravante FDs) que o precedem e excedem, dentro das quais se constituem as diferentes posições de sujeito que permitem ao sujeito sua enunciação.

Nesse viés, as redes sociais foram de suma importância em 2018. Com isso, os eleitores/sujeitos de ideologia de esquerda e de direita utilizaram as *mídias* para posicionarem, manifestarem suas opiniões, em apoio ou oposição ao candidato Bolsonaro.

O enunciado “ele não”, posto em circulação pela mídia, produziu efeitos de práticas sociais na história política do Brasil em 2018, colocando em evidência as lutas de classes constituídas dentro das condições de produção, a partir do processo discursivo.

Dias (2018) contextualiza essa temática ao dizer que:

O que resulta para nossa compreensão é que é a evidência de um dizer repetidamente re-atualizado que é tomado como memória. E é com essa evidência que o sujeito se relaciona e se constitui em suas relações com as mídias digitais” (p. 16).

Nessa direção, tomam-se as posições dos sujeitos nas eleições presidenciais em 2018, sendo elas as *posições* de sujeito de ideologia de esquerda e direita. Assim, a rede discursiva produz determinados sujeitos em determinadas condições de produção, nesse caso em 2018, o enunciado “ele não” mostra-se nas FDs, onde os efeitos de sentido podem se relacionar ou entrar em conflito com outros discursos.

Compreende-se com Orlandi (2020, p. 49) que:

Esse sujeito que se define como “posição” é um sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer (o interdiscurso), definindo-se em função de uma formação discursiva na relação com as demais, (grifo da autora).

Essa configuração é determinante na construção do enunciado “ele não”, que se inscreve na/pela formação discursiva. Segundo Pêcheux (2014, p. 147), a FD “determina o que pode e não ser dito”, sendo assim, o sujeito produz seu modo próprio de dizer sustentado pela formação discursiva.

Dessa forma, a palavra de ordem “ele não” estabelece a legitimidade das manifestações, fazendo com que o sujeito evidencie sua reivindicação perante a sociedade.

Nessas condições, o sujeito toma a palavra “ele não” para marcar seu espaço/lugar, em oposição ao candidato Bolsonaro. Dentro dessa conjuntura, o sujeito é constituído pela língua, história e ideologia.

A circulação do enunciado “ele não” nas redes sociais possibilitou a constituição do sujeito pelo processo ideológico/identificação, com efeito, “eles estão realizando ao mesmo

tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso” (ORLANDI, 2015, p. 19).

Como o discurso é uma prática, nesse sentido, ele materializa o modo de o sujeito ver o mundo, sua posição corresponde a um determinado espaço social em que os sentidos podem ser outros, articulados pela formação ideológica na constituição do sujeito.

As ocorrências de 2018, que correspondem às condições de produção, determinadas pelos contextos históricos e ideológicos, afetaram o sujeito em sua relação social pelo fato de não aderir ao “ele sim/Bolsonaro”. Dessa forma, o sujeito que tomou o enunciado contrário foi dito como inimigo, comunista, ou seja, suas relações sociais foram cortadas pela sua posição contra o candidato Bolsonaro.

Tais ações produziram sofrimento/mal-estar pelos ataques preconceituosos, intolerância política, religiosa, sexual, racial; motivos esses, por serem de oposição contra o “ele sim/Bolsonaro”. Por outro lado, esse efeito fez emergir sentimentos pelo processo de identificação¹⁷, produzindo engajamentos. O sentimento coletivo não ficou restrito ao acolhimento, mas pela prática, de vivenciar a experiência do sujeito na luta, resistência contra à forma do mal-estar, e o modo de subjetivação produzido pelo Estado/capitalismo.

Nessa perspectiva Safatle, Junior e Dunker (2019) problematizam a questão de subjetivação:

O conceito de modos de subjetivação de Foucault diz respeito a um fenômeno discursivo de natureza social, que envolve a todos. Está presente nas narrativas e nos discursos enquanto condensações da língua e da cultura, enquanto preferências gramáticas, padrões estéticos e morais diferentes de uma região a outra, de um tempo a outro no interior de uma mesma língua. A natureza dos modos de subjetivação é discursiva, e eles servem à diferenciação, à pertença e à exclusão, enfim, servem à legitimação de um sujeito e de seus atos no interior de um código social. Dizem respeito ao que é considerado um bem ou mal para o sujeito, assimilando sua posição moral. São assim fenômenos coletivos, restritos a grupos sociais, períodos de tempo, e, em certa medida, também comparáveis às modas. São fenômenos discursivos que legitimam saberes, partilham identidades e orientam momentos (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2019, p. 46).

Sob tal processo, a presença do Outro é fundante na construção de um lugar para o sujeito na rede simbólica, portanto, a posição do sujeito é marcada pela identificação do Outro, ou seja, o sujeito assume um lugar na sociedade pela via do laço social, coletivo, articulado pelo Outro. Como se vê:

¹⁷ “**Identificação.** Termo empregado em psicanálise para designar o processo central mediante o qual o sujeito se constitui ao assimilar e incorporar, em momentos-chaves de uma evolução, aspecto, atribuídos ou traços dos seres humanos de seu entorno” (ONS, 2018, p. 259).

A identificação consiste no longo processo com o qual alguém se faz uma identidade (identi-ficare); essa construção consiste em um processo de “alienação” atrelado às relações do sujeito com o outro: à sua presença, à sua constância, à sua imagem e, sobremaneira, aos significantes de sua demanda. É notável lembrar que a pulsão emergente da intimidade do corpo singular necessita da demanda que provém do Outro para localizar, organizar, mapear o corpo. Fazer-se uma identidade, nesse caso, consiste em definir um lugar próprio na ordem simbólica (NOMINÉ, 2018, p. 14).

Foram as classes minoritárias que refutaram, resistiram aos ataques do extremismo, do autoritarismo bolsonarista. Ou seja, o enunciado “ele não/Bolsonaro” emerge desse contexto, dos movimentos das mulheres/feministas.

Em 2018, não houve uma adesão maior do enunciado “ele não” na sociedade pelo fato de a mídia estar subordinada ao Estado/capitalismo. O papel do sistema nesse momento foi de mascarar a realidade, de neutralizar, silenciar os sentidos do enunciado “ele não”. Diante das posições ideológicas, o antagonismo é “devido à incongruência entre as ideias e os atos das pessoas e à diversidade dos seus desejos” (FREUD, 2011, p. 7).

A pergunta que não quer “calar”, o que leva uma pessoa a se posicionar a favor de um candidato que tem avesso ao outro pelas questões de gênero, ideológica, política, sexual, racial e que prega o fuzilamento, extermínio do outro, das instituições?

Na perspectiva da psicanálise, o mesmo sujeito que legitima esse tipo de comportamento, compartilha tais características. Em contrapartida, a negação é o espelhamento do seu desejo no outro:

Ou seja, nessa forma de o sujeito utilizar a negação, tal como descrita por Freud, encontramos um modo de representação do ser que equivaleria a uma “atitude fundamental de simbolicidade explicitada”. Essa é uma maneira de dizer que, ao negar algo que, no fundo, é o nome de seu próprio desejo (FREUD, 2014, p. 26).

Disso resulta para o pensamento freudiano que “a negação é uma maneira de tomar conhecimento do recalçado” (FREUD, 2018, p. 306). Ou seja, muito embora o neguem, o desejo recalçado dos bolsonaristas equivale aos de Bolsonaro, por esse motivo as práticas antidemocráticas, o extremismo e o terrorismo não apresentam estranhamento por parte dos bolsonaristas, pois fazem parte de seus desejos primitivos.

Os efeitos de sentido do enunciado “ele não” para Bolsonaro evidenciam o estado em que o Brasil se encontra na contemporaneidade, com crescimento da fome, falta de emprego, educação fragmentada, sistema de saúde destruído, agressão aos direitos humanos, negação à ciência e o terrorismo contra as Instituições constituídas democraticamente.

3.1 Gestos de leitura do enunciado “ele não” na manifestação de 2018

O recorte tomado para análise se articula ao momento histórico do Brasil em 2018, em que as mulheres são as protagonistas nas manifestações contra o discurso do candidato Bolsonaro.

As manifestações contra Bolsonaro ocorreram nos dias 20 de setembro a 20 de outubro de 2018. Nesse período, as mídias nacionais e internacionais repercutiram as manifestações organizadas pelas mulheres e os demais grupos feministas e LGBTQAPN+, dentre outros. Segundo o site El PAÍS,¹⁸ o movimento “ele não” foi uma das maiores manifestações jamais vistas no período das eleições no Brasil contra um determinado candidato.

Tal movimento marca as manifestações no Brasil com números expressivos em que as mulheres se posicionaram sobre o campo político, ideológico e social para reivindicar, mas também resguardar direitos conquistados e que estavam sendo ameaçados por Bolsonaro.

Nesse entendimento, o enunciado “ele não” significa a abolição do controle *político, ideológico, cultural e social*, como também efeito de possibilidade de repetição à forma de regime que colocava a mulher como simbolismo de subserviência ao homem.

Por outro lado, Bolsonaro representava, para o eleitorado de direita, uma via da “nova política”, passando a ser considerado como o “libertador” do povo brasileiro. Por intermédio das redes sociais, as posições foram postas em evidência pelas relações dos sujeitos que se identificaram com o enunciado em circulação “ele não”. O enunciado “ele não” também reverberou como o enunciado “ele sim”, para o eleitor de direita. Ou seja, tal processo se inscreve pela metáfora/substituição de uma palavra por outra sobre a articulação da formação discursiva.

O candidato Bolsonaro era/é considerado de extrema direita, conservador, portanto, os que o seguiam/seguem têm como pauta o conservadorismo, família, igreja, exército como pilares fundamentais para o funcionamento de uma sociedade constituída sob *ordens*. Assim, Bolsonaro era apresentado como o líder ideal para governar o Brasil.

Evidentemente, os partidos de esquerda resistiram a Bolsonaro para presidente da República em 2018. Com efeito, o sujeito afetado, constituído pelo enunciado “ele não” através das redes sociais se identificou com as pautas de política de esquerda. Como se vê, Bolsonaro era a figura da abolição dos direitos, da ciência e da democracia.

¹⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/30/politica/1538270819_523141.html. Acesso em: 03 abr. 2023.

Os efeitos de sentido do enunciado “ele não” produziram aceitação e negação carregados de significados, constituídos em uma memória discursiva e pela posição que o sujeito ocupa segundo as condições de produção sócio-histórico e ideológica. Nesse processo, os sentidos podem ser outros através das relações com outros discursos. Diante disso, o discurso se inscreve na rede discursiva, ou seja, o discurso não se movimenta sozinho, mas se relaciona com discursos outros, determinados pelas formações discursivas.

É interessante observar que o enunciado “ele não” teve notoriedade por todas as mídias, tendo repercussão em todas as classes sociais, como gesto de leitura possibilitando que o sujeito significasse e ressignificasse em seu espaço ideológico.

Diremos, então, que os dizeres constituídos a partir dos efeitos de sentido do enunciado “ele não” se configuram como palavra de ordem. Sendo isso, materializados na cultura brasileira através de livros, dissertações, artigos, exemplo: no livro *Análise de discurso em diferentes materialidades*, organizado em forma de artigos, uma das temáticas apresentadas era “As tensões subjetivas dos discursos políticos a partir do movimento #elenão nas hashtgs do twitter” (ALMEIDA; CASTRO; ALVAREZ, 2021).

Se assim o é, o enunciado “ele não” se configura como novos dizeres, que retomam a memória discursiva, o já dito/interdiscurso e do contemporâneo, no aqui- agora, ou seja, a fala do sujeito é uma reconstrução histórica, cabem aqui, “para que uma palavra faça sentido é preciso que ela já tenha sentido” (ORLANDI, 2020, p. 73).

A *internet* movimentou esses dizeres em 2018, possibilitando, dessa maneira, o retorno dos sentidos já postos de uma memória:

Neles, emergem posições-discursivas que inscrevem fronteiras de combate, contradição, rupturas e desaliança com os dizeres legitimados por instituições (Estados, escola, partidos, mídia dentre outras) fazendo falar vozes que comumente não saem no jornal (MARIANI; MEDEIROS, 2012, p. 120).

O enunciado “ele não” rompe com essa formalidade da mídia tradicional dada as configurações das redes sociais em 2018. Por outro lado, o já-dito, dentro dessa repetição formal, naturaliza os sentidos, faz com que o sujeito reconheça o dizer pelo funcionamento discursivo em articulação com a memória, sendo essas formulações dominantes na constituição do sujeito.

Na contemporaneidade, as pessoas estão mais conectadas nas redes sociais pelo motivo dos avanços da tecnologia, nas ofertas do produto no mercado, possibilitando, dessa forma, que as classes sociais, as minorias tenham acesso às “ferramentas” digitais.

Tais relações eram mediadas, silenciadas, retidas pelo domínio das grandes redes de televisão. Ocorre que os Telejornais eram as únicas vias de informações por meio de seus apresentadores, âncoras, os quais correspondiam aos interesses dos empresários e políticos. Por outro lado, as influências digitais, conhecidas como YouTubers, se apresentaram como autônomos sem vínculos e com as empresas das mídias tradicionais. Diante disso, declararam suas posições ideológicas, fazendo seus conteúdos para a sociedade. Isso não significa, no entanto, que as mídias tradicionais tenham se isolado, ao contrário, elas também procuram se adequar às novas formas proporcionadas pela internet e tecnologias digitais.

Historicamente, a burguesia monopoliza a mídia para impor sua realidade por meio da universalização dos sentidos, na qual as informações são controladas, estabilizadas com o propósito de permanência no poder. “Por outro modo, diríamos que o discurso digital se formula ao circular. E isso faz diferença na produção dos sentidos” (DIAIS, 2018, p. 29). Isso possibilitou a ruptura dos processos de domínio sobre os sentidos dadas as ocorrências do processo ideológico/identificação entre indivíduos-sujeitos em circulação nas redes sociais em 2018.

Independentemente do partido, o eleitorado sempre vai questionar a eficiência de quem está no poder. De fato, o discurso não é fixo, mas com a palavra em movimento, sofre transformações sociais e políticas. Sendo assim, o interdiscurso, o já-dito constitui significativamente o sujeito no curso da história, isto é, o discurso se desloca possibilitando que o mesmo dizer seja produzido em outros lugares.

É interessante observar que, para Orlandi (2015, p. 29), “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Isso é determinante para a AD, sendo o sujeito falado por outro em um determinado momento da história, cuja inscrição possibilita ao sujeito interpretar e significar. Porém, seu posicionamento é marcado pelas formações ideológicas no processo histórico em que os sentidos são produzidos.

Com o enunciado “ele não” em circulação nas mídias, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, assumindo posições discursivas, legitimando sua luta dentro de um discurso. Assim, os sujeitos tomaram o enunciado “ele não” como símbolo de luta na tentativa de impedir que Bolsonaro chegasse ao poder como presidente da República. Essa projeção na figura dele tem suas causalidades nas formações ideológicas marcadas por cada sujeito em sua constituição.

Recortamos do site wikipédia.org o enunciado “ele não”, tomamos o material em circulação nas manifestações do movimento “ele não” realizadas pelas mulheres que saíram nas ruas no mês de setembro e novembro de 2018 com a bandeira do protesto “ele não”.

As condições de produção de 2018 contribuíram na produção de sentidos, sob essa perspectiva, descreveremos os efeitos de sentido do enunciado “ele não” materializado na imagem.

Figura 2 – “Ele não”



Fonte: Disponível em: <https://abrir.link/3y4M5>. Acesso em: 04 maio. 2022.

O movimento “ele não” emerge do efeito do enunciado “ele não” para Bolsonaro, a materialização do enunciado “ele não” no cartaz é atravessado pelo contexto sócio-histórico e ideológico. O “ele não” reverbera outros acontecimentos atravessada pela memória discursiva, no que tange em outras falas do então candidato Bolsonaro, ou seja, o “ele não” emerge das falas de Bolsonaro, que constituiu efeitos de sentido para os sujeitos. Tal efeito demonstra a mobilização dos sujeitos para que esse manifesto acontecesse. O efeito do convite para protestar contra o “ele não/Bolsonaro” circulou pelas mídias, pelas repartições públicas e privadas, para chegar nesse momento representado na imagem; não queremos o “ele não” para presidente.

A imagem apresenta as mulheres em marcha com seus “instrumentos” de luta, bandeiras, cartaz, manifestando repúdio coletivo contra a candidatura de Bolsonaro para presidente da República. Na figura, outros movimentos de esquerda estão presentes na

manifestação, como o movimento do MST, assim como, as feministas representadas pela cor roxa, materializadas nas bandeiras e camisetas. São gerações de mulheres/feministas reunidas para resistir a opressão arraigada no Estado/burguesia, que tem como seu representante, o então candidato Bolsonaro.

A cor preta e branca no cartaz faz alusão à história, vemos aí, a memória discursiva marcada por dizeres, comportamentos aversivos contra as mulheres, cuja a realidade é negada pelas imposições de governos autoritários contra a luta pela igualdade.

Por outro lado, o efeito do traço vermelho/sinal de trânsito faz significar o “ele não” pelo efeito do acontecimento. No cartaz, Bolsonaro está de boca aberta, demonstrando querer falar algo, porém, sua fala é interdita pelo símbolo do sinal de trânsito; que tem como propósito impedir que o mesmo siga em frente, que continue com sua agressividade. Com efeito, o “ele não”, representado como sinal de placa de trânsito, remete ao sentido de uma proibição, negação, com a possibilidade de retorno de um acontecimento histórico. Assim, o símbolo reverbera que Bolsonaro está impedido, não autorizado pelas representatividades dos movimentos sociais materializadas no cartaz, como o MST, as feministas, demonstrando repúdio à candidatura de Bolsonaro para presidente da República em 2018. O efeito do sinal de trânsito desliza para o cartaz produzindo sentidos das falas de Bolsonaro, tal efeito impede o avanço das falas agressivas de Bolsonaro contra as mulheres, homossexuais, das instituições etc.

A cor vermelha evoca esse momento de luta, em que a esquerda está presente contra as falas de ódio, machistas, misóginas, antidemocráticas do candidato Bolsonaro. Tendo isso em vista, o sujeito brasileiro, ao (res)significar-se pelo efeito do enunciado “ele não”, se posicionou contra Bolsonaro nas redes sociais e nas manifestações sociais. A cor vermelha reverbera nos movimentos de esquerda, luta, resistência, revolução. O vermelho significa confronto, vigilância contra a opressão do sistema burguês/capitalista, já marcadas historicamente nos partidos comunistas.

Na conjuntura de 2018, o discurso de Bolsonaro é negado nesse espaço, logo, o “ele não” para Bolsonaro contrapõe ao “ele sim” no espaço das eleições presidenciais. Entretanto, no espaço que estamos analisando, a palavra de ordem implica filiações de discursos outros determinados pela FD, constituindo o sujeito ideológico de esquerda. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) traz na bandeira a figura da mulher vestida com a cor vermelha evidenciando sua posição ideológica, mulher de briga, de luta, vista como protagonista com o homem pelos seus ideais, acesso ao direito da terra social, ou seja, à distribuição de terras que estão concentradas nas mãos de algumas da burguesia, e do Estado.

A palavra de ordem expõe o enunciado “ele não”, assim, ao tomar a palavra nas manifestações, o sujeito é afetado pelo efeito da ideologia, tal processo constitui posição, resistência ao “ele não” atravessada pela memória do acontecimento.

Assim, a palavra de ordem nas manifestações tem como finalidade não só de organizar a massa, mas a (des)organização da ordem, do usual, da normalidade, tendo como efeito a desestabilização dos sentidos padronizados pelo sistema burguês. Ou seja, romper com a hegemonia econômica, política, ideológica e social de 2018. Desse modo, a palavra de ordem tem característica de mobilizar os agentes-sujeitos a se revoltarem.

A saber, o enunciado “ele não” está carregado de sentidos atravessados pela memória do dizer, assim, o efeito do enunciado “ele não” reverbera uma ação voltada contra o gênero feminino, contra os homossexuais etc; que, por sua vez, o negam como presidente da República.

Recortamos o material em circulação das manifestações do movimento “ele não”. O enunciado “ele não” supera o enunciado “ele sim” nas redes sociais, materializado pelos acessos dos usuários em busca de informação no Google sobre o “ele não” e “ele sim”, e pelas manifestações realizadas pelas mulheres que saíram nas ruas em 2018. Por um lado, as mulheres com a “bandeira” de protesto “ele não/Bolsonaro”, por outro lado, as mulheres com a bandeira do Brasil, “ele sim”

Figura 3 – Movimento “ele não”



Fonte: Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/elenao-supera-elesim-nas-redes/>. Acesso em: 03 abr. 2023.

O movimento “ele não” em foco demonstra a adesão social das mulheres nas redes sociais e nas ruas. Entretanto, a saída das mulheres nas ruas está carregada de sentidos, com efeito, sobre a ruptura da estrutura patriarcal burguesa. “Por isso, o simbolismo potente do gesto de sair às ruas! A rua é lugar do caos, de resistência, de encontro, de marcha, de briga, lugar de

deslocar o bordado para faixa e fazer das agulhas e linhas instrumentos de revolução” (GRIGOLETTO; DE NARDI; SILVA SOBRINHO, 2021, p. 196).

Assim, o movimento “ele não” demonstrou sua força nas eleições de 2018, seu crescimento no seio da sociedade despertou inquietações na bolha bolsonarista, afetando a suposta popularidade do então candidato Bolsonaro. Diante disso, aos moldes políticos da direita por meio do Estado/burguesia, empresários, blogueiros etc, fizeram circular nas mídias o enunciado “ele sim”, ou seja, o interesse era de interditar o movimento “ele não”. Próximo do período das eleições Bolsonaro empreende todo seu engajamento político, econômico, religioso para se aproximar do eleitorado feminino. O “ele sim/Bolsonaro” com todo o investimento do Estado, do capitalismo e da mídia, não teve a mesma notoriedade do “ele não” diante da sociedade. A revista Piauí reverbera o interesse da maioria dos brasileiros em querer saber sobre o “ele não/Bolsonaro”, em que entre 10 pessoas 6 pesquisaram no Google o “ele não¹⁹” em equivalência ao “ele sim”

O imagético coloca a disparidade do efeito do “ele não/Bolsonaro” em equivalência ao “ele sim/Bolsonaro” sobre a expressividade nos movimentos sociais. Por outro lado, o “ele sim” evidencia sua pequena proporção diante da sociedade representada na imagem e pela menor procura pelos usuários no Google²⁰ em comparação ao “ele não”. Portanto, o sentido do “ele sim” foi concebido para mascarar o nicho da extrema direita conservadora, que tem em sua constituição o autoritarismo, o extremismo, o militarismo etc.

No enunciado “as mulheres vão derrotar o Bolsonaro, ele não”, o efeito do enunciado deriva do que aparentemente foi posto para enfatizar a derrota do candidato Bolsonaro, embora, que dentro do bojo político e ideológico dos bolsonaristas, o movimento “ele não” foi um fracasso, pois não conseguiu impedir o candidato Bolsonaro de ser eleito presidente da República em 2018. Derrotar Bolsonaro implica na luta contra o arcabouço misógino, homofóbico, bem como sobre o fascismo. As mulheres foram às ruas para se opor a Bolsonaro como representante da estrutura patriarcal, machista, burguesa, que suprime liberdades e direitos. O movimento “ele não” só atravessa as questões políticas e ideológicas, elas estão pensando nas futuras gerações, em que o “ele não/Bolsonaro” é ameaça contra a democracia, contra as instituições etc.

¹⁹ Disponível em: <https://abrir.link/CUfn8>. Acesso em: 04 junho. 2023.

²⁰ Disponível em: <https://abrir.link/CUfn8>. Acesso em: 04 junho. 2023.

Figura 4 – “Ele sim/Bolsonaro”



Fonte: Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45714612> . Acesso em: 03 abr. 2023.

O “ele sim” é representado pelas mulheres conservadoras, burguesas, que tomaram as redes sociais e as ruas para silenciar o movimento “ele não” legitimando, com isso, ações indefensáveis de Bolsonaro contra as mulheres que o “ele não” significou para o eleitorado as características do candidato Bolsonaro, como machista, misógino, homofóbico, ditador, fascista etc.

As mulheres do movimento “ele sim” são constituídas pela Ordem, pela qual pregam a permanência do sistema burguês opressor. Sendo assim, elas não precisam brigar, se revoltar, pois pregam a “paz”. Ou seja, o apoio a Bolsonaro significa a continuidade desse sistema que se sustenta pela idealização a constituição de indivíduos em sujeitos, submissas aos seus senhores. O “ele sim” para Bolsonaro, é o endosso, autorização para que o tal realize os desejos dos bolsonaristas, ou seja, os bolsonaristas espelham, projetam em Bolsonaro o saudosismo do governo militar/ditadura, em que as torturas, estupros e assassinatos têm efeito de *segurança*, *paz* para a extrema direita.

O “ele sim,” é a materialização da ditadura, do ódio, do extremismo, seu governo não é para todos os brasileiros, seu governo é para aqueles que se submetem a sua autoridade, ou seja, sujeitos constituídos pela formação ideológica, família tradicional, igreja, escola; para esses sujeitos Bolsonaro é o homem ideal, não importa se Bolsonaro é machista, misógino, homofóbico, o que está em jogo é o pensamento de que Bolsonaro vai colocar ordem no Brasil.

3.2 Atravessamento da música “ele não” nas eleições de 2018

A proposta aqui é de analisar a música “ele não”²¹ cantada no movimento da primavera feminista em 2018 contra a candidatura de Bolsonaro como acontecimento discursivo. Versão esta da música Bella Ciao-adeus (tchau querida) cantada na série La Casa de Papel e apresentada pela Netflix em 2018.

Versão da música ele não:
 Uma manhã, eu acordei
 E ecoava: ele não, ele não, não, não
 Uma manhã, eu acordei
 E lutei contra um opressor
 Somos mulheres, a resistência
 De um Brasil sem fascismo e sem horror
 Vamos à luta, pra derrotar o ódio e pregar o amor.

O site BBC News Brasil²² publicou em 2018 a história da música Bella Ciao tomada em vários momentos como protestos contra explorações no trabalho, opressões de regimes etc. Uma das possibilidades da origem da música Bella Ciao é atribuída ao grupo de mulheres chamadas de “mandinas”, que lutaram contra as condições de trabalho no campo de arroz. O site ainda ressalta o momento em que os partigianos, grupo de resistência italiana, resistem ao regime fascista de Mussoline e do nazismo de Hitler.

Em 2018, a Netflix apresentou a série La casa de Papel, o site²³ apresenta o script como um dos maiores roubos a banco, neste caso o roubo na Casa da Moeda da Espanha. Os participantes são chamados por codinomes, sendo oito personagens, tendo como o articulador do roubo, o “professor” o qual procura garantir que todos possam sair do roubo, da Casa da Moeda com vida.

As condições do grupo, após entrarem no banco, não eram favoráveis depois de várias negociações não bem sucedidas para liberar os reféns, a polícia estava para invadir o banco para exterminar o grupo. O “professor” como a pessoa idealizadora do roubo estava colocando em prática seu plano para sair com uma quantidade expressiva de ouro e todos salvos. A partir

²¹ Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/09/24/elena-aprenda-a-letra-da-musica-dos-atos-da-primavera-feminista/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

²² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43934601>. Acesso em: 30 set. 2022.

²³ Disponível em: <https://abrir.link/3UbO4>. Acesso em: 05 jun. 2023.

desse momento, a polícia entra no banco autorizada para matar os integrantes do grupo, nesse contexto, o líder do grupo dentro do banco era o Berlim, ele se coloca como mártir, como resistência, como um partigiano na luta contra a opressão do sistema, do fascismo.

Vale ressaltar que a Itália estava comemorando 73 anos da liberdade do fascismo em 2018. À vista disso, a série toma a música *Bella Ciao*, na qual representa a resistência contra o fascismo. A música simboliza o papel dos partigianos/resistência, e era isso que Berlim queria passar para o grupo, a luta é contra o opressor.

Para conceituar a temática em análise, evocamos o pensamento de Pêcheux (2015), no qual apresentou em forma de música o enunciado “On a gagné” (“Ganhamos”), constituído pela vitória dos torcedores posto em deslocamento para o campo da política. Na perspectiva do autor, o enunciado evocado pela música é colocado à deriva do acontecimento, do fato histórico, social. Entretanto, o efeito da música reverbera o retorno da memória, ou seja, ao ser cantado, o enunciado evoca, como também materializa outros já-ditos. Assim, tomamos o enunciado “ele não” em forma de música no qual produziu sentidos nas manifestações de 2018 realizadas pelas mulheres contra “ele não/Bolsonaro”.

No tocante à proposta do autor, seu gesto de leitura é empreendido na teoria do discurso como efeitos de sentido entre interlocutores. Sabemos que toda interpretação marca uma tomada de posição, e aqui não é diferente, como as articulações teóricas sob a constituição de sua teorização, o acontecimento discursivo, a qual o permite centrar no estudo da interpretação. Sobretudo, levamos em conta que os deslocamentos teóricos e os processos dos efeitos de sentido são conceituais da teorização do discurso.

Pêcheux (2015) assinala a memória do enunciado “On a gagné” constituído pelos jogos esportivos, tendo como característica o grito de vitória pelos torcedores em forma de melodia, música. Portanto, para o autor, os já-ditos da memória são retomados pelos gritos da coletividade, dos torcedores, são essas outras vozes que se materializam na vitória do time, evocadas pela música de forma passiva, constituídas pelas formulações parafrásticas.

Nesse contexto, o deslocamento do acontecimento/memória é materializado pela música, essa forma evoca outros dizeres/vozes do enunciado “On a gagné” (“Ganhamos”) a (res)significar-se. Na perspectiva pecheutiana, a música reverbera a memória do enunciado, ou seja, os já ditos da memória se presentificam coletivamente não fixa ao acontecimento, mas em articulação com outras vozes/dizeres que constituíram o enunciado “On a gagné”.

Para Pêcheux (2015, p. 21):

A materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ela não tem o conteúdo nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político. “On a gagné” [“Ganhamos”], cantando com um ritmo e uma melodia determinados (on-a-gagné/dó-dó-sol-dó) constitui a retomada direta, no espaço do acontecimento político, do grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar. Este grito marca o momento em que a participação passiva a do espectador-torcedor se converte em atividade coletiva gestual e vocal, materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto ela era mais improvável. (grifo do autor).

A materialidade em recorte foi produzida pelas manifestações da primavera feminista, são protestos que ocorreram no Brasil e em outros países contra o candidato Bolsonaro no dia 29 de setembro de 2018. A primavera feminista é um grupo de ativistas que lutam contra o sexismo estrutural. Logo, o pensamento do candidato Bolsonaro difere das pautas feministas, seu posicionamento político-ideológico tem como marca tomar a mulher como secundária em relação ao homem.

Diante do contexto político e social, Bolsonaro se apresentava pela legitimidade do governo de Michel Temer, do exército e dos conservadores. Diante da posição do candidato Bolsonaro, as mulheres tomaram a versão da música Bella Ciao - querida adeus em “ele não” nas manifestações como resistência de um governo que valoriza o homem em detrimento da mulher, que não vê com equidade os direitos sociais entre eles.

A música “ele não” evocava a posição de resistência da mulher contra o opressor na figura do candidato Bolsonaro. A música materializava e materializa a presença feminina na luta pelos direitos, contra o machismo, autoritarismo, fascismo.

A memória²⁴ do enunciado “ele não” é atravessada por dizeres opressivos contra a representatividade da mulher na sociedade. O “ele não” ecoa pelo efeito de deriva, ou seja, as formulações em que o enunciado é atravessado pelo interdiscurso, tendo seu retorno pela descrição do contexto sócio-histórico e ideológico de 2018.

Nesse contexto, o fascismo²⁵ se apropriou de ideologias para polarizar o extremismo, o medo, o ódio na sociedade, demonizando a oposição, responsabilizando-os pela crise econômica, política, moral, religiosa, social. Aqueles que não aderiam as suas pautas ideológicas eram considerados inimigos de Deus, da pátria, do Estado. Sendo assim, pode-se dizer que Bolsonaro se coloca como representante da Lei de Deus na terra, nesse caso, o

²⁴ **Memória.** “Trata-se de dizeres já ditos que são sustentação ao dizer, fazendo com que sentidos retornem; ao mesmo tempo, permite que outros se inscrevem em novas redes de filiações” (GRIGOLETTO, DE NARDI; SOBRINHO, 2019, p. 244).

²⁵ “O fascismo busca interlocutores que façam com que a suas ordens, opiniões e ideologias cheguem até os extremos da sociedade, e assim consiga, por um todo, convencê-la que tudo é com objetivo de salvar a família, a pátria, e acima de tudo respeitando as leis divinas” (SANTOS; MIRANDA, 2020, p. 439).

discurso de Bolsonaro era posto como absoluto, imutável. Logo, o sentido que escapa dessas diretrizes precisavam ser regenerados, reconstruídos (GRIGOLETTO, DE NARDI; SOBRINHO, 2019).

Com efeito, tais ações “libertárias” neutralizam e estabilizaram os sentidos do modelo bolsonarista, produzido pelas condições de produção atravessado pelo interdiscurso retomando falas, que têm a disciplina como garantia do medo, obediência explícita com a qual o cidadão não poderia se revoltar.

As mulheres romperam com o medo, com o extremismo no enfrentamento contra o opressor/Bolsonaro. Dessa forma, o enunciado “ele não” cantado pelas mulheres reverberou outras vozes feministas na luta pela liberdade, democracia e direitos.

Nesse sentido, Piovezani, Curcino e Sargentini (2014) afirmam que:

O discurso é parte integrante de um jogo de lutas, de antagonismo próprios à vida dos sujeitos em sociedade, historicamente produzidos, e a resistência é também uma forma de poder de lutas, e consiste em uma prática discursiva (PIOVEZANI; CURCINO; SARGENTINI, 2014, p. 114).

3.3 Mérito da mulher brasileira de não ser estuprada na perspectiva de Bolsonaro

Como vemos, as falas de Bolsonaro são recorrentes na memória do dizer marcada por falas misóginas. O enunciado “ele não” para Bolsonaro remete a algo antecedente ao ano de 2018, em especial, refere-se ao acontecimento, um já-dito que se filia a outros discursos como o de homofobia, por exemplo. Tais discursos são retomados por Bolsonaro na rede discursiva, com efeito, a formação ideológica que o interpela coloca-o em oposição aos direitos iguais entre homens e mulheres. Logo, no posicionamento de Bolsonaro, as mulheres são secundárias no processo biológico, psicológico e social.

Figura 5 – Misoginia

Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/RAuUtFRguxQ>. Acessado em: 21 set. 2022.

Recortamos do site YouTube.com a materialidade do enunciado “Você não merece ser estuprada” para análise. As condições de produção de tal discurso refere-se à entrevista para a Rede TV na Câmara dos deputados, na qual temos a deputada federal Maria do Rosário do (PT-RS) e Jair Messias Bolsonaro, deputado pelo (PP-RJ). O que estava em jogo no debate era o caso de Liana Friedenbach e Felipe Caffé, assassinados em novembro de 2003. Na época, foram acusados pelo crime de tortura, estupro e assassinato de quatro adultos e um menor infrator-adolescente conhecido pelo seu grupo e pela mídia como “champinha”.

O caso repercutiu pelo Brasil, pela crueldade do crime e pelo fato de estar um menor infrator. Nesse contexto, é retomada a discussão da redução da maioridade penal para menores de idade/adolescentes infratores. Bolsonaro se apresenta como defensor dos direitos humanos e, diante disso, ele pede, então, uma pena severa, equivalente à de um adulto no código penal brasileiro.

O questionamento da então deputada Maria do Rosário contra Bolsonaro é pela sua suposta indignação com o crime realizado contra o casal de namorados, se demonstrando sensível para com o caso. Para ela, tal acontecimento como a tortura, estupro e assassinato, aconteceram no governo militar/ditadura, sem que até o momento Bolsonaro formalizasse algum questionamento contra os crimes do regime militar.

Diante disso, Maria do Rosário verbaliza que Bolsonaro é um “estuprador” pelo fato de ser defensor dos métodos de tortura contra a vida humana realizados pela ditadura militar. Em outras palavras, os crimes realizados pela ditadura militar, como a tortura, estupros e

assassinatos, são apagados pelas falas de Bolsonaro, que faz pouco caso quanto às ações do governo militar/ditadura.

Dito de outra maneira, o exército adere às leis que o convêm, suas leis equivalem à força do “inimigo”, neste caso, os militares não estavam lutando contra outra força militar, a luta era contra a revolta da sociedade civil que se posicionava contra o sistema do Estado, sendo cidadãos comuns, sujeitos de várias posições da sociedade. Nesse contexto, segundo Tega (2010, p. 15), as “mulheres participaram da resistência à ditadura de diferentes formas: no movimento estudantil, na luta armada, nas atividades realizadas no exílio, na formação de comitê pela Anistia”.

É preciso recordar que Bolsonaro se tornou o primeiro presidente da República após o governo militar, sendo capitão da reserva. Atravessado pelo discurso militar, ele valida as ações do exército como necessárias para proteger a “democracia”, livrar o Brasil da ideologia de esquerda.

Todavia, Orlandi (2017, p. 18) descreve que:

Com a censura imposta, eles falavam sem parar, saturando a sociedade com seus sentidos, enorme profusão de propaganda, falta de liberdade, censura e perseguições. E discursos, eu diria, aparentemente anódinos, falando de democracia, em salvar o país da ameaça comunista, ou mesmo em apenas salvar o país.

É interessante observar que, na entrevista, ao ser questionado pela deputada Maria do Rosário, Bolsonaro fica irado e não aceita que uma mulher o questione. Essa forma de comportamento é marcada pela relação com a formação discursiva militar, em que a voz feminina é silenciada, apagada.

Diante disso, Bolsonaro verbaliza para a deputada “você não merece ser estuprada”, demonstrando que o candidato tem afeição ao estupro, em outras palavras, a mulher é estuprada pela falta de submissão ao homem; tal perspectiva, considera o homem dono da mulher. O estupro seria consequência por desobediência, rebelião à vontade/desejo do homem. Para Bolsonaro, Maria do Rosário, não merece ser estuprada, com isso, Bolsonaro compara o estupro, considerado como execrável, em equivalência ao seu ódio pela deputada, ou seja, só o estupro não seria suficiente, seria necessário outro tipo de sofrimento, de tortura, para suprir seu ódio contra Maria Rosário.

Isso diz de uma construção de um discurso misógino em que a mulher merece estar, em que tais práticas são comuns pela permissividade machista. Tal efeito circunscreve a formação

ideológica, sobretudo, sua fala é marcada pela instituição do exército, reverberando sentidos dos atos praticado no período da ditadura militar.

Segundo o site página 13, as mulheres²⁶ de resistência ao governo militar sofreram abusos sexuais sistemáticos, foram estupradas com participações de “agentes do estado”, sendo torturadas e assassinadas. Nessa conjuntura, há o movimento feminista conhecido como a segunda onda a partir da década de 1960, aderindo ao grupo de mulheres civis que lutavam por direitos independentemente do gênero e estavam unidas para resistir ao governo militar.

A resistência do feminismo ao narcisismo estrutural masculino implica colocar no jogo a igualdade de direito entre sujeitos. Com isso, a mulher na contemporaneidade pode discordar das decisões egocêntricas, falocêntricas do homem. É difícil para o homem machista sair desse lugar de mandatário, de alfa. Dessa forma, algo que é estrutural, na qual a luta do feminismo é contínua, concebe que hoje a mulher possa fazer suas escolhas, ter autonomia para decidir o que é melhor para sua vida, deixando equiparadas as relações sociais entre o feminino-masculino.

Assim, a mulher rompe com o controle social e, com efeito, a luta do feminismo tende a ser recorrente na atualidade, no que tange à vigência estrutural masculina na sociedade.

Partindo desse ponto,

[...] Por mais que a mulher tente se “mesmar” junto ao homem, o limite que ela assim constitui precisa ser continuamente refeito. Diversamente do Universo masculino, cujo limite está desde sempre constituído pelo elemento de exceção que nele não se deixa explicitar, o lado feminino, por não dispor dessa exceção fundadora, obriga aquele que ali se encontra a uma tarefa contínua de construção e explicitação desse limite. Disso se segue que o limite feminino, por não ser estrutural, traz sempre o aspecto de um contorno artificialmente composto. Carente da estabilidade do Mesmo, a mulher, enquanto outro, irá se servir, dentre outros recursos, do artifício cosmético como enquadre suplementar do seu ser (ANTELO, 2012, p. 27).

Dito como conservador da família tradicional, o comportamento de Bolsonaro não condiz como de um conservador. Portanto, uma das características do conservadorismo é a preservação do casamento, para que o mesmo seja permanente, ou seja, o conservadorismo abomina que o cônjuge tenha vários casamentos. Apesar disso, Bolsonaro está no terceiro casamento com Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro. Vale dizer, que Michelle Bolsonaro têm diferença de idade ao de Bolsonaro, isso implica em dizer que, a beleza da juventude de Michelle agradou a Bolsonaro.

²⁶ Disponível em: <https://pagina13.org.br/mulheres-repressao-e-resistencia-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 20 mai. 2022.

O efeito do enunciado “você não merece ser estuprada” diz da condição machista do locutor, nesse lugar a mulher é tomada como objeto sexual. Em outras palavras, “ela não merece ser estuprada”, por não apresentar uma beleza que o agrada, o aspecto físico seria a causa para o aumento da libido, logo, estaria ele sem motivação para o ato sexual, tal estereótipo deixa explícito o que é a mulher para Bolsonaro.

Nesse sentido, como objeto sexual, a mulher deve obedecer ao padrão de beleza social, dito diferente, Maria do Rosário não se enquadraria nesse ideal para Bolsonaro. Isso significa, caso ela obedecesse ao tal “padrão”, que seria estuprada por ele. Dessa forma, o olhar é o gatilho para o impulso sexual, que se dá pela libido. Na perspectiva psicanalítica, “a libido é um conceito de Sigmund Freud que designa o aspecto mental da energia sexual, que está por trás das várias transformações dos impulsos sexuais” (KENNEDY, 2005, p. 5).

Entretanto, a libido determinará o desejo pelo objeto de seu interesse, com isso, a leitura corporal que Bolsonaro fez ao olhar para Maria do Rosário é de um corpo simbólico. “Nesse sentido, o corpo que é olhado é objeto de desejo” (HASHIGUT, 2015, p. 23).

O efeito da imagem em análise significa o machismo estrutural representado pelo deputado Bolsonaro em que toma a mulher como gênero “frágil” pelos aspectos biológico, psicológico e social. Assim sendo, há sentidos pressupostos de que é de competência da mulher ficar em casa, cuidar de sua prole, quem vai buscar sustento para a família são os homens, pois são mais “fortes” que o sexo oposto.

Ou seja, o enunciado machista de Bolsonaro filia-se a outros sentidos constituídos pela história sob as condições de produção de outros discursos colocados em suspensão/deriva pela memória discursiva.

Assim, o sujeito é afetado pelo interdiscurso que é externo, isto é, a exterioridade é marcada por discursos outros, não há discurso único/homogêneo, sendo assim, o sujeito é constituído por outras vozes/dizeres. Os ditos machistas de Bolsonaro são concebidos pelas condições de produção, circunstâncias essas em que o homem fala pela mulher; tais discursos são articulados pela relação do sujeito com a memória discursiva, língua(gem), história, ideologia e inconsciente.

3.4 Orgulho de ser homofóbico

Na perspectiva de Sanabria (2012), a sociedade machista estabeleceu ao homem alguns atributos como “diferentes” da mulher como sendo superior pelo fato de ser homem. Dessa forma, criaram códigos culturais e sociais, em que a mulher nasceu para servir o homem. Com

isso, o homem se constituiu como absoluto, desqualificando a mulher nos aspectos biopsicossocial. O patriarcado estabeleceu ao homem poder sobre as mulheres e disso decorrem as repressões para o feminino, tais acontecimentos se constituem pela construção sócio-histórico e ideológico que regula as condições de dominação.

A psicanalista Maria Cristina Poli, em seu livro *Feminino/Masculino* (2007), problematiza que na atualidade, tais atributos não são mais determinantes para conferir ao homem superioridade sobre a mulher, por isso, os termos “masculino e “feminino” é uma escolha pertencente para cada pessoa/sujeito.

É importante assinalar que a revolução feminista para essa ruptura de dominação estrutural na luta por direitos, de igualdade sexual, vem conquistando espaços em todas as áreas da sociedade. Nesse contexto, “ser homem ou ser mulher também se torna uma “condição pessoal”. É preciso produzir ativamente as insígnias de pertença a um desses dois grupos” (POLI, 2007, p. 9).

Em outras palavras, independente da orientação sexual ou de gênero, feminino ou masculino, o sujeito é atravessado pelo objeto de desejo, marcado pela construção social. Entretanto, a homossexualidade no século passado foi posta pela ciência como doença. Para o discurso religioso, a homossexualidade é vista como pecado diante de Deus. Sendo que para a teologia, pecado significa errar o alvo, desvio de conduta para aquilo que o ser humano foi feito, macho e fêmea.

Tais rótulos silenciavam o sujeito, especialmente as travestis que foram excluídas pela sociedade. Entretanto, a presença das travestis era articulada como aquela que portava doenças transmissíveis. “A homossexualidade deixou de ser uma doença em 1980 nos EUA pela Associação Psiquiatra Americana e aqui no Brasil, em 1985, pelo conselho Federal de Medicina” (MARIANI; MEDEIROS, 2012, p. 15).

Diante disso, a causalidade da doença era o fator predominante para excluir o sujeito homoafetivo das relações sociais. O deslocamento da homossexualidade que se encontrava no domínio biológico e do religioso passa a ser do social. Com isso, fortalece o grupo LGBTQIAPN+, que converge todas as questões da comunidade.

Uma das questões é a homofobia²⁷ que configura ódio, aversão às pessoas que têm atração sexual pelo mesmo sexo, agressões, assassinados são recorrentes na atualidade,

²⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/30/homofobia-entenda-situacoes-que-configuram-crime-e-quais-as-penas.ghtml>. Acesso em: 07 jun. 2022.

potencializadas contra a comunidade LGBTQIAPN+. Diante disso, pelo direito à vida, o STF²⁸ decidiu que homofobia é crime em 30 de junho de 2019.

A lei contra a homofobia marca a posição de resistência da comunidade LGBTQIAPN+ contra o governo do presidente Bolsonaro em 2019. Nesse contexto, as ações do governo foram intensificadas contra a comunidade, potencializando o ódio da massa bolsonarista, no qual o presidente eleito em 2018 declarou em 2013, “sou homofóbico sim, com muito orgulho”. Período em que era deputado federal, Bolsonaro evocava a imunidade parlamentar para disseminar sua fúria. O deputado demonstrava seu ódio pela comunidade, deixando registrado nas redes sociais, de que as lutas da comunidade LGBTQIAPN+ não eram legítimas, pois atentava contra os princípios, costumes da direita conservadora.

O discurso de Bolsonaro circunscreve ao apagamento da memória, tendo como efeito apagar os dizeres da comunidade LGBTQIAPN+. Para ele, a presença do sujeito homoafetivo afetaria as relações sociais, como a família tradicional, crenças e trabalho. Em outras palavras, seu desejo era/é o de extinguir o sujeito que têm atração pelo mesmo sexo.

Figura 6 – Homofobia



Bolsonaro: "prefiro filho morto em acidente a um homossexual"

Fonte: Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual.cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>. Acesso em: 09 mai. 2022.

O enunciado acima foi retirado do site terra.com, que, em 2011, reporta, pela revista *Playboy*, a entrevista de Bolsonaro no qual afirma, “prefiro filho morto em acidente a um homossexual”. No enunciado, o efeito de sentido é retomado como se o grupo LGBTQIAPN+ não existisse. É explícito sua antipatia em relação ao sujeito homoafetivo. Bolsonaro expõe seu desejo, aquele que pratica tais comportamentos não é digno de viver, precisa ser extinto, ou seja, só a morte pode por ponto final. Independentemente das relações afetivas, Bolsonaro prefere o “homossexual” morto, ainda que seja seu filho.

Sendo assim, Bolsonaro assume a consequência de qualquer acontecimento, mas que tenha efeito conclusivo de eliminar a existência do sujeito homoafetivo. Essa demonstração de

²⁸Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/vernoticiadetalhe.asp?idconteudo=414010#:~:text=STF%20enquadra%20homofobia%20e%20transfobia%20como%20crimes%20de,se%20enquadram%20na%20tipifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Lei%20do%20Racismo>. Acesso em: 09 mar. 2023.

superioridade a outros grupos remete à hegemonia sócio-histórico-cultural-ideológico. Tal pensamento reverbera o modelo de governo ditatorial, que implica erradicar o sujeito homoafetivo do meio da sociedade.

Do mesmo modo, o discurso de Bolsonaro é atravessado pelo radicalismo, em que o ideal do gênero masculino corresponde ao biológico e ao religioso. Assim, sua vontade estaria posta como absoluta sobre a escolha do outro; logo, sua decisão que prevalece. Seu discurso tem como efeito silenciar a voz da comunidade LGBTQIAPN+, neutralizando as conquistas do grupo diante da sociedade.

Diante das falas homofóbicas, a comunidade se posicionou para que Bolsonaro fosse derrotado nas eleições, pois sua entrada na presidência da República iria potencializar as perseguições contra a comunidade. O que ela mais receava, a vitória de Bolsonaro aconteceu.

Entretanto, os ataques de Bolsonaro contra a comunidade LGBTQIAPN+ ganhou força por sua posição enquanto presidente da República durante o ano de 2019. A comunidade LGBTQIAPN+²⁹ continuou como resistência, manifestando o direito à vida, o que implica os demais direitos garantidos pela Constituição. De fato, para a comunidade ter um presidente que em seu discurso se declara ser homofóbico, a apreciação da sociedade com a comunidade LGBTQIAPN+ é influenciada por seu discurso de ódio.

3.5 Discurso nacionalista da direita libertária

Nesta seção de análise, problematizamos a questão do nacionalismo atravessado pelo enunciado “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, dito por Bolsonaro em campanha nas eleições de 2018.

²⁹ Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/os-retrocessos-para-populacao-lgbt-em-2019/> . Acesso em: 22 set. 2022.

Figura 7- Direita libertária



Fonte: Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/politica/2022/07/justica-determina-retirada-de-outdoors-em-apoio-a-bolsonaro-entenda-o-que-proibe-a-lei-eleitoral/> . Acesso em: 21 set. 2022.

O então candidato Bolsonaro, dada as configurações do jogo político nas eleições de 2018, aparece com o *slogan* na campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Como representante do sistema, ele evoca os sentidos do nacionalismo, do capitalismo, da burguesia, do positivismo e do exército.

No que se refere ao enunciado, segundo Angermuller (2016, p. 51), “o enunciado permite classificar, situar, agenciar os sujeitos de maneira intersubjetiva”. O enunciado se materializa como projeto de poder para o Brasil marcado pelo processo sócio-histórico, ideológico e político. Nessas condições, os elementos discursivos têm como causalidade do enunciado “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” o saudosismo da volta do governo militar, o ódio ao petismo, a operação Lava Jato etc.

Chauí (2006), em seu trabalho “Brasil: mito fundador e sociedade autoritária”, expõe o poder burguês, capitalista, que se utilizou de elementos simbólicos para manter a massa social alienada. Tal modelo de governo é tomado de outros países, e se sistematizou nos períodos decorrentes da República Federativa e estão em consonância com os sentidos instaurados no discurso de Bolsonaro.

Chauí (2006) constrói um pensamento crítico do modelo político-ideológico do Estado/burguês tomando acontecimentos históricos que equivalem à hegemonia do sistema/poder. Nesse caso, a “ferramenta” utilizada é o simbolismo do nacionalismo tomado pelos políticos de direita.

Nesse sentido, não há equivalência entre os interesses do Estado/burguês com as classes minoritárias, o Estado foi idealizado para suprir as demandas da burguesia abastarda com a mão de obra do proletariado. Ou seja, mascaram o propósito do governo, que sempre foi governar para a elite burguesa.

O Estado/burguês toma como representação figuras constituídas pelo imaginário social, como a bandeira do Brasil, o solo fértil capaz de “reconstruir” o país por meio do trabalho e não pela “luta”. Dessa forma, o povo brasileiro se constitui como hospitaleiro, acolhedor, que sabe sofrer. Dito de outro modo, o Brasil é marcado pelo sofrimento de não saber se revoltar, pois sempre foi determinado pelo Outro, pelo Estado.

Diante desse processo, o sujeito brasileiro é “pacífico” em sua origem de constituição pelo Estado/burguês, os sentidos que o constituem se inscrevem na formação discursiva marcada por dizeres da memória discursiva que o assujeita. Ou seja, os ditos de “passividade”, é construído pelo Outro e articulado pela formação ideológica, como a família, escola e a igreja. Nesse espaço, as FDs possibilitam a transferência de uma “palavra por outra” em circulação na FD, que determinará o processo de significação articulado como visão de mundo para o sujeito.

O que corresponde dizer que a palavra revoltar é substituída pela palavra pacificador, aquele que promove a paz entre os conflitos, inibindo dessa forma as rupturas do capitalismo com a sociedade.

Para contextualizar essa reflexão, Orlandi (2020, p. 21) afirma:

Ora, os sentidos só existem nas relações de metáfora dos quais certa formação discursiva vem a ser o lugar provisório: as palavras, expressões, proposições recebem seus sentidos das formações discursivas nas quais se inscrevem. A formação discursiva se constitui na relação com o interdiscurso (a memória do dizer), representando no dizer as formações ideológicas. Ou seja, o lugar do sentido, lugar da metáfora, é função de interpretação, espaço da ideologia.

Para a direita libertária, o político que aparece nas eleições defendendo tais questões, representa o “bem”. O candidato Bolsonaro por apresentar as características de patriotismo, nacionalista, militarismo, ganhou prestígio para com os sujeitos de posição de direita, da família tradicional, dos evangélicos, dos militares. Como é notável, os ideais do Brasil/Estado estão acima de tudo. Dito de outra maneira, “Brasil acima de tudo” significa que o sistema está vigente e absoluto.

Tomaram a bandeira do Brasil como símbolo do “verdeamarelismo, do nacionalismo”, como isso, assinalando por meio do processo histórico, a construção do modelo econômico e

político inserido no campo imaginário para que o sujeito brasileiro se identificasse com essas questões.

O simbolismo da bandeira tem como efeito o resgate ao patriotismo, constituído no imaginário social, isto é, “orgulho de ser brasileiro”. Em outras palavras, são sentimentos do sujeito brasileiro pela nação, tendo como características os princípios, valores do amor à pátria, da família e de Deus.

Dito de outra forma, a consequência desse processo é o controle da massa social/coletivo, potencializada por meio da idealização do simbolismo da bandeira, pátria, família, Deus. Como é possível notar, Bolsonaro, como ex-capitão do exército, demonstra conhecimento dos simbolismos da Constituição, da bandeira, do hino nacional. Para se aproximar dos eleitores cristãos, católicos e evangélicos em 2018, ele evoca os simbolismos utilizados pela ditadura militar sob interesse de apoio dos cristãos para ter uma aparência de legitimidade na tomada do poder em 1964.

O enunciado “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” diz do lugar de constituição do sujeito locutor. No contexto de 2018, provisoriamente, Bolsonaro ocupa o lugar de candidato para presidente da República. Dessa forma, o sujeito se apresenta como capturado pela ideologia de direita, extrema direita conservadora, sua posição é materializada pela sua fala em circulação nas redes sociais, colocar “ordem” no Brasil. As palavras de Mussalim (2012) corroboram o nosso pensamento, ao mostrar que,

a AD concebe o discurso como uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente do modo de organização dos modos de produção social. Sendo assim, o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas de seu dizer, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras” (MUSSALIM, 2012, p. 122).

Seguindo esse caminho de raciocínio, os dizeres de Bolsonaro reverberaram nas eleições de 2018. De outro modo, nesse lugar, as relações dos sentidos possibilitaram a produção de significação atravessada pelo efeito de identificação, no que diz respeito ao processo imaginário. Em outras palavras, sendo o sujeito constituído nesse lugar, sua posição corresponde ao dizer do *Outro* que o constitui.

Na perspectiva da AD, o sujeito é articulado pela “posição”, ou seja, o dizer do sujeito está atrelado à ideologia. Nessa condição, o discurso transita pelas FDs, os sentidos são articulados por outros dizeres, dessa forma, o sujeito é afetado pelo interdiscurso. Diante desse processo, o sujeito é atravessado pela “memória do dizer”, inconscientemente o sujeito tem

como repetir, retomar ao “discurso original”, marca sócio-histórica e ideológica que o constitui, como o discurso do Outro, Significante, Linguagem e Estado.

Partindo desse pressuposto da tese “original”, seria isso, o discurso do Outro no campo imaginário, que rege o sujeito em sociedade. Orlandi (2008, p. 55) problematiza a questão do outro como semelhante sobre a constituição do brasileiro, em que os europeus, diz ela, “eles são sempre o “centro”, dado o discurso das des-cobertas, que é um discurso sem reversibilidade”.

O discurso de Bolsonaro nas redes sociais tem efeito de anterioridade discursiva para o sujeito brasileiro, ou seja, se materializa como “colonialista” na conjuntura de 2018. Como discurso primário, ele evoca o estado de submissão do povo brasileiro em sua coletividade, “colônia”, fazendo menção por meio do enunciado “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, de que entre os demais candidatos, somente ele foi autorizado pelo Outro/Estado para governar.

Nesse contexto, o efeito do dito “Deus acima de todos” é atravessado pelo modelo religioso judaico-cristão introduzido pelos jesuítas/missionários na colonização do Brasil pelos europeus. Os jesuítas tinham como função ensinar a classe baixa/proletariado e a classe alta/burguesa eram com professores específicos. Assim, o condicionamento religioso detinha qualquer possibilidade de questionamento, sendo assim, tal governo burguês, capitalista emerge não pela vontade humana, mas de Deus.

Em outras palavras, é o discurso político que interessa para a AD, tendo como sua materialidade os conflitos de lutas de classes, proletariado e burguesia, esquerda e direita.

Diante do percurso histórico do Brasil, no que tange ao processo político, este trabalho expõe tais acontecimentos, dessa forma, é notório o domínio ao longo do tempo da direita, da burguesa, do capitalismo sobre os sujeitos brasileiros.

Tais circunstâncias históricas e ideológicas marcam esse momento eleitoral, em que os brasileiros tiveram voz nas redes sociais. Com isso, o sujeito pode discordar, opor-se ao Estado que se utilizava da mídia tradicional para estabilização de sentidos; daí o sentido de que a revolta com o sistema implica não ter amor à “pátria”, à bandeira do Brasil.

Em contrapartida, o enunciado “ele não” marca esse momento histórico de 2018 em que revoltar é libertar-se da opressão econômica, política, religiosa, cultural, ideológica e social. Isso foi possível pela circulação dos já-ditos na FD, em que o sujeito do enunciado “ele não” se inscreve.

A posição do sujeito de ideologia de esquerda tomada na conjuntura em 2018 se dá pelos sujeitos políticos, cantores, artistas, professores, alunos. Nesse momento, são atacados por

Bolsonaro como classes da sociedade que atrapalham o país nos aspectos econômicos, político, moral e social, impedindo que o Brasil se torne um país “desenvolvido” diante do mundo.

O enunciado “ele não” tem essa decorrência nas falas de Bolsonaro, esse batimento, da possibilidade de efeito de retomada, recordar dizeres ditos em uma determinada época, em um momento da história; nesse caso, a ditadura do governo militar. Esse acontecimento tem efeito de deslizamento de sentidos nas condições de produção em 2018, na medida em que o enunciado “ele não” recupera tais sentidos e os presentifica enquanto contraponto ao discurso de Bolsonaro.

Assim, sendo o sujeito assujeitado pela língua, pela história e pela ideologia, tal processo possibilitou que o sujeito signifique e ressignifique diante do enunciado “ele não”.

Dessa maneira, as posições discursivas se referem ao efeito de sentido, dada a relação entre os interlocutores. O enunciador toma esse lugar pela identificação no processo discursivo baseado na formação discursiva e são os dizeres que significam nas condições de produção por meio da relação dos interlocutores, permitindo a irrupção do enunciado “ele não” e não outro.

No espaço/lugar de constituição do sujeito enunciador, os efeitos das posições são equivalentes às relações de forças determinadas pela classe baixa/proletariado e pela classe alta/burguesa na luta pelos sentidos, ou seja, resistir é tomar posição contra um sistema hegemônico.

O efeito ideológico posto pelo pressuposto histórico da AD norteia o sujeito nas dimensões imaginárias, tendo inferência do processo sócio-histórico. Tais construções sociais elaboram formas de controle desde a formação da Federação sob os interesses dominantes.

Uma das formas de domínio do controle social é a utilização de elementos discursivos inseridos no campo simbólico e imaginário, dessa forma, o sujeito é inscrito nessa fronteira. Sendo assim, ele sempre retornará à lei que o constituiu, ou que a representa.

3.6 O governo de Bolsonaro é burguês/capitalista

Em 2019, foi a posse do presidente da República Jair Messias Bolsonaro. O enunciado “a nossa bandeira jamais será vermelha”, apresentado pela matéria do jornal, tem efeito de retomada da memória, dos já-ditos produzidos pelas circunstâncias do jogo político e ideológico, em que o Estado/capitalismo utilizou o poder para assumir o cargo de presidente. Tal enunciado reverbera a construção do Estado, que tem como característica não deixar outros governos assumirem o poder de forma democrática.

Figura 8 – O Brasil burguês

Fonte: Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaro-fala-em-libertar-brasil-do-socialismo,9e6c5cebaca4d72144c630c315edcd2a11ub6j2z.html>. Acesso em: 17 mar. 2023

Na exposição do texto imagético, a edição do jornal retrata a posse de Bolsonaro no dia 1º de janeiro de 2019. Nessa cerimônia, Bolsonaro é apresentado para o povo, tendo a sua direita a primeira-dama Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro e a sua esquerda o vice, Antônio Hamilton Martins Morão com sua esposa.

A apresentação é comemorativa, significando a retomada ao poder, como um ato simbólico de vitória, de retomada do território, do lugar, do espaço. Tal gesto evidencia a tomada da bandeira pela direita utilizada como um mecanismo simbólico de controle das massas, representando todo um processo sistêmico do poder político, econômico, cultural, religioso e social, “visto que a ideia de “política” apresenta-se amiúdes estreitamente relacionada ao conceito de disputa, distribuição, exercício e manutenção do “poder” [...]” (PIOVEZANI, 2009, p. 141, grifo do autor).

Na posição de sujeito presidente do Brasil, Bolsonaro é atravessado pela conjuntura da extrema direita conservadora, da família tradicional, dos evangélicos, do exército e pela burguesia. Os sujeitos que o seguem são sujeitos “capturados” pelo processo ideológico, atrelados pelo processo imaginário/identificação; tais sujeitos se identificaram com seu discurso na campanha eleitoral.

As formações ideológicas nas quais o sujeito de ideologia de direita se inscreve têm sua configuração articulada pelas instituições, como a igreja, escola, exército e Estado. Dessa forma, o cidadão é considerado como parte intrínseco do Estado, sendo sujeitos de direitos e

deveres diante da sociedade. Decorre, então, o modelo cívico que tem como propósito ‘domesticar’, produzindo no cidadão sentimentos de patriotismo, nacionalismo, conservadorismo.

O não dito das cores da bandeira do Brasil no enunciado remete ao “recalcamento” dos acontecimentos históricos da política no Brasil pelo enunciador. Sendo assim, Bolsonaro está na posição de forma-sujeito. Nesse sentido, Oliveira (2013, p. 230) salienta “a forma-sujeito é efeito por ser uma unidade imaginária que realiza a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso, apontando para o efeito de unidade/evidência do sujeito”.

Assim, Bolsonaro se apresenta com posição definida, homem da moral, guardião dos princípios de Deus, capitão da reserva do exército. Nessa posição, ele é considerado como “sujeito do saber”, seu discurso traz os sentidos atravessados pela memória discursiva, assim, seu falar é irrefutável.

Diante desse movimento discursivo, podemos entender que o enunciado “a nossa bandeira jamais será vermelha” evoca toda uma configuração do imaginário social de que o exército “salvou” o Brasil dos “guerrilheiros”, do “comunismo”, da “esquerda” utilizando a força armada para conter o “mau”. Em outras palavras, não será diferente em seu governo, pois a partir de 2019, houve uma grande influência das forças militares no governo para conter a esquerda.

O conflito das posições ideológicas materializadas pelo enunciado “ele não” e pelo enunciado “ele sim” possibilitaram novos sentidos. O gesto de leitura do objeto da AD é político, Pêcheux e seu colegiado de pesquisa são atravessados pelo partido comunista na França. Nesse sentido, esta pesquisa converge nessa equivalência discursiva: o enunciado “ele não” emerge da disputa política das eleições para presidente da República em 2018, entre esquerda e direita. Como sabemos:

A AD, ela se debruça, inicialmente, sobre os discursos políticos, de composição bem marcada: discurso de esquerda versus discurso de direita. Para analisar esses discursos, AD, definida inicialmente como o estudo linguístico das condições de produção de um enunciado, não se limita a um estudo puramente, isto é, a analisar só a parte gramatical da língua, a palavra a frase. Ela leva em conta outros aspectos externos à língua, mas que fazem parte essencial de uma abordagem discursiva (BRANDÃO, 2015, p. 20-21).

A partir dessa perspectiva, o enunciado “ele não” diz de um momento discursivo, em que o sujeito brasileiro está sob tensão da política, no que corresponde à busca pelo assento da cadeira da presidência da República em 2019.

Com isso, o sujeito aderiu ao enunciado “ele não” sob as condições de produção de 2018. Portanto, o sujeito ao “enunciar, falar, é dizer eu, vindo a ou as competências ideológicas se somarem à competência linguística para restringi-la” (CONEIN, 2016, p. 50). Sendo o sujeito discursivo determinado pelo assujeitamento ideológico, o que corresponde dizer, que o locutor do enunciado “ele não” é determinado pelo efeito da linguagem, da história, da ideologia e do inconsciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações dos gestos descritos até aqui, apresentamos a conclusão da dissertação sobre as questões problematizadas na nossa pesquisa, cujas materialidades tiveram início a partir do enunciado “ele não”. Assim, o nosso trabalho foi delineado pela materialidade do *corpus*. A nossa pesquisa foi produzida a partir dos gestos de leitura do enunciado “ele não”. Sendo assim, nosso objetivo geral depreende dos efeitos do enunciado “ele não” para Bolsonaro nas eleições de 2018 para presidente da República.

Entretanto, os efeitos de interpretação descritos no texto não estancam outras pesquisas/temáticas pelo viés do enunciado “ele não”, até porque as pesquisas depreendem do recorte do *corpus* selecionado pelo pesquisador. Nessa perspectiva, entendemos com Orlandi (2015, p. 13), a qual salienta o discurso como “prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”.

Nossa compreensão sobre a temática da pesquisa corresponde aos efeitos discursivos do enunciado “ele não”, o qual produziu novos modos de dizeres, efeitos de significação pela via da identificação com o enunciador, dada a relação pelas redes sociais. Com efeito, o sujeito tomou o enunciado “ele não” que se mostrou constituído de outras vozes/dizeres, articulado pela memória discursiva, dando condições para que novos sentidos irrompessem.

No primeiro momento, buscamos constituir o nosso pressuposto sobre a compreensão da temática com a teoria, relacionando os conceitos que correspondem com o bojo da nossa pesquisa. Nessa perspectiva, salientamos as configurações política, ideológica e social, ou seja, o momento polarizado da política nas eleições de 2018, em que implica sob as posições ideológicas do sujeito constituído pelo efeito do enunciado “ele não” e do enunciado “ele sim” em circulação nas mídias digitais. Assim, os sujeitos do enunciado “ele não” e “ele sim” tomaram as redes sociais e as ruas para potencializar seus candidatos na disputa pelo cargo de presidente da República.

Tais condições estão atreladas pelo contexto sócio-histórico e ideológico de 2018, que corresponde a formação ideológica capitalista materializada no governo de Michel Temer. Tal constituição implica sob a formação do Estado, do judiciário, da burguesia, dos empresários, que para governar usurparam o poder em 2016 por meio do Golpe, tirando a ex-presidente Dilma Rousseff do poder. Esse mesmo governo, para permanecer no poder, promoveu o candidato Jair Messias Bolsonaro para presidente da República.

Assim, compreendemos a hegemonia do Estado, da burguesia, do judiciário e da mídia, em promover o candidato Bolsonaro para presidente da República em 2018. Nessa conjuntura, a direita bolsonarista utilizou das prerrogativas do Estado, do judiciário, da mídia, para harmonizar, estabilizar os efeitos de sentido das falas de Bolsonaro. Buscando, com isso, interditar a fala da oposição através da opressão, potencializando o medo para os sujeitos de ideologia de esquerda e para os outros eleitores indecisos.

Diante disso, cantores e atores tomaram as redes sociais com o enunciado “ele não”, com efeito, evocar o sujeito para tomar uma posição, resistir, lutar; contra o discurso de ódio, do autoritarismo, do extremismo da extrema direita bolsonarista. Podemos compreender que a posição do sujeito que tomou o enunciado “ele não” rompe com a hegemonia de sentidos estabilizados pela extrema direita conservadora, colocando em jogo os efeitos de sentido do enunciado “ele não” para Bolsonaro para presidente da República.

Isso foi possível a partir do enunciado “ele não” em circulação nas redes sociais, produzindo efeitos de sentido entre/para os interlocutores/sujeitos. Logo, o efeito ideológico constitui sujeitos, tal processo corresponde pela via da interpelação, de indivíduos em sujeitos. Desse modo, o sujeito é interpelado pela ideologia/identificação, assim, entendemos que o sujeito, antes de entrar no mundo, é constituído, falado pelo Outro, pelo significante, pela linguagem.

A partir do segundo momento, salientamos os efeitos do discurso político na divisão de sentidos materializados na língua. Isso decorre da dinâmica do político na busca pelo poder, onde o interesse do outro é secundário, visto que, o político busca suas justificativas diante da sociedade, para desmitificar sua conduta, sendo rotulado de corrupto, ladrão etc; nessa perspectiva, o sujeito é persuadido pelo discurso político. Desse modo, entendemos que o sujeito é atravessado pelo discurso político, no que diz respeito ao processo ideológico, assim como pelo desejo, dada a perspectiva do outro/Outro. Portanto, compreendemos pelo viés psicanalítico que o interesse do sujeito pelo político/política pode referir-se à falta, constituída pela identificação com esse Outro/político, que o completará, realizando seu desejo.

O efeito do material nos permitiu compreender o acontecimento histórico das eleições de 2018 como acontecimento discursivo. Assim, os sentidos que perpassaram as eleições de 2018 reverberaram pela memória discursiva, sentidos de dizeres que remontam* ao posicionamento do então candidato à presidência, à sua formação discursiva. Nesse viés, compreendemos, o enunciado “ele não” como acontecimento discursivo pelo efeito da memória/interdiscurso, que tem como característica a repetição, mas também de produzir novos sentidos. Ressaltamos que para Orlandi (2020, p. 94) “todo discurso é um deslocamento na rede

de filiações, mas este deslocamento é justamente deslocamento em relação a uma filiação (memória) que sustenta a possibilidade mesma de se produzir sentido”.

Portanto, o enunciado “ele não” ressignifica/significou pela memória, em que o enunciado “ele não/Bolsonaro” se apresentou de outras formas, em outros momentos da história política brasileira. Com isso, entendemos que o “ele não/Bolsonaro” é atravessado pela memória, essas outras vozes/dizeres produziram efeitos de sentido do “ele não/ Bolsonaro” em 2018. Como dissemos, Bolsonaro não surgiu em 2018 nas eleições, são mais de 30 anos na/de política. Sua fala é atravessada pelo interdiscurso/memória, reverberando o ódio, o autoritarismo, o fascismo, o machismo, a misoginia, a homofobia, etc; dada uma construção discursiva que extrapola a posição conservadora da classe política brasileira.

As manifestações sociais foram “instrumentos” de luta, de resistência, para os sujeitos que repudiaram Bolsonaro como candidato a presidente da República. Os protestos levaram para as ruas sujeitos de várias posições ideológicas e de gêneros; assim, entendemos que as manifestações sociais têm efeito de (res)significação para o sujeito.

Diante dessa perspectiva, foi possível observar a notoriedade do movimento “ele não”, não tendo como oposição negá-lo. As mulheres/feministas tomaram as ruas com a palavra de ordem “ele não” para Bolsonaro. Tal evento, problematizado por nós como acontecimento discursivo, trouxe incômodo para o sistema, Estado, burguesia, mídia e para a extrema direita bolsonarista, que, em contraponto, apresentaram o “ele sim/Bolsonaro”, com a intenção de interditar, silenciar o movimento “ele não”. Por outro lado, compreendemos, pelo viés psicanalítico, que tal processo se constitui pela metáfora, efeito de substituição/transferência de uma palavra para outra. Nesse sentido, o efeito do enunciado “ele não” é colocado à deriva pelo processo metafórico.

Sendo as formações discursivas abertas para discursos outros, portanto, o enunciado “ele sim” circulou no interior da formação discursiva, em que o sujeito que enuncia o “ele não” tem suas formulações específica já construída; porém, tendo a possibilidade de sentidos outros pelo efeito de outras vozes/dizeres em circulação na FD. Assim, tais efeitos dos enunciados são marcados pelo antagonismo na luta pelo espaço, pelos sentidos.

Como isso, entendemos que a fala do sujeito procede da posição assumida, assim, a posição-sujeito “ele sim” já está definida pelo efeito do processo ideológico/interpelação, assim como, pelas configurações da formação ideológica (FI), que não permitem outros ditos, dada a sua constituição pela família tradicional judaico-cristã, pela igreja e pela escola etc.

A partir desse momento, observamos a construção de uma direita que se tornou bolsonarista, identificação do sujeito de ideologia de direita conservadora com Bolsonaro, na

medida em que a constituição do sujeito Bolsonaro é atravessada pela família tradicional judaico-cristã, pelo machismo, pelo patriarcado estrutural, e pela burguesia. Porém, ainda assim, com falas machistas, misóginas, homofóbicas, antidemocráticas, os sujeitos de viés de direita o seguem como líder. Contudo, entendemos que as características do sujeito Bolsonaro equivalem aos sujeitos da direita conservadora.

Os resultados das análises nos conduziram à compreensão sobre os efeitos de sentido do enunciado “ele não” para os sujeitos brasileiros. Com efeito, o enunciado “ele não” para Bolsonaro significa/significou para o sujeito que o então candidato Bolsonaro era/é uma ameaça para as classes minoritárias, para a democracia, sua fala reverberou o discurso machista, misógino, homofóbico, atravessado pela memória discursiva. A partir desse momento observamos que os sujeitos tomaram posições para romper, lutar, resistir ao autoritarismo, ao extremismo, ao fascismo, constituído no/pelo “ele não/Bolsonaro”.

Compreendemos pelas análises, que a posição do sujeito do enunciado “ele não” e do enunciado “ele sim” são antagônicas pelo discurso político, opostas pelo processo ideológico, que tem suas configurações atravessados pela formação ideológica. Assim, tais condições possibilitaram o sujeito assumir seu espaço de fala, a se se posicionarem, articulados pela formação discursiva. Vale salientar que os sentidos podem ser outros pelo deslocamento do discurso dada pela FD, portanto, a memória discursiva são formações de filiações, possibilitou a retomada de outros dizeres pelo efeito do enunciado. Assim, a FDs são espaços constitutivos do dizer, ou seja, o sujeito toma a FD para poder dizer.

Assim, os efeitos do enunciado “ele não” não estão circunscritos apenas ao momento das eleições de 2018, mas, como demonstramos os sentidos se articulam pelo passado e presente, materializando na língua, implicando que as condições de produções são determinantes na produção de sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: ABRANCHES, S. (Org.) **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 24, 26 p.
- ADORNO, T. W. Mensagens numa garrafa. In: ŽIŽEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. (Trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 337.
- ALTHUSSER, L. **Iniciação à filosofia para os não filósofos**. Tradução Rosemary Gosthek Abilio. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.
- ANGERMULLER, J. **Análise de discurso pós-estruturalista – As vozes do sujeito na linguagem em Lacan, Althusser, Foucault, Derrida E Sollers**. Tradução e organização: Roberto Leiser Baronas et al. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
- AUTHIER-REVEZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- BARBOSA FILHO, F. R.; BALDINI, L. J. S. (Orgs.). **Análise de discurso e materialismo: prática política e materialidades**. Volume 2. Campinas, SP: Pontes Editora, 2018.
- BARONAS, R. L. **Comunicação política brasileira em diferentes dispositivos: uma abordagem discursiva**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- BARONAS, L. B.; KOMESU. **Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na análise do discurso**. Tradução Roberto Leiser Baronas, Dilson Ferreira Cruz, Fabiana Komesu. Campinas, SP: Mercado da Letra, 2008.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3. Ed. ver. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. pp. 33-47.
- BRANDÃO, H. N. et al. Enunciação e construção do sentido. In: FIGARO, R. (Org.). **Comunicação e Análise do Discurso**. 1. Ed; 2. reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015. pp. 20-26.
- BENITES, F. R. G. **Territórios de si e do outro: língua, discurso e identidade em contexto migratório**. 2013. 231 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas: Instituto De Estudos Da Linguagem, Campinas, 2013.
- BEZERA, D. M. Lacan para historiadores. 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2018.
- BITENCOURT, J. A. **Descartes e a invenção do sujeito**. São Paulo: Paulus, 2017.
- BOGÊA, D. **Psicologia do bolsonarismo: por que tantas pessoas se curvam ao mito?** Editora: Oficina de Filosofia, 2021.

BORGES, S. **Psicanálise, linguística, linguística**. São Paulo: Escuta, 2010. pp. 60- 61.

CABAS, A. G. **Curso e discurso da obra de Jaques Lacan**. São Paulo: Moraes, 1982.

CARVALHO, A. C. O papel da psicanálise no rebaixamento do feminino. In: SANABRIA, M. et al. (Org.) **O feminino: Diversos olhares**, Belo Horizonte: CRP-MG, 2012. 118 p.

CARVALHO, C. de. **Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica**. 12. Ed. rer. e ampl. com exercícios e um estudo sobre as escolas estruturalistas. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CHAUI, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUI, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CHARAUDEAU, P. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. 2. Ed; 4. Reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

CHEMAMA, R. **Dicionário de psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

COSTA, A. **Sonhos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar E; 2006.

COURTINE, J. J.; MARANDIN, J. M. Aonde vai a Análise de Discurso?. In: CONEIN, B. A. (Org.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016. 50 p.

CUNHA, G. R. *S et al.* As tensões subjetivas dos discursos políticos a partir do movimento #elenão nas hashtgs do twitter. In: CASTRO, A. A. G; ALVAREZ, P. H. (Orgs.). **Análise de discurso em diferentes materialidades**. Catu: Bordô-Grená, 2021. pp.73-84.

DIAS, C. **Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e Arquivo**. Campina, SP: Pontes Editores, 2018.

DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

DOR, J. **O pai e sua função em psicanálise**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

DUNKER, C. I. L. Lacan e a Análise de Discurso. In: BALDINI, L. J. S.; SOUSA, L. M. A. (Orgs.). **Discurso e sujeito: trama de significantes**. São Carlos: EduFSCar, 2014. 246 p.

DUNKER, C. I. L. **Análise psicanalítica de discursos: perspectivas lacanianas**. 2. Ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016. 320 p.

DUNKER, C. I. L. **Lacan e a clínica da interpretação**. São Paulo: Kacker Editores: Cespuc, 1996.

- FAJNWAKS, F. D *et al.* Um nominalismo lacaniano. In: GUERRA, A. M. C; VORCARO, M. R. (Orgs.). **A teoria da nomeação na obra de Jacques Lacan**. Curitiba: CRV, 2018. 256 p.
- FERNADES, C. A. Em Foucault, o sujeito submergido no discurso. In: PIOVEZANI, C; CURCINO, L; SARGENTINI. (Orgs.). **Presença de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos: EduFSCar, 2014. 207 p.
- FERNADES, S. A. F. **Freud, Lacan e o chiste**: a dimensão do prazer e do significante. Curitiba: CRV, 2020.
- FREUD, S. Sobre a concepção das afasias: um estudo crítico. In: GARCIA-ROSA, L. A. **Sobre a concepção das afasias/As afasias de 1891**. Trad., Renata Dias Mundt. pp. 13-124. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1891). 2014.
- FREUD, S. **A Interpretação dos Sonhos** – Edição comemorativa 100 anos. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1999.
- FREUD, S. **A negação**. Título original: Die Verneinung. Tradução: Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- FREUD, S. **Luto e Melancolia**. Título original: Trauer und melancholie. Textos: Maria Rita Kehl, Modesto Carone, Urania Tourinho Pares. Tradução, introdução e notas: Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- FREUD, S. **Neurose, psicose, perversão**. Tradução Maria Rita Salzano Moraes. 1. Ed.; 3 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Tradução Paulo César de Souza. 1 Ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu**. Revisão técnica e prefácio de Edison Sousa; ensaio bibliográfico de Paulo Endo e Edson Souza. Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.
- FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. Tradução Sergio Tellaroli. Revisão da tradução Paulo Cezar de Souza. 1. Edição. SP: Companhia Das Letras, 2011.
- GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. 24. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- GINDRO, C. G *et al.* O sintoma pensado no binário sentido-gozo. In: CAVALLARI, J. S; BALDINI, L. J. S; BARBAI, M.A. (Orgs.). **Discurso e psicanálise: A-versão do sentido**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. 137, 138 p.
- GILLOT, P. **Althusser e a psicanálise**. Tradução: Pedro Eduardo Zini Davogoglio, Fábio Ramos Babosa Filho, Marie-Lou Lery-Lachaume. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.
- GUERRA, A. M. C; VORCARO, A. M. R. **A teoria da nomeação na obra de Jacques Lacan**. Curitiba: Editora CRV, 2018. 256 p.

GRIGOLETTO, E; DE NARDI, F. S; SILVA SOBRINHO, H. F. (Orgs.). **Ousar se revoltar:** Michel Pêcheux e a análise do discurso no Brasil. 1. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

GRIGOLETTO, E; DE NARDI, F. S; SOBRINHO, H. F. S. (Orgs.). **Silêncio, memória, resistência:** a política e o político no discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

GRIGOLETTO, E; DE NARDI, F.S; SOBRINHO, H.F.S. (Orgs.). **Sujeito, sentido, resistência:** entre a arte e o digital. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

GÓES, C. **História da psicanálise:** a construção da realidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

HASHIGUTI, S. T. **Corpo de Memória.** Jundiá, Paco Editorial: 2015.

HENRY, P. *et al.* Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F; TONY, H. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethania S. Mariani. 5. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. pp. 9-31.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** 2. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

JASPER, J. M. **Protesto:** uma introdução aos movimentos sociais. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JINKINGS, I *et al.* O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. [ilustração Laerte Coutinho]. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

JULIEN, P. **O retorno a Freud de Jaques Lacan:** A Aplicação ao espelho. Tradução. Angela Jesuino e Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

KENNEDY, R. **Libido.** Tradução Carlos Mendes Rosa. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Ediouro; São Paulo: Segmento-Duetto, 2005.

KENNEDY, R. **Saber, verdade e gozo:** leituras de O seminário. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002.

LACAN, J. **Escritos.** Tradução: Vieira Ribeiro Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. **O seminário, livro 10:** a angústia. Textos estabelecidos por Jaques-Alain Miller; versão final Angelina Harari e preparação de texto André Telles; Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LACAN, J. **O seminário, livro 16:** de um ao outro. Texto estabelecido por Jacques-Alain; Tradução: Vera Ribeiro; preparação de textos André Telles; versão final Angelina Harari e Jésus Santiago. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LEITE, N. V A *et al.* **Padecer do significante: a questão do sujeito.** In: BURGARELI, C.G. (Org.). **Padecer do significante: a questão do sujeito.** Mercado de letras, 2017. 33 p.

LONGO, L. **Linguagem e psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MALDIDIER, D. (Re)ler Michel Pêcheux Hoje. In: MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso – (Re)ler Michel Pêcheux Hoje.** Tradução Eni P. Orlandi –Campinas: Pontes Editora, 2007. 19 p.

MARIANI, B. MEDEIROS, V. **Discurso e...: ideologia, inconsciente, memória, desejo, movimentos sociais, cinismo, corpo, witz, rede eletrônica, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo, (homo)sexualidade.** Rio de Janeiro. 7 Letras: Faperj, 2012.

MEZZA, M *et al.* Representação x Significante. In: DULTRA, F. G; ARAÚJO, K. C; MEZZA, M. (Orgs.). **Lacan. A revolução negada.** Curitiba: CRV, 2021. pp. 47-105.

MILLER, J. A. **Lacan elucidado: palestras no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1997.

MILNER, J. C. **A obra clara: a ciência, a filosofia.** Tradução Procópio Abreu; revisão técnica, Marco Antônio Coutinho. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

MONZANI, L. R. **Freud: O movimento de um pensamento.** 3. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

MUSSALIM, F. Análise de Discurso. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras, volume 2.** 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. pp. 115-154 p.

NASIO, J. D. **Cinco lições sobre a teoria de Jaques Lacan.** Tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1993. p. 92-93.

NASIO, J. D. (Org.). **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan.** Rio de Janeiro: Zahar, 1995. 307 p.

NASIO, J. D. **O prazer de ler Freud.** Tradução, Lucy Magalhães; revisão técnica, Marco Antônio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

NOMINÉ, B. Primeira conferência: 7 de novembro de 2014. In: Tradução de SAPORITI, E (Org.). **Sobre identidade e identificação: Conferências (2014-2015).** Tradução FINGER, S. S. Revisão técnica de BERTA, S. L. São Paulo: Blucher, 2018. 152 p. 14, 27 p.

OKSALA, J. **Como ler Foucault.** Tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto, Karla Saraiva – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OLIVEIRA, L. A. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas.** 1. Ed. São Paulo: Parábola Editora, 2013.

ONS, S. **Tudo que você precisa saber sobre psicanálise.** Tradução de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

ORLANDI, E. P. **As Formas de Silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. Edição, 3. Reimpressão. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. pp. 30-46 p.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise**: sujeito, Sentido e Ideologia. 3. Edição Campinas, SP: Pontes, 2017. pp. 17-133.

ORLANDI, E. P *et al.* Análise de discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**-Discurso e textualidade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. 30p.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 9 Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, E. P. **Eu, Tu, Ele** – Discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2. Edição, 2017.

ORNANDI, Eni. P *et al.* Uma amizade firme, uma relação de solidariedade e uma afinidade teórica. In: ORLANDI, Eni. P. (Org.). **Gesto de leitura**: da história no discurso. 4. Ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. 13, 172 p.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2020 – 5. Edição bibliografia. pp. 20-24.

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013. 77, 203-204 p.

ORLANDI, E. P. *et al.* O método em análise de discurso: uma prática de reflexão. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Linguagem e discurso**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio de Janeiro, 2014.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista – Discurso do confronto**: Velho e Novo. 2. Ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni. P. Língua, “Linguagem, Discurso, In: PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux Textos selecionados por: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: 4. Edição – Pontes Editores, 2015. 127, 156 p.

PAVÓN-CUÉLLAR, D. Análise lacaniana de discurso: entre a psicologia crítica e o impaciente anseio do acontecimento. In: JUNIO, N; DUNKER, C. I. L; PAVÓN-CUÉLLAR. (Orgs.). **Análise lacaniana de discurso**: subversão e pesquisa crítica. 1. Ed.-Curitiba: Appris, 2019. 247 p.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi – 7. Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. 16, 21, 23, 21, 53 p.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. – 5. Ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. 124, 125, 131, 147, 277 p.

PESSOA, O. M *et al.* Interface da linguística com a teoria literária: um olhar sob as lentes da AD francesa e da estética da recepção alemã. In: PESSOA, O. M. (Org.). **Leitura, discurso & produção dos sentidos: múltiplas abordagens**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. 168 p.

PIOVEZANI, C. **Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

PIOVEZANI, C; SARGENTINI V. Legado de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do Discurso no Brasil. In: PIOVEZANI, C; SARGENTINI V. (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2019. pp. 15-32.

PISA, L. F. **Análise do Discurso: conceitos e aplicações**. Pouso alegre: IFSULDEMINAS – Lume Editora, 2018.

POLI, M. C. **Feminino/Masculino**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROSA, C. *et al.* Estratégias de constituição de um novo regime de verdade a partir das produções audiovisuais do Brasil Paralelo: Uma análise sobre o negacionismo. In: SANTOS, M. A. M; MIRANDA, J. E. B. (Orgs.) **Nova direita, Bolsonarismo e Fascismo: reflexões sobre o Brasil Contemporâneo**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. pp. 292-326.

SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N. da; DUNKER, C. (Orgs.). **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica Editora, 2019.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Edição brasileira de: Isaac Nicolau Salum; [tradução Antônio Paulo Paes, Izidoro Blikstein]. – 28 ed. – São Paulo: Cultrix, 2012.

SOLER, C. **O inconsciente: que é isso?**. Tradução de Cícero Alberto de Andrade Oliveira e Dominique Fingermann. São Paulo: Annablume, 2012.

TEGA, D. **Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

TEXEIRA, A. O campo do Outro na psicanálise. In: MAGALHÃES, S. C. **O sujeito da psicanálise: topologia do sujeito, sujeito e discurso, clínica e gozo**. (Org.). Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico, 2014. 142 p.

TEXEIRA, A. O feminino entre o fascínio e a difamação. In: ANTELO, M. (Org.) **Mulheres de hoje**. Figuras do feminino no discurso analítico. Petrópolis: KBR, 2012. 27 p.

WINOGRAD, M. **Genealogia do sujeito freudiano**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

WUNENBURGER, G. J. **O imaginário**. São Paulo: Ipiranga. Edição Loyola, 2007.

ZIZEK, S. Problemas no paraíso. MARICATO, E et al. **Cidade rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. 112 p.; 23 cm. (Tinta Vermelha). 104 p.

ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos modernos: Discurso e representação política**. 2. Ed. ver. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

ANEXOS

ANEXO I – “Ele não”



ANEXO II – Movimento Ele não

ANEXO III – Bolsonaro/Ele sim



ANEXO IV – Música Ele não

Uma manhã, eu acordei

E ecoava: ele não, ele não, não, não

Uma manhã, eu acordei

E lutei contra um opressor

Somos mulheres, a resistência

De um Brasil sem fascismo e sem horror

Vamos à luta, pra derrotar o ódio e pregar o amor.

ANEXO V – Misoginia

ANEXO VI – Homofobia

Bolsonaro: "prefiro filho morto em acidente a um homossexual"

ANEXO VII – Direita libertária



ANEXO VIII - Nossa bandeira é verde-amarela